

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIEIRA
MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI

VIOLAÇÃO DE DIREITOS E VULNERABILIDADE
SOCIAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E
FAMÍLIAS NO ESTADO DA PARAÍBA E AS
POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO



VIOLAÇÃO DE DIREITOS E
VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E FAMÍLIAS NO ESTADO DA
PARAÍBA E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIEIRA
MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI

VIOLAÇÃO DE DIREITOS E
VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E FAMÍLIAS NO ESTADO DA
PARAÍBA E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO



2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, FAMÍLIAS E PROTEÇÃO SOCIAL (GEPAC)



DIRETOR DO CCTA

ULISSES CARVALHO DA SILVA

VICE-DIRETORA

FABIANA CARDOSO DE SIQUEIRA



EDITORA DO
CCTA

EDITOR

ULISSES CARVALHO DA SILVA

CONSELHO EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO

ULISSES CARVALHO DA SILVA

CARLOS JOSÉ CARTAXO

MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA

JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

PAULO VIEIRA

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

PEDRO NUNES FILHO

ELABORAÇÃO

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA VIEIRA

MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

JOSÉ ARIOSVALDO DOS ANJOS AGUIAR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

KALYNE VIEIRA

REVISÃO

PAULO ALDEMIR DELFINO LOPES

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

CAPA - @FREEBIRDPHOTOS (FREEPIK)

APRESENTAÇÃO - @249ANULAK (FREEPIK)

INTRODUÇÃO - @FREEPIK (FREEPIK)

CAPÍTULO 1 - ARQUIVO DA PESQUISA

CAPÍTULO 2 - PATRICIA MEDEIROS (ADAPTAÇÃO)

CAPÍTULO 3 - ELINE MARRIETH (UNSPLASH)

CAPÍTULO 4 - DANILO ALVESD (UNSPLASH)

CAPÍTULO 5 - @SEVENTYFOUR (FREEPIK)

CAPÍTULO 6 - @JCOMP (FREEPIK)

CONSIDERAÇÕES FINAIS - @FREEBIRDPHOTOS (FREEPIK)

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba.

V657v Vieira, Maria do Socorro de Souza.

Violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e famílias no estado da Paraíba e as políticas de enfrentamento [recurso eletrônico] / Maria do Socorro de Souza Vieira, Maria Luiza Amaral Rizzotti. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

RECURSO DIGITAL (33,1MB)

FORMATO: ePDF

REQUISITO DO SISTEMA: ADOBE ACROBAT READER

ISBN: 978-65-5621-256-2

1. DIREITO - CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 2. POLÍTICAS SOCIAIS - PARAÍBA.

I. Vieira, Maria do Socorro de Souza. II. Rizzotti, Maria Luiza Amaral.

UFPB/BS-CCTA

CDU 342.726-053.2

Elaborada por: Susiquine Ricardo Silva CRB 15/653



Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA DO CCTA / UFPB
JOÃO PESSOA - PB



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado



INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA EXECUÇÃO - APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, FAMÍLIAS
E PROTEÇÃO SOCIAL (GEPAC)

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (SEDH-PB)
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA (FAPESQ)
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DA PARAÍBA (CEDCA)
COMISSÃO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO,
PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS COLABORADORAS

Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente e da
Educação (CAOP/CAE/MPPB)
Centro Universitário de Patos (UNIFIP)
Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social
(COEGEMAS-PB)
Comissão Intergestora Bipartite (CIB-PB)
Conselhos Estaduais e Municipais (Criança e Adolescente, Assistência Social,
Saúde, Educação)
Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJU/TJPB)
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP)
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/Portugal)
Ministério Público da Paraíba (MPPB)
Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UFPA)
Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente de João Pessoa (MPPB)
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG-PB)
Secretarias Estaduais e Municipais (Assistência Social, Saúde, Educação)
Universidad de Salamanca (USAL) Espanha
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca)

EQUIPE TÉCNICA DA PESQUISA - GEPAC/PPGSS/UFPA

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL
Maria do Socorro de Souza Vieira
COORDENAÇÃO - EIXOS TEMÁTICOS DO PROJETO
Ana Lúcia Batista Aurino
Antônia Gomes Furtado
Cristina Chaves de Oliveira
Marlene de Melo Barboza Araújo
Raffaella Canini
Waleska Ramalho Ribeiro
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E SUPERVISÃO TÉCNICA
Maria Nilza Ramalho Cirne
José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar

PESQUISADORES E DOCENTES

CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DE CAMPO E DE SUPERVISÃO
Ana Lúcia Batista Aurino
Antônia Gomes Furtado
Antonia Picornel Sal Espanha
Germana Alves de Menezes
José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar
Luziana Ramalho Ribeiro
Maria de Fatima Pereira Alberto
Maria do Socorro de Souza Vieira
Maria Luiza Amaral Rizzotti
Marlene de Melo Barboza Araújo
Marcelo Gallo
Roseana Cavalcanti da Cunha
Waleska Ramalho Ribeiro

CONSULTORIA DE ESTATÍSTICA

Hemílio Fernandes Campos Coêlho

PESQUISADORES SUPERVISORES

Alanya Albuquerque dos Santos
Almira Almeida Cavalcante
Carmen Lucia de Araujo Meireles
Elaine Farias de Santana
Francisca das Chagas Fernandes Vieira
Janaina Cipriano do N. Negreiros
Jéssyca Daiana Firmino de Freitas
Laerge Thadeu Cerqueira da Silva
Luciana Paiva Cavalcante
Maria Aparecida Pereira da Silva
Maria Madalena Pessoa Dias
Roseana Cavalcanti da Cunha

GESTÃO DA BASE DE DADOS

COORDENAÇÃO, CONSTRUÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA BASE DE DADOS
José Ariosvaldo dos Anjos Aguiar
COLABORAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS
Hemílio Fernandes Campos Coêlho
ASSISTENTE DE BANCO DE DADOS
Thalita Sylvania Nascimento Lopes
Felicidade Dayana Monteiro Dias
SUPORTE PARA DIGITAÇÃO
Josivânia dos Santos Nascimento
Maria de Lourdes Zacarias da Silva
SISTEMATIZAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS
Kaylle de Souza Vieira
ELABORAÇÃO - MAPA GEORREFERENCIADO
Patrícia Albuquerque Medeiros
SECRETARIA E LOGÍSTICA
Felicidade Dayana Monteiro Dias

PESQUISADORAS/ES DE CAMPO

Adalia De Sa Costa
 Adriana Angélica Nóbrega
 Adriana Natasha De Araujo
 Adriana Rejane Leite Alves De Sousa
 Alcione Maria Almeida De Araújo
 Alice Correia Lucena De Sousa
 Allana Dos Santos Sidrônio
 Altamira De Souza
 Aluska Fernanda De Albuquerque Coutinho
 Amélia Maria Pereira Neves
 Ana Lays Barreto Chaves
 Ana Lúcia Vieira Linhares
 Ana Paula Balbino
 Ana Raquel Dantas De Azevedo
 Anderson Alves De Amorim
 Andréa Dantas Ribeiro
 Andrea De Cássia Araújo Gomes
 Andréa de Lima Gomes
 Angélica De Oliveira Silva
 Anna Karina Gomes De Almeida
 Anna Valeska De Oliveira Galvão
 Anniely Fernanda Carvalho De Lima
 Anny Kaliny Medeiros Da Silva
 Antonio Cezar Firmino Alves
 Anuska Batista Da Silva
 Armênia Pereira Da Silva
 Bertheanne Maciel Soares
 Bruna Larissa Cordeiro E Silva
 Carla Rejane De Sá Gomes
 Carlos Augusto Da Silva Nascimento
 Carmem Dolores Da Silva
 Celiana Gomes Alexandre Soares
 Cellyne Alves Dos Santos
 Christiane Nascimento Da Silva
 Claudenusa Teixeira Do Nascimento
 Cleidy Freire De Medeiros
 Cristiano Rufino Da Silva
 Cristina Bustorff Feodrippe Quintão
 Cynthia Maclane Linhares De Oliveira
 Daniele Morgana Dantas Cunha
 Danielle Barboza Cavalcante Gaudencio
 Danielle Soares Pontes
 Darinalva Fernandes Do Nascimento Lima
 Davylla Dayanny Medeiros Da Silva
 Dayse Cristina Nunes Do Nascimento
 Diana Costa De Melo
 Djailma Maria Lemos Taveira
 Edna Batista De Carvalho
 Eduardo Jorge Dias Florentino
 Elaine Amorim Quirino
 Eliane do Nascimento Fernandes
 Eliane Neves De Araujo Da Costa
 Elisabete Vitorino Vieira
 Fabiana Correia de Lima
 Fabiana Lygia Lopes Damasceno
 Fernanda Loureiro Marinho
 Firmino Leite Caldas
 Flávia Cristina Dos Santos Alves
 Francisca da Conceição da Silva
 Francisca Eugénia Rodrigues
 Francisca Germana De Macedo Alves
 Francisca Gomes De Brito Marinho
 Francismere Gomes Passos Sousa
 Gabriela Nogueira Eduardo
 Geane Luciana Ventura De Oliveira
 Germana De Brito Ribeiro
 Germana Gonçalves Da Rocha
 Gigriola Almeida Pereira De Souza
 Gilclessia Conceição Da Silva
 Gleisson Lopes Do Nascimento
 Glória Tamires de Sousa Maciel
 Hégila Maria De Andrade Moura Anacleto
 Helanne Marques De Oliveira Silva
 Heliene Silva Dantas Gouveia
 Heloyse Ferreira Da Silva Melo
 Hildeberto De Souza Ramalho Neto
 Iaponira Alves Dias
 Ingrid De Souza Roza
 Irian Gomes De Lima Mendonça
 Irla De Andrade Casimiro
 Jacinta Vieira Da Silva
 Jakheline Pereira da Costa
 Jane Maria Cavalcanti De Oliveira
 Jaqueline Firmino Da Silva
 Jaqueline Lira De Alustau
 Jeane Ursulino Gomes
 Joilza Patricia Cordeiro Marinho
 José Romão Júnior
 Josefa Kelly Cavalcante De Farias Araújo
 Josefa Márcia Da Silva Lima
 Josicleide Santana Da Silva
 Juliana Dantas de Araujo
 Juliana De Oliveira Marcolino
 Juliana Freitas De França
 Juliana Guimarães Lima Barreto
 Jussara Dantas Da Silva
 Kaline Cristina Carmêlo De França Leal
 Kamilla Dantas De Sousa
 Karolayne Germana Leal E Silva
 Kátia Nara Carvalho De Medeiros Sales
 Kelson Da Silva Batista
 Kenya Pereira De Souza Almeida
 Klécia Maranhão De Souza
 Larissa Lucena Dos Santos
 Léia Alencar Palitot Da Silva
 Lenilson Staine Carvalho De Oliveira
 Lígia Mayara Almeida Gouveia
 Lívia Tárσιs Vieira De Souto Borges Silva
 Lúcia Natalie Paulino De Melo
 Luciana Cunha Cavalcanti
 Lucineide Souto De Araujo
 Lucíola Braz Da Silva
 Magda Danielle Félix Lucindo
 Manoel Juvino de Lima Filho
 Marcella José Da Costa Moraes
 Marcia Leite De Andrade
 Marcia Regia Lima Gouveia
 Maria Anunciada de Araújo Portela
 Maria Benicleide Silva Silvestre
 Maria Bethania Ribeiro
 Maria Cintia Rodrigues de Araújo
 Maria Da Conceição Coutinho
 Maria Da Conceição Do Nascimento
 Maria De Fátima Dantas Galvão
 Maria de Lourdes Moraes dos Santos
 Maria Do Socorro Abrantes
 Maria Do Socorro Ferreira Lopes Da Silva
 Maria Do Socorro Freire Silva
 Maria Do Socorro Rocha Fernandes
 Maria Estelina Nunes Ramalho
 Maria Goreth Manguieira
 Maria José Florindo Salviano
 Maria José Laurindo
 Maria José Rodrigues
 Maria Nayara Medeiros Matias
 Maria Selma Paulo
 Marilda Pereira De Oliveira
 Marissé Veiga Machado
 Marlene Monteiro Macedo
 Marli Francisca Silvana
 Marta Edna Nunes Cavalcanti
 Maylla Candeia Ramalho
 Mônica Alcântara De Carvalho
 Mônica Cristina De Souza Nascimento
 Mônica Maria dos Santos Rodrigues
 Mylenna de Carvalho Nóbrega
 Natálio De Medeiros Júnior
 Nathália De Medeiros Gouveia
 Niedja Lopes Silva
 Nuara Moraes Freire
 Paloma Andrade Sarmento
 Pâmela Denise Mangabeira Santana
 Polyana Melo Andrade De Oliveira
 Rafaela Soares Marques Gouveia
 Ramiro Ferreira De Moraes França
 Ranyellen Félix de Souza
 Raquel De Oliveira Nunes
 Rayanne Chagas Barbosa
 Rebeka Karla Costa De Melo
 Regiane Amorim De Arruda
 Regilane Maria Silva Dantas Gaiao
 Rejane Souza Da Silva
 Renata Souza Pereira Dos Santos
 Rivalda Rodrigues Da Silva Brandão
 Rosali Gomes De Carvalho
 Rosane Santos De Freitas
 Rosângela Aparecida Gusmão Da Nóbrega
 Rute Pinheiro De Souto Fabricio
 Sabrina Medeiros Pontes Almeida
 Sanzia Luisa Guedes Da Silva
 Sérgio Cordeiro De Sousa
 Sylvania Cassia Mayer Jeronimo
 Simone Dusy Vasconcelos Da Costa
 Solange Pacheco Simões
 Suellen Regina Fagundes De Oliveira
 Suenia Da Costa Cavalcanti
 Suênia Maria Araújo Bezerra Da Silva
 Suerda Ferreira Pinto
 Tathiany Karine Nunes De Sousa
 Tatiana Denize Cavalin de Lima
 Tatiana Ribeiro Costa
 Tatiane Inácio Da Silva
 Terezinha De Jesus Souza De Lima
 Thallyssa Thannaka Da S. Guimarães
 Thatiana Pessoa Nóbrega
 Valdimária Virgulino De Souza
 Vandilma Oliveira Cavalcanti
 Vanessa Nogueira Bezerra
 Verônica Gomes Anacleto
 Wilma Kaity Ferreira Ramalho
 Wilma Lima Da Silva
 Yordan Bezerra Gouveia

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente a todas as pessoas e instituições que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo, em especial aos familiares responsáveis pelas crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, que se dispuseram a participar desta pesquisa, fornecendo seus dados e relatando suas histórias aos nossos interlocutores, as/aos pesquisadoras/es de campo, técnicos/as dos CREAS, com quem as/os entrevistadas/os mantêm vínculo de confiança e apoio profissional. A esses familiares e aos profissionais que os atendem nesses serviços, expressamos nosso profundo respeito e nos solidarizamos com suas dores e suas lutas invisíveis por dignidade e proteção social.

SUMÁRIO

Apresentação	31
Introdução	37
1. Sobre a pesquisa, o desenho e o processo metodológico	45
1.1. Tipo de pesquisa	48
1.2. Sujeitos da pesquisa: universo e amostra	49
1.3. Elaboração dos instrumentos de pesquisa	50
1.4. Tipologia das questões dos formulários/questionários: orientações para os pesquisadores de campo	51
1.5. Aspectos éticos da pesquisa	53
1.6. Treinamento dos pesquisadores de campo e o processo de aplicação e digitação dos formulários/questionários	54
1.7. Sistematização das informações em banco de dados, tabulação e análise	56
2. O Estado da Paraíba: território da pesquisa	61
2.1. Índice de desenvolvimento humano	64
2.2. Demografia	66
2.3. Pobreza e renda	68
2.4. Indicadores de habitação	69
2.5. Vulnerabilidade social	70
2.6. Atual divisão geográfica regional da paraíba: regiões geográficas intermediárias e regiões imediatas	71
3. Perfil sociodemográfico e condições socioeconômicas das famílias entrevistadas	79
3.1. Características dos entrevistados (mãe, pai e outros responsáveis pelas crianças e adolescentes) e demais membros das famílias	82
3.1.1. Entrevistados quanto à idade	82
3.1.2. Faixa etária de todos os membros da família	84
3.1.3. Entrevistados quanto ao gênero	85
3.1.4. Posição no grupo familiar	87
3.1.5. Estado civil	89
3.1.6. Raça/etnia	91
3.1.7. Religião	92
3.1.8. Pessoas com deficiência	93

3.2.	Escolaridade e capacitação profissional dos membros das famílias	95
3.2.1.	Escolaridade dos membros da família	95
3.2.2.	Frequência escolar	99
3.2.3.	Capacitação profissional dos membros da família	101
3.3.	Situação ocupacional/profissional, trabalho e renda dos responsáveis e demais membros da família	105
3.3.1.	Profissões e/ou ocupações dos/as entrevistados/as	105
3.3.2.	Situação ocupacional de todos os membros da família	106
3.3.3.	Benefícios eventuais da assistência social	113
4.	Condições de habitabilidade e infraestrutura do território	115
4.1.	Local de moradia	117
4.2.	Classificação de risco	119
4.3.	Acesso à energia elétrica	119
4.4.	Saneamento básico – água potável	120
4.5.	Saneamento básico – esgotamento sanitário e coleta de lixo	121
4.6.	Acesso à telefonia e à internet	123
4.7.	Ocupação da moradia – propriedade do imóvel e tipo de morada	124
5.	Serviços de proteção social disponíveis no território de vivência das famílias entrevistadas: educação, saúde, assistência social, defesa e segurança	133
5.1.	Acesso aos serviços de educação	136
5.1.1.	Educação infantil	136
5.1.2.	Ensino fundamental	137
5.1.3.	Ensino médio	140
5.1.4.	Ensino universitário	141
5.2.	Acesso aos serviços de saúde	143
5.2.1.	Serviços de saúde da atenção básica	144
5.2.2.	Serviços de saúde de média e alta complexidade	145
5.3.	Acesso aos serviços da política de Assistência Social	149
5.3.1.	Centro de referência de assistência social (CRAS)	150
5.3.2.	Centro de referência especializado de assistência social (CREAS)	153
5.4.	Acesso aos serviços de defesa e segurança	155
5.4.1.	Conselho tutelar	155
5.4.2.	Delegacia	157
5.4.3.	Serviço de proteção a vítimas de ameaça	158
6.	Violação de direitos das crianças e adolescentes das famílias participantes da pesquisa	163
6.1.	Negligência	169
6.2.	Negligência estatal	172
6.3.	Violência sexual	174
6.4.	Violência física	180
6.5.	Violência psicológica	183

6.6.	Envolvimento em ato infracional/medida socioeducativa	185
6.7.	Envolvimento com álcool e outras drogas	187
6.8.	Quebra/rompimento de vínculo familiar e comunitário	189
6.9.	Trabalho infantil ou precoce	191
6.10.	Violência por preconceito, por discriminação e bullying	193
6.11.	Violência comunitária	195
6.12.	Violência institucional	197
6.13.	Gravidez na adolescência	199
6.14.	Trajetória de rua	200
	Considerações finais	205
	Referências	215
	Sobre as autoras	223

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Distribuição dos entrevistados por município – Mapa do Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Figura 2 Mapa – Divisão da Paraíba em regiões geográficas intermediárias
- Figura 3 Modalidades mais frequentes de negligência familiar com crianças e adolescentes – Estado da Paraíba
- Figura 4 Autoria da negligência familiar com crianças e adolescentes – Estado da Paraíba
- Figura 5 Autoria da violência sexual extrafamiliar (abuso e exploração) contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba
- Figura 6 Autoria da violência sexual intrafamiliar (abuso e exploração) contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba
- Figura 7 Modalidades da violência física praticadas contra crianças e adolescentes Estado da Paraíba
- Figura 8 Autores das violências físicas contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 12 e 18 anos – Estado da Paraíba
- Quadro 2 Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 19 e 25 anos – Estado da Paraíba
- Quadro 3 Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 26 e mais de 60 anos – Estado da Paraíba

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente – Paraíba – 2017
- Gráfico 2 Faixa etária – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 3 Faixa etária – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba
- Gráfico 4 Entrevistados/as Responsáveis por Crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 5 Estado civil dos responsáveis pelas famílias entrevistadas – Estado da Paraíba
- Gráfico 6 Cor/raça/etnia – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba
- Gráfico 7 Escolaridade – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba
- Gráfico 8 Escolaridade – adolescentes das famílias entrevistadas – idade de 16 a 18 anos – Estado da Paraíba
- Gráfico 9 Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba
- Gráfico 10 Principal fonte de rendimento – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 11 Renda familiar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 12 Moradia com crianças que dormem com adultos – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 13 Oferta de serviços de educação infantil – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 14 Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 15 Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 16 Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 17 Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 18 Oferta de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 19 Oferta de hospital – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

- Gráfico 20 Oferta de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 21 Oferta de Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 22 Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes entrevistadas – Estado da Paraíba
- Gráfico 23 Oferta de Conselho Tutelar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 24 Oferta de delegacia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Gráfico 25 Negligência familiar – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 26 Negligência estatal – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 27 Violência sexual – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 28 Violência sexual – crianças e adolescentes – por sexo – Estado da Paraíba
- Gráfico 29 Violência física – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 30 Violência psicológica – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 31 Envolvimento em ato infracional (medida socioeducativa) – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba
- Gráfico 32 Medidas Socioeducativas aplicadas – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba
- Gráfico 33 Envolvimento com álcool e outras drogas – crianças e adolescentes – por faixa etária Estado da Paraíba
- Gráfico 34 Quebra/rompimento de vínculo familiar – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 35 Trabalho infantil ou precoce – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 36 Violência por preconceito, discriminação e bullying – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 37 Violência comunitária – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 38 Violência institucional – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 39 Gravidez na adolescência – adolescentes de 12 a 18 anos – por faixa etária – Estado da Paraíba
- Gráfico 40 Trajetória de rua – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Estado da Paraíba
- Tabela 2 População total por gênero – rural/urbana – Estado da Paraíba
- Tabela 3 Estrutura etária da população – Estado da Paraíba
- Tabela 4 Longevidade, mortalidade e fecundidade – Estado da Paraíba
- Tabela 5 Renda, pobreza e desigualdade – Estado da Paraíba
- Tabela 6 Ocupação da população de 18 anos ou mais – Estado da Paraíba
- Tabela 7 Indicadores de habitação – Estado da Paraíba
- Tabela 8 Vulnerabilidade social – Estado da Paraíba
- Tabela 9 Faixa etária – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 10 Faixa etária – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 11 Gênero – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 12 Gênero – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 13 Posição no grupo familiar – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 14 Média de pessoas por família – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Tabela 15 Estado civil – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 16 Estado civil dos responsáveis pelas famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 17 Cor/raça/etnia – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 18 Religião – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 19 Pessoas com deficiência – membros das famílias entrevistadas – tipo de deficiência Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 20 Pessoas com deficiência – membros das famílias entrevistadas por idade – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

- Tabela 21 Escolaridade – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 22 Escolaridade – membros das famílias entrevistadas – idade acima de 19 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 23 Escolaridade – membros das famílias entrevistadas – idade até 18 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 24 Frequência escolar – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 25 Frequência escolar – todos os membros das famílias entrevistadas com idade de 0 a 21 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 26 Frequência escolar – adolescentes das famílias entrevistadas com idade de 16 a 18 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 27 Frequência escolar- todos os membros das famílias entrevistadas com idade de 0 a 3 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 28 Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 29 Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 30 Profissão principal dos/as entrevistados/as – Estado da Paraíba
- Tabela 31 Situação ocupacional – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 14 anos por faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 32 Situação ocupacional – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 14 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 33 Principal fonte de rendimento – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 34 Renda familiar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 35 Atendimento às necessidades básicas – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 36 Acesso a benefícios eventuais – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 37 Localização da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 38 Tempo de residência na moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 39 Risco da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

- Tabela 40 Acesso à energia elétrica – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 41 Acesso à água – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 42 Frequência do fornecimento da água – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 43 Esgotamento sanitário – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 44 Destino do lixo – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 45 Acesso a telefone – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 46 Acesso à internet – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 47 Condição de ocupação da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 48 Tipo de moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 49 Tipo de paredes da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 50 Tipo de piso da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 51 Tipo de cobertura da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 52 Tipo de banheiro da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 53 Número de quartos da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 54 Moradias com pessoas que dormem na mesma cama fora o casal – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 55 Moradia com crianças que dormem com adultos – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 56 Oferta de serviços de educação infantil – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 57 Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

- Tabela 58 Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 59 Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Tabela 60 Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 61 Oferta de instituição de ensino superior – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 62 Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba
- Tabela 63 Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 64 Oferta de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 65 Oferta de hospital – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 66 Oferta de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 67 Oferta de Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias
- Tabela 68 Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes entrevistadas – Estado da Paraíba
- Tabela 69 Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 70 Oferta de Conselho Tutelar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 71 Oferta de delegacia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 72 Oferta de Serviço de Proteção a Vítimas de Ameaça – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 73 Violações de direitos e/ou riscos sociais – membros das famílias com idade até 18 anos – com uma ou mais violações – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 74 Negligência familiar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

- Tabela 75 Negligência estatal – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 76 Violência sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 77 Abuso sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 78 Abuso sexual intrafamiliar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 79 Abuso sexual extrafamiliar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 80 Exploração sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 81 Autoria da violência sexual (abuso e exploração) – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – Estado da Paraíba
- Tabela 82 Violência física – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 83 Violência psicológica – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 84 Envolvimento em ato infracional (medida socioeducativa) – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 85 Medidas socioeducativas aplicadas – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias
- Tabela 86 Envolvimento com álcool e outras drogas – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 87 Quebra/rompimento de vínculo familiar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 88 Trabalho infantil ou precoce – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 89 Violência por preconceito, discriminação e bullying – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 90 Violência comunitária – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 91 Violência institucional – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 92 Gravidez na adolescência – adolescentes de 12 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba
- Tabela 93 Trajetória de rua – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agentes Comunitários de Saúde
BPC – *Benefício de Prestação Continuada*
CAAEE – *Certificado de Apresentação de Apreciação Ética*
CAPS – *Centro de Atenção Psicossocial*
CEDCA – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Paraíba
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CNPq. – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEGEMAS-PB – Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Paraíba
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
COINJU – Coordenadoria da Infância e Juventude
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DSS – Departamento de Serviço Social
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF – Equipe de Saúde da Família
ES – Espanha
FAP-PB – Faculdade Paraibana
FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FPB – Faculdade Internacional da Paraíba
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNCEP – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
GEPAC – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH - M – Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IDHM - E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação
IDHM - L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade
IDHM - R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
LA – Liberdade Assistida
LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e mais
LDO – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPPB – Ministério Público da Paraíba
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NEPPS – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais
NOB – Norma Operacional Básica
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual
Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PB – Paraíba
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS – Política Nacional da Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSF – Programa Saúde da Família
PT – Portugal
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SM – Salário mínimo
SUAS – O Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJ-PB – Tribunal de Justiça da Paraíba
UBS – Unidades Básicas de Saúde
UEL-PR – Universidade Estadual de Londrina
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESP-SP – Universidade Estadual Paulista
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UNIFACISA – Centro Universitário Facisa
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
USAL – Universidade de Salamanca
VAB – Valor Adicionado Bruto



APRESENTAÇÃO

A publicação deste relatório de pesquisa sobre violação de direitos de crianças, adolescente e famílias e as políticas de enfrentamento no Estado da Paraíba é mais um passo importante na luta coletiva pela efetivação e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Essa luta política vem sendo protagonizada por diversos sujeitos sociais, incluindo as próprias crianças e adolescentes, com atuação em vários espaços da sociedade: nas organizações não governamentais e associações, nas redes de defesa e movimento sociais, na gestão pública, nos conselhos de direitos e tutelares, em órgãos de justiça e do poder legislativo, nos conselhos de classe, nas universidades e centros de pesquisa.

Com esse foco, esta publicação consiste, sobretudo, num documento que tem como propósito principal consubstanciar a ação protagonista desses sujeitos sociais, trazendo à tona uma realidade que, de certa forma, é vivenciada por muitos desses atores comprometidos com a superação das violações de direitos, mas que necessitam, cada vez mais, de informações sistematizadas e análises científicas que possam subsidiar suas lutas sociais, a formulação de leis e regulações, a elaboração de planos e projetos, as propostas e ações.

Todavia, sabemos que, por mais pretensão e pela dimensão alcançada pelas pesquisas, elas só retratam e revelam um recorte do real. Isso porque a realidade é extremamente dinâmica e se configura a partir de uma multiplicidade de fatores que se interconectam e interagem, sendo impossível captá-la na totalidade. Nessa perspectiva, não temos dúvidas de que a negação de direitos, o sofrimento e as atrocidades reveladas no estudo ora apresentado, vivenciadas diretamente pelas 1.157 crianças e adolescentes das 837 famílias entrevistadas, são muito mais graves e impactantes do que foi possível apreender e registrar. Ressaltando-se que esse contexto de violação de direitos envolve também os demais 2.546 membros das famílias, 3.703 pessoas no total. Daí a necessidade inexorável de produção de conhecimento sobre esse real mutável, dinâmico, socialmente construído e, por isso mesmo, passível de reconstrução, mediante nossas forças sociais, na direção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais igualitária e sem violências.

Mas os esforços na direção do enfrentamento e da superação da pobreza extrema e da violência estruturais na Paraíba e em todo o Brasil exigem ações contínuas e eficazes em todas as frentes de necessidades humanas que demandam proteção social e com aportes financeiros

cada vez mais crescentes. Alimentação, moradia com condições habitáveis, assistência à saúde física, mental, emocional e medicamentos, emprego, renda, assistência social, creche e escolas em tempo integral e/ou serviços de convivência para adolescentes são demandas urgentes que impõem atendimentos imediatos às gestões. Sem alternativas, o caos se instala na vida das pessoas, nas famílias e na sociedade. Evidentemente, as ações e provisões emergenciais devem estar inseridas nos planos e planejamentos das agendas governamentais.

Sabemos que o quadro de carências e violações de direitos apresentados neste relatório, referente a dados levantados, em 2017 e 2018, junto às famílias com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos e risco social atendidas nos CREAS da Paraíba não é estático. Certamente, se os investimentos nas políticas sociais (trabalho e renda, profissionalização, educação, lazer e cultura, habitação, saúde, assistência social) direcionadas a essas famílias fossem assegurados e ampliados, com reforço no atendimento, aumento e qualificação dos serviços e dos profissionais, poderíamos prever uma significativa melhoria nesse cenário.

Todavia, o que tem ocorrido nos últimos anos tem sido exatamente o contrário. O que assistimos são os retrocessos e os cortes orçamentários das políticas sociais, respaldados pela Emenda Constitucional (EC) 95, de dezembro de 2016, que institui o Novo Regime Fiscal referente aos Orçamentos Fiscais e à Seguridade Social da União. No âmbito do SUAS, as perdas das conquistas sociais se tornam ainda mais visíveis, a partir da Portaria nº 2362, de dezembro de 2019, do Ministério da Cidadania, que define critérios para repasses financeiros a estados e municípios. Só nos primeiros meses de 2020, a redução no cofinanciamento federal foi de 30% a 40%. Em 2021, os cortes para as ações da proteção básica e especial da assistência social superaram os 60%. Isso ocorre, justamente, no contexto de crise sanitária, econômica e social, quando o crescimento da pobreza, o desemprego e o isolamento social agravam e ampliam as situações de violação de direitos das famílias, especialmente, das crianças, dos adolescentes, dos segmentos populacionais em condições mais vulneráveis.

Dados da FGV, publicado na Agencia Brasil, apontam que, em 2019, a média da proporção da população com renda abaixo da linha de pobreza no Brasil era de 10,97%, o equivalente a 23,1 milhões de pessoas em situação de pobreza. Já no primeiro trimestre de 2021, com a suspensão do auxílio emergência, mesmo sendo retornado o Programa Bolsa Família, esse percentual passou para 16,1% da população, correspondendo a 34,3 milhões de pessoas consideradas pobres (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Mas o cenário desolador de medo, incerteza, privações sociais, perdas econômicas, de saúde e de vidas da população não recebe o reforço necessário das políticas públicas. Afora o inconstante e provisório auxílio emergencial e os aportes de recursos também emergenciais para a saúde, para enfrentamento da pandemia, foram mantidos os cortes orçamentários nas políticas sociais.

Conforme pesquisa de identificação de desafios e experiências da Assistência Social em contextos de emergência e no enfrentamento à Pandemia da COVID-19, realizada em julho de 2020, pelo UNICEF e o CONGEMAS, publicada em fevereiro de 2021, dos 1.026 municípios participantes, 47,66% informaram aumento no atendimento da Proteção Social Especial às pessoas em situação de violação de direitos ou risco social, destes, 30% apontaram o grupo de crianças e adolescentes como o de maior incidência.

Outro relatório publicado pelo UNICEF e o PNUD, em agosto 2020, sobre o impacto da pandemia na educação básica e secundária, aponta os principais efeitos negativos da crise sani-

tária e econômica sobre a vida das crianças, adolescentes e famílias em situação de pobreza, na América Latina e no Caribe, destacando as implicações sobre o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças e adolescentes, que além dos danos imediatos, podem comprometer em médio e longo prazo o pleno desenvolvimento de uma geração.

Entre os pontos elencados no mencionado relatório, estão: a perda de aprendizado devido ao fechamento prolongado das escolas; o aumento da insegurança alimentar, em razão da diminuição do consumo das famílias com rendimentos reduzidos e a interrupção da alimentação escolar, que para muitos estudantes significa a principal refeição; maior risco de exposição a violências físicas, psicológicas e sexuais no âmbito familiar, uma vez que a escola também atua como espaço de proteção e de denúncia dessas violações, agravadas pelo contexto de confinamento demorado em ambientes domésticos de precárias condições e sob tensão dos pais, em consequência da deterioração da situação econômica e das implicações físicas e emocionais; o adoecimento mental e emocional das próprias crianças e adolescentes (depressão, estresse, ansiedade, uso de substâncias, entre outros), decorrente das condições vivenciadas no isolamento social (UNICEF; PNUD, 2020).

Os resultados da pesquisa ora apresentada, sobre violação de direitos e riscos sociais de crianças, adolescentes e famílias, realizada na Paraíba, dá visibilidade a uma realidade impactante, agravada nesse contexto de crise sanitária, econômica e social da Covid-19. Mas, conforme iniciamos esta apresentação, os estudos e as pesquisas sobre as políticas públicas têm entre seus principais propósitos fornecer subsídios para as lutas por ampliação e efetivação dos direitos e para aprimoramento da gestão dessas políticas. Nesse sentido, o panorama de violações de direitos, aqui apresentado, o contexto e o momento atual de pandemia, são catastróficos, mas são também desafiantes, pois convocam todos os atores comprometidos com a defesa de direitos e a Proteção Integral de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social a seguirem firmes na resistência aos cortes de recursos e aos retrocessos das ações; e avancarem na luta, exigindo das instâncias de poder a ampliação, a garantia legal e a efetivação dos direitos sociais, através da expansão qualificada das políticas sociais e de seus respectivos orçamentos públicos.



INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa sobre violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e famílias e as políticas de enfrentamento no Estado da Paraíba, localizado na região Nordeste do Brasil. O estudo foi realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, com registro no CNPq, em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH-PB) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), com recursos financeiros do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP).

A pesquisa é fruto de um longo processo de busca de efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, que emerge no início dos anos 2000, com a força das redes estaduais e municipais de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Este movimento em redes de representações governamentais e não governamentais foi impulsionado pelas diretrizes nacionais para elaboração dos planos municipais e estaduais de políticas de enfrentamento à violação de direitos infanto-juvenis e, a partir de 2012, na Paraíba, vem se configurando com maior sistematicidade, contando com a participação dos diversos segmentos e sujeitos políticos envolvidos na elaboração e monitoramento dos planos estaduais:

- Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado da Paraíba (2012);
- Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2013);
- Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015).
- Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2015)

O Eixo sobre a Análise da Situação é o ponto inicial dos diversos planos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a pesquisa ora apresentada busca subsidiar todos os planos elaborados nos últimos dez anos, que estejam em revisão e outros a serem construídos, e, de modo especial, o Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do

Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2013), que define como objetivos deste eixo:

1. Realizar pesquisas e estudos para aprofundamento do conhecimento da realidade paraibana em relação aos fatores que favorecem ou ameaçam a Convivência Familiar e Comunitária.
2. Mapear e analisar no Estado da Paraíba as iniciativas de Apoio Sociofamiliar, de Serviço de Famílias Acolhedoras, de Acolhimento Institucional e de Adoção e sua adequação aos marcos legais.

Da mesma forma, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Estado da Paraíba prevê, no eixo Análise da Situação, a realização de pesquisa sobre os fatores que vulnerabilizam crianças e adolescentes às violências. Portanto, em consonância com o panorama exposto de demandas para diagnósticos e ações de erradicação e/ou enfrentamento de situações de violência e violação de direitos de crianças e adolescentes, o projeto de pesquisa foi desenhado em duas frentes de estudo: uma focada nos fatores que vulnerabilizam crianças, adolescentes e famílias à violação de direitos e à quebra de vínculos familiares e comunitários, cujos resultados estão expostos neste relatório final; e a outra que analisa a situação das instituições de acolhimento infanto-juvenil em funcionamento no Estado, a ser apresentada em outra publicação.

As primeiras ideias e os primeiros passos para a construção deste estudo foram traçados pela coordenação da pesquisa juntamente com representantes da Comissão de Monitoramento do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e da Gerência de Proteção Especial da SEDH/PB, que logo passaram a compor um amplo grupo de pesquisadores junto ao GEPAC/UFPB, tendo em vista o desenvolvimento do projeto.

As apresentações e os debates sobre a proposta da pesquisa com os atores fundamentais envolvidos na temática foi um ponto de partida fundamental para os ajustes do projeto, para ampliar as parcerias e para agregar as contribuições do público interessado nos resultados da pesquisa. Aqui merecem destaque, além da SEDH/PB, a parceria com: o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Paraíba (CEDCA), o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Paraíba – COEGEMAS-PB, a Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação do MP-PB e a Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJU-TJ-PB), o que facilitou enormemente a abertura dos caminhos para execução do projeto, inclusive o cadastro do projeto no Comitê de Ética.

Assim sendo, a pesquisa sobre os fatores que incidem na emergência e/ou permanência de situações de violação de direito de crianças e adolescentes e, portanto, as/os vulnerabilizam à quebra de vínculos familiares e comunitários envolveu diretamente 837 famílias atendidas nos 104 CREAS em funcionamento no Estado da Paraíba, sendo estruturada com os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Realizar estudo sobre a violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e famílias no Estado da Paraíba e as políticas de enfrentamento, a partir de pesquisa amostral representativa dos 223 municípios, com indicadores coletados em todos os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) regionais e municipais existentes no Estado.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar a situação e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e famílias que vivenciaram situação de violação de direitos do Estado da Paraíba, conforme as modalidades de violações: abandono, negligência, violências domésticas e comunitárias; abuso e exploração sexual, trabalho infantil, situação de rua, prática de ato infracional;
2. Identificar fatores com incidência direta e indireta na emergência e/ou permanência de situações de violação de direitos de crianças, adolescentes e famílias e que podem levar ao rompimento do vínculo familiar e comunitário;
3. Avaliar a oferta de serviços públicos na constituição das redes de proteção social e defesa dos territórios de vivência das crianças, adolescente e famílias, a partir dos avanços e limites em termos de Proteção Integral;
4. Analisar e publicar os resultados e produtos do projeto, como subsídios à formulação, qualificação e gestão intersetorial das Políticas de Proteção Integral a Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e garantia do direito à convivência familiar e comunitária com dignidade.

É importante ressaltar que este relatório disponibiliza informações e indicadores para subsidiar a construção de diagnósticos das situações de violação de direitos a que estão expostas crianças e adolescentes nos municípios do Estado da Paraíba, como também a gestão governamental e não governamental das políticas intersetoriais, nos níveis estadual, municipal e mesmo de âmbito federal. Dessa forma, espera-se que os processos e os produtos gerados a partir desta pesquisa tenham impacto em todo o Sistema de Garantia de Direitos do Estado da Paraíba, com o fortalecimento das redes estaduais e municipais de enfrentamento a violações de direitos de crianças e adolescentes, com ações contínuas e incisivas que busquem reverter o quadro crescente de violências contra crianças e adolescentes. Os artigos e demais publicações gerados a partir desta pesquisa também serão importantes referenciais para a elaboração de estratégias de gestão governamental e não governamental, dos diversos órgãos que compõem as redes institucionais, fornecendo subsídios para a promoção e defesa de direitos, responsabilização e o controle social.

A realização desta pesquisa compreendeu um amplo processo de ensino-aprendizagem, investigação científica e articulação com a sociedade, iniciado com a estruturação e a formação da equipe de trabalho (coordenadoras/es, supervisoras e de pesquisadoras/es de campo), conforme será exposto no Capítulo a seguir, que apresenta o processo de pesquisa, o desenho metodológico e a sistematização dos dados coletados. Mas é importante enfatizar que esse processo de formação acadêmica e integração social permaneceu durante todo o percurso da pesquisa; seja

a partir da participação dos/as pesquisadores/as nas disciplinas temáticas preparatórias para o estudo e na inserção de estudantes pesquisadores em cursos de mestrado e doutorado, analisando resultados; seja na organização e participação em cursos e seminários formativos, sobre os dados da pesquisa, para profissionais, gestores e estudantes envolvidos com as políticas voltadas para crianças, adolescentes e famílias.

Durante o período de elaboração deste relatório, foram ofertados seminários temáticos e disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, sobre os conteúdos temáticos e análise de dados da pesquisa, envolvendo pesquisadores, estudantes interessados e docentes participantes do estudo. Também foram concluídas três dissertações de mestrado utilizando dados da pesquisa, e outras quatro se encontram em andamento, assim como duas teses de doutorado em universidades de Portugal, uma no ISCTE, em Lisboa, e outra na Universidade de Porto.

Com a preocupação de que os dados obtidos na pesquisa possam subsidiar a gestão pública, no sentido de fortalecer as políticas de enfrentamento às violações de direitos de crianças, adolescentes e famílias, antes mesmo da publicação deste relatório final, iniciamos o processo de publicização dos resultados do estudo. Inicialmente, em maio de 2019, apresentamos os dados estatísticos para os órgãos principais parceiros para a realização da pesquisa: a Comissão de Monitoramento do Plano Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes e fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária e para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Paraíba (CEDCA), com a presença, em ambos os espaços, da equipe técnica e gestores da Gerência de Proteção Especial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH-PB).

Em seguida (ainda em maio de 2019), estivemos no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), em Portugal, a convite dos organizadores da Conferência “Questões Atuais do Sistema de Proteção à Criança: perspectiva internacional”, para apresentarmos alguns resultados da pesquisa, com o debate sobre “Vulnerabilidade e Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes no Brasil”. Na mesma viagem, no início de junho de 2019, apresentamos a pesquisa, em Madri, na EASSW Conference; Meanings of Quality for Social Work Education in changing Europe, com enfoque na perspectiva inovadora da metodologia de investigação, que articula ensino, pesquisa e extensão/intervenção. Em agosto de 2019, participamos da X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em João Pessoa – PB, proferindo a palestra de abertura sob o Tema: “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”, quando também nos foi solicitado apresentar dados da pesquisa para subsidiar propostas de encaminhamento e deliberações no evento. Ainda em dezembro de 2019, os dados da pesquisa foram apresentados nos Cursos de Capacitação “CAPACITASUAS” promovidos pela SEDH/PB, para cerca de 400 trabalhadores (gestores, técnicos e conselheiros) que atuam nos CREAS e em demais Serviços da Proteção Social Especial do SUAS do Estado da Paraíba.

De junho a agosto a de 2020, ministramos um Curso On-line, “Crianças, Adolescentes e Famílias: Violação de direitos e estratégias de enfrentamento”, apresentando os resultados da pesquisa, em nove aulas, com média de três horas de duração, em que, além da exposição dos dados, contamos com a presença de professores debatedores e pesquisadores especialistas, sobre as temáticas emergentes na pesquisa. O curso teve a participação de 241 alunos de graduação e de pós-graduação da UFPB e de outras Universidades do Brasil, estudantes e profissionais e 17 docentes (pesquisadores do GEPAC e convidados). Todas as aulas estão disponíveis no YouTube

– Grupo de Pesquisa Gepac – UFPB: <https://www.youtube.com/channel/UCFr5LOmgNCD-4FWTWif5O4mA>.

Parte dos dados da pesquisa ora apresentada também já foram publicados em livro e periódico de circulação nacional e internacional. Em dezembro de 2019, a Revista *AMÉRICA LATINA HOY – Ediciones Universidad de Salamanca* publicou o artigo “Situación socioeconómica de los/las adolescentes involucrados en actos delictivos en el estado de Paraíba, Brasil”. E em 2020, foi publicado pela Editora Cortez, a Coletânea Pesquisa em serviço social e temas contemporâneos, com um capítulo intitulado: “Realidade social e violação de direitos de crianças, adolescentes e famílias”. As duas publicações são de autoria de pesquisadoras do GEPAC, atuantes na pesquisa. As referências completas dos textos estão nas Referências deste Relatório. E agora, temos a satisfação de publicar este relatório final, disponibilizando um conteúdo mais detalhado e abrangente dos resultados da pesquisa, mesmo que seja impossível contemplar a totalidade de informações disponíveis na base de dados e as análises que elas possam suscitar.

A partir desta introdução, no próximo item (capítulo 1), será apresentado o processo de pesquisa, seu desenho e o percurso metodológicos, desde a definição dos sujeitos a serem entrevistados; a construção do plano amostral; a elaboração dos instrumentos de pesquisa; o treinamento das/os pesquisadoras/es de campo e das pesquisadoras supervisoras, até a sistematização das informações na base de dados e tabulações. No capítulo 2, temos um panorama socioeconômico do Estado da Paraíba, território onde se desenvolveu a pesquisa, focalizando os dados demográficos e os indicadores de pobreza e vulnerabilidade social. É apresentada também a atual configuração das regiões geográficas do estado: regiões intermediárias e regiões imediatas, que serviram de referência para a consolidação dos dados da pesquisa.

Os demais capítulos do relatório são dedicados às análises dos dados específicos da pesquisa. O capítulo 3 descreve o perfil sociodemográfico e as condições socioeconômicas das famílias entrevistadas, denotando aspectos que caracterizam e distinguem as famílias participantes do estudo e seus membros: gênero, idade, escolaridade, estado civil, raça/etnia, religião, escolaridade, formação profissional, trabalho e renda. O Capítulo 4 evidencia as condições de moradia das famílias e a infraestrutura do território, como: acesso à água, a saneamento, à energia elétrica, à telefonia e à internet. O Capítulo 5 traz os dados relativos aos serviços de proteção social disponíveis no território de vivência das famílias entrevistadas: educação, saúde, assistência social, defesa e segurança, trazendo uma discussão sobre o que existe e o que as famílias ainda necessitam. No capítulo 6, a análise focaliza, exclusivamente, as situações de violações de direitos e riscos sociais vivenciadas pelas crianças e adolescentes das famílias participantes da pesquisa, a partir dos dados quantitativos, mas também trazendo falas das/os entrevistadas/os, tendo em vista uma melhor compreensão dessas situações. Por fim, nas Considerações Finais, resgatamos alguns pontos que sobressaíram no relatório, a serem priorizados nas gestões estaduais e municipais, na elaboração das políticas sociais de enfrentamento às violações de direitos de crianças, adolescentes e famílias, na Paraíba e também em outros estados do Brasil, considerando que as questões inerentes ao desrespeito aos direitos sociais e humanos e à necessidade de ampliação das políticas de proteção social têm dimensão nacional e, de certa forma, estão presentes nos diversos territórios, em todo o país.



1

SOBRE A PESQUISA,
O DESENHO E O
PROCESSO
METODOLÓGICO

A proposta de pesquisa sobre a situação de violação de direitos de crianças e adolescentes em todo o Estado da Paraíba e as políticas de enfrentamento exigiu uma metodologia de pesquisa que retrata a realidade e, ao mesmo tempo, tem impacto imediato sobre o contexto estudado, no sentido de provocar a mobilização e a articulação dos diversos segmentos e sujeitos envolvidos com participação ativa na pesquisa; propondo a reflexão desses atores sobre a real situação de negação e violação de direitos. Nessa direção, a formação da equipe de coordenação, supervisão e apoio ao processo da pesquisa foi primordial.

A formação, em termos de estruturação, dessa equipe de pesquisadores que deu sustentação ao projeto (docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação, técnicos das instituições parceiras) foi imprescindível para pensar e planejar todos os passos necessários do estudo: ajustes do projeto e apropriação da dimensão e dos propósitos da pesquisa por todos envolvidos; reflexão sobre a metodologia, definição de amostra e construção do plano amostral, preparação dos instrumentos de pesquisa, discussão sobre as temáticas a serem abordadas no estudo, realização e monitoramento permanente da pesquisa de campo.

O processo de formação da equipe foi ocorrendo gradativamente, de forma espontânea, reunindo inicialmente os pesquisadores (docentes e discentes de graduação, de mestrado e doutorado), dos grupos de estudo vinculados ao PPGSS/UFPB: o GEPAC e o NEPPS, mas logo, a partir das necessidades apresentadas pelo projeto, o grupo foi ampliado, vinculando outros participantes das áreas de trabalho da pesquisa. Assim, a equipe contou com a participação de docentes e pesquisadores das áreas relacionadas à temática da infância e adolescência (serviço social, psicologia, educação, estatística, informática) da própria UFPB e de outras universidades (FAP-PB, FPB, UNIFACISA, UEPB, UNESP-SP, UEL-PR, ISCTE-Lisboa-PT, Universidade de Salamanca – USAL-ES). A equipe contou também com a participação ativa de técnicos, profissionais atuantes na rede de serviços de atendimento a crianças e adolescentes: Secretarias de Assistência Social (estadual e municipal), CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Conselho de Direito, Juizado da Infância e Juventude, instituição de ensino básico, serviços de saúde e segurança pública, o que foi fundamental para nossa aproximação com a realidade a ser pesquisada.

Essa equipe de coordenação, supervisão e apoio à pesquisa, formada por 39 pesquisadores, vinculados ao GEPAC, deu início ao processo de construção e desenho do estudo, traçando os

cominhos a serem percorridos conforme a proposta previamente elaborada: a definição do tipo de pesquisa, dos sujeitos do estudo, universo e amostra, elaboração dos instrumentos de pesquisa; treinamento dos pesquisadores de campo e o processo de aplicação e digitação dos formulários/questionários; sistematização das informações em banco de dados, tabulação e análise.

1.1 TIPO DE PESQUISA

Ao traçarmos os caminhos da pesquisa ora apresentada, partimos da compreensão de que o conhecimento científico é construído utilizando-se métodos, procedimentos e critérios também científicos que possibilitem a interlocução entre os dados empíricos e a realidade que eles evidenciam. Assim sendo, neste estudo, a opção pelas metodologias de pesquisa quantitativa e qualitativa possibilitou a apropriação de forma crítica e aprofundada da realidade que se buscou investigar: a situação de violação de direitos e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e famílias no Estado da Paraíba.

Sem dúvida, a combinação da abordagem quantitativa com a qualitativa permite integrar, de forma coerente e complexa, dois eixos do conhecimento particularmente relevantes para a construção de uma prática emancipadora e política: o conhecimento produtor e produzido do/ no cotidiano do “mundo vivido” das percepções e experiências dos sujeitos (ALBUQUERQUE, ALMEIDA e SANTOS, 2013, p.32).

Conforme Demo (1992), não deve existir dicotomia entre quantidade e qualidade, como se uma fosse a degradação da outra. A realidade social possui ambas as dimensões e, embora pareçam possuir lógicas próprias, uma complementa a outra. Minayo (2009) também sinaliza que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, esses elementos se complementam, interagem dinamicamente ao revelarem a realidade, excluindo qualquer dicotomia.

A abordagem quantitativa tem como característica a quantificação dos dados indicativos de frequência dos fenômenos, a exemplo de indicadores de prevalência, percentagens, médias de uma determinada população ou segmento estudado, a partir de amostra representativa. A utilização de tratamentos estatísticos, a verificação e a identificação das relações do objeto da pesquisa são partes dos critérios de cientificidade no processo de apreensão da realidade. Enquanto a pesquisa de natureza qualitativa possibilita o aprofundamento e o detalhamento da problemática estudada, a partir da utilização de procedimentos descritivos, que permitem detectar e decodificar o significado das situações para os sujeitos e o impacto em suas vidas. As reflexões sobre esses tipos de abordagem podem ser encontradas nos estudos de diversos autores além dos já mencionados acima, a exemplo de Becker (1993), Fujisawa, (2000), Gil, (1999).

1.2 SUJEITOS DA PESQUISA: UNIVERSO E AMOSTRA

Conforme o objetivo central deste estudo sobre os fatores que incidem na emergência e/ou permanência de situações de violação de direitos infanto-juvenis, com possível desdobramento de quebra de vínculos familiares e comunitários, a pesquisa de campo foi realizada com famílias de crianças e adolescentes que já tinham sofrido alguma forma de violação de direitos e que estavam ou tinham sido atendidas e acompanhadas pela rede de proteção de crianças e adolescentes dos municípios da Paraíba, especialmente pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) municipais e regionais, sendo entrevistadas/os mães, pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes.

A escolha das famílias participantes do estudo foi feita pelas próprias pesquisadoras de campo, seguindo o critério de acessibilidade à família já atendida no serviço e de aceitação do familiar em participar da pesquisa. As modalidades de violação ou riscos sociais vivenciados pela criança e/ou adolescente também não foram pré-definidos, tendo sido apontados no momento da entrevista. Todavia, no decorrer da entrevista, ao ser apresentado pelo/a entrevistador/a o elenco de violações constantes no formulário, outros casos de violação de direitos dos membros da família com menos de dezoito anos de idade iam sendo revelados, e mesmo as situações que não tinham registro nos CREAS foram incluídas e detalhadas nas informações coletadas nos questionários. O fato de as/os pesquisadoras/es entrevistadoras/es serem técnicas/os atuantes dos CREAS possibilitava, quando era necessário, a orientação de retorno das famílias para o atendimento no serviço.

A partir do exposto, o universo da pesquisa foi então constituído do contingente de famílias com crianças e adolescentes atendidas nos 78 CREAS municipais e nos 26 CREAS regionais da Paraíba, devido a situações de violação de direitos. Todavia, na construção do plano amostral, foram considerados alguns elementos norteadores: 1. os indicadores do IBGE com os dados populacionais dos municípios da Paraíba, 2. os relatórios mensais encaminhados pelos CREAS municipais e regionais à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH-PB), órgão que coordena as atividades desses centros em todo o Estado. Essas informações foram de extrema importância para a formulação da amostra representativa do universo pesquisado, uma vez que esses relatórios evidenciam a prevalência das ocorrências de casos de violações nos municípios. Agregado a isto, outra decisão importante para o estudo foi a ampliação da amostra, de forma que todos os municípios da Paraíba fossem contemplados com pelo menos duas situações de violação, tendo em vista que, considerando-se apenas o cálculo populacional, vários municípios de pequeno porte seriam excluídos do estudo.

Nesse sentido, uma decisão importante no planejamento amostral foi a definição adequada do tamanho da amostra das famílias participantes da pesquisa. Portanto, na construção do estudo em foco, conforme o plano amostral¹, a opção foi especificar adequadamente que o alvo para inferência seria os indicadores definidos como proporções populacionais. Todos os procedi-

¹ Plano Amostral elaborado pelo Prof. Dr. Hemílio Fernandes Coelho do Departamento de Estatística da UFPB.

mentos para implementação do referido plano foram realizados utilizando-se o ambiente de programação, análise de dados e gráficos R, que pode ser obtido gratuitamente em <http://www.r-proje.t.org>. Trata-se de uma linguagem constituída pela forte relação entre a flexibilidade de linguagens compiladas (como C e C++, por exemplo) e a conveniência aplicada de tradicionais pacotes estatísticos.

Assim, considerando os relatórios mensais dos CREAS mencionados, o plano amostral adotado foi o de alocação proporcional ao tamanho. A justificativa deste plano amostral é devida ao fato que, em muitas pesquisas por amostragem, estimativas razoáveis são exigidas para estratos e também para suas subdivisões. Quando essas subdivisões possuem variação considerável em tamanho populacional ou em importância administrativa, problemas podem ocorrer com o uso de métodos de alocação padrão. O método de alocação proporcional tem o objetivo de alocar tamanhos de amostra de forma equilibrada, ou seja, quanto maior for o porte de um estrato, maior será o tamanho de amostra a ele alocado.

O dimensionamento da amostra foi efetuado no propósito de oferecer precisão igual às estimativas para proporção. Considerando uma margem de erro de 1,5% de afastamento da proporção de interesse, e adotando-se um nível de confiança de 95%, tem-se que o tamanho da amostra calculado foi de 747 famílias, e a distribuição das entrevistas a serem realizadas se daria de forma proporcional ao número de famílias por município. Partindo-se de uma previsão inicial de 15% de perdas, o tamanho final da amostra foi de 859 famílias. Tendo em vista o total de famílias selecionadas, decidiu-se por alocá-las de forma proporcional para cada município, de acordo com seu respectivo número de famílias no ano de 2015, conforme IBGE, ano de referência dos dados para construção do plano amostral.

1.3 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para coleta dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, foram elaborados formulários/questionários nos quais os dois tipos de informação foram captados de forma complementar. 1. as questões cujas possibilidades de respostas são pré-elaboradas, mas permitem a livre escolha dos entrevistados e possibilitam a análise estatística dos dados informados; e 2. as informações qualitativas, coletadas a partir de questões abertas, ao estilo da entrevista semiestruturada, com organização flexível e margem para ampliação dos questionamentos à medida que as informações são fornecidas pelo entrevistado.

Para Manzini (1990/1991),

Na entrevista semi-estruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente a entrevista semi-estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

Na construção dos instrumentos de coleta de dados, além das/os pesquisadoras/res coordenadora/res do projeto, consideramos importante envolver no processo de elaboração também as/os profissionais que atuam na política de atendimento de crianças e adolescentes e demais membros da equipe envolvidos em estudos da temática. Esse processo ocorreu com rodas de diálogos para discussões e revisão do conteúdo e forma dos formulários, contamos inclusive com a presença da equipe de informática e gerenciamento do banco de dados, tendo em vista facilitar a estruturação dos formulários on-line.

Os formulário/questionários de coleta de dados foram construídos com base em outros instrumentos de pesquisas desenvolvidos pelo GEPAC/UFPB, dentre os quais destacamos: o questionário da Pesquisa “Opinião da Comunidade sobre os Direitos Sociais”, em parceria com a COMCERN UNIVERSAL; o instrumento sobre a Situação de Vulnerabilidade e Risco Social da Criança e do Adolescente em Santa Rita – PB; o formulário do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Além desses instrumentos acima citados, foram consultados: o formulário de registro de atendimento mensal do CREAS/MDS; o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o instrumento da pesquisa sobre “Avaliação da capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda no Estado da Paraíba” da UFPB/NEPPS /Casadinho/PROCAD.

Para validação dos questionários elaborados, foram realizadas simulações entre os próprios membros da equipe, uma vez que vários pesquisadores são profissionais atuantes nos serviços de atendimento às famílias com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos. Também foram aplicados questionários pré-testes com alguns familiares de crianças e adolescentes atendidos em CREAS de João Pessoa-PB, cidade onde funciona o grupo de pesquisa GEPAC. Todos os entrevistadores que realizaram o pré-teste atuavam como profissionais dos CREAS e participaram integralmente da pesquisa como pesquisadores de campo e como supervisores, o que favoreceu enormemente a identificação de ajustes necessários aos formulários.

Autores, a exemplo de Gil (1999), Triviños (1987) e Manzini (1990/1991), destacam a importância de realização do pré-teste ou estudo-piloto a partir de entrevistas preliminares com pessoas que possuam características semelhantes às da população-alvo do estudo, tendo em vista assegurar a qualidade do instrumento de pesquisa. Clareza e precisão dos termos, a formulação, a ordem e o desdobramento das questões, a estrutura e o roteiro do questionário são aspectos que devem ser observados no pré-teste. Acrescenta-se ainda a codificações específicas para a digitação, de forma a evitar inconsistências no banco de dados.

1.4 TIPOLOGIA DAS QUESTÕES DOS FORMULÁRIOS/QUESTIONÁRIOS: ORIENTAÇÕES PARA OS PESQUISADORES DE CAMPO

Perguntas Fechadas

São questões respondidas com um círculo em volta das opções de respostas ou com pequenas descrições quando as alternativas apresentadas não correspondem à resposta do entre-

vistado. Os pesquisadores devem observar quais questões podem ter mais de uma resposta e preencher todos os campos da forma mais completa possível.

Perguntas Abertas

São aquelas que deixam espaço à livre expressão do entrevistado e apenas anunciam a pergunta sem qualquer direcionamento de respostas. O pesquisador deve preencher com letra legível e sem rasuras, explorar ao máximo a resposta e, caso ache conveniente e de comum acordo, pode usar o gravador.

- **Questões Semiabertas (mistas):** são aquelas que o entrevistado pode desenvolver (completar, relacionar) sua opinião, parte de uma questão fechada e solicita um complemento para a resposta dada.
- **Questões Fechadas:** são aquelas que apresentam as respostas, cabendo ao entrevistado optar a partir do roteiro indicado.
- **Questões de Múltipla Escolha:** quando o entrevistado pode escolher uma (ou mais) resposta entre as alternativas apresentadas.
- **Questões Escalar:** quando o entrevistado deve enumerar as respostas pré-determinadas em ordem de sua preferência.

Conteúdo dos Formulários/Questionários

Os formulários/questionários da pesquisa realizada com as famílias atendidas nos CRES estão organizados em **7 Blocos** com 3 Legendas, totalizando **99 Questões**. Cada um dos blocos representa uma dimensão a ser analisada, a saber:

Formulário 1 – Base de dado 1

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTA (Identificação do questionário, do pesquisador e do supervisor)
2. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)
3. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE/TERRITÓRIO
4. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA FAMÍLIA

Formulário 2 – Base de dado 2

5. COMPOSIÇÃO E PERFIL DA FAMÍLIA

Formulário 3 – Base de dado 3

6. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE
7. AVALIAÇÃO/ COMENTÁRIOS DO/A ENTREVISTADO/A SOBRE AS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

OBSERVAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

LEGENDA – COMPOSIÇÃO E PERFIL DA FAMÍLIA

LEGENDA – TIPO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS

LEGENDA – CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÕES DE

DIREITOS DE CRIANÇA E OU ADOLESCENTE

É importante destacar que, além do formulário físico a ser preenchido pelo pesquisador no momento presencial da entrevista, foram elaborados os formulários virtuais on-line, respectivamente a cada formulário impresso, para os quais os pesquisadores transcreveram as informações coletadas no questionário físico. As informações digitadas imediatamente foram armazenadas no banco de dados e disponibilizadas para revisão e validação dos supervisores e gerente de informática e banco de dados.

Os formulários da pesquisa se constituíram em instrumentos diagnósticos imprescindíveis ao estudo. Ao serem aplicados, possibilitaram a revelação de importantes indicadores sobre o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e famílias com violação de direitos do Estado da Paraíba e sobre os fatores que incidem na emergência e ou permanência das situações de violação, de forma a subsidiar a gestão governamental e não governamental das políticas intersetoriais, nos níveis estadual e municipal.

1.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa ora apresentada atende às orientações propostas pela Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, no tocante ao respeito ao participante e da livre opção por participar ou não do estudo. Assegura-se o compromisso de garantir os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica e aos sujeitos da pesquisa.

Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um instrumento de garantia da voluntariedade, buscando preservar a autonomia de todos os participantes, sua apreciação, anonimato e sigilo, com o conhecimento da finalidade e dos benefícios da pesquisa. O TCLE trata do consentimento livre do entrevistado, considerando que nenhuma limitação ou restrição deve influenciar a decisão e a expressão da vontade do indivíduo em participar da pesquisa.

Nesse item, é importante destacar a ampla adesão à pesquisa por todos os atores envolvidos no processo. Além dos pesquisadores e entrevistados, um número expressivo de mais de 80 gestores (Secretários Municipais e Estaduais de Assistência Social) e operadores de direitos (Juizes da Infância e Juventude) livremente e de forma colaborativa assinaram os termos de anuência necessários para a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde – CEP/CCS/UFPB, através da Plataforma Brasil.(CAAE 61921416.7.0000.5188), tendo sido devidamente avaliado e obtido a aprovação para a execução. Merece destaque especial também o apoio fundamental à pesquisa, por parte da SEDH-PB, do Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS-PB e do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) (através da Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJU/TJ/PB) e do Ministério Público da Paraíba), para agilização dos Termos de Anuência dos gestores e operadores dos municípios.

1.6 TREINAMENTO DOS PESQUISADORES DE CAMPO E O PROCESSO DE APLICAÇÃO E DIGITAÇÃO DOS FORMULÁRIOS/QUESTIONÁRIOS

A aplicação dos formulários/questionários foi realizada por técnicos, assistentes sociais e psicólogos que fazem parte da equipe de referência dos CREAS. A escolha dos profissionais que atuam nesses Centros de Referência se legitima pela dimensão complexa do trabalho com violação de direitos de crianças e adolescentes e pela ação institucional que desenvolvem de atendimento/acompanhamento das famílias, o que garantiu a confiança nos depoimentos, minimizando o constrangimento do entrevistado em falar sobre a situação de violência vivida pela criança e/ou adolescente e pela família.

Outro aspecto relevante observado no processo de pesquisa, favorecido pelo fato de o/a pesquisador/a ser o/a profissional que faz o atendimento à família, foi a constatação da necessidade de retorno da família ao CREAS, para continuar o acompanhamento, em virtude da identificação no processo de aplicação do questionário, de outras violações de direitos que não tinham sido percebidas durante o atendimento e/ou outras que surgiram após o término do acompanhamento. Esse fato ocorreu em várias entrevistas, como resultante do processo de capacitação dos pesquisadores e dos conteúdos dos instrumentos de coleta de dados, possibilitando uma reação imediata entre pesquisa e intervenção, o que evidenciou a satisfação de pesquisadores e entrevistados no processo.

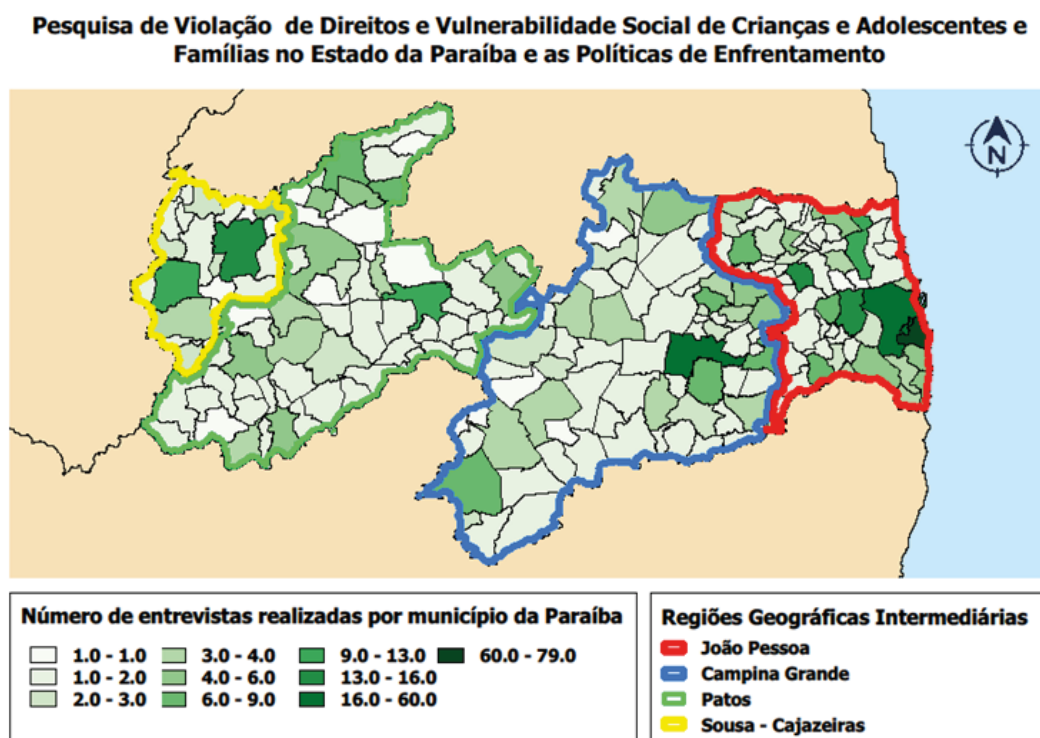
Como mencionamos acima, o acompanhamento da pesquisa foi realizado por uma equipe de pesquisadores supervisores já atuantes no GEPAC e no NEPPS, com experiência em pesquisa de campo, com conhecimento prático e acadêmico na temática em estudo, com habilidade em ferramentas informacionais e domínio sobre formulários/questionários. Além de atuarem na formação e treinamento dos pesquisadores de campo, também assumiram a função de acompanhá-los e orientá-los nos eventuais problemas, e ainda revisar e validar os formulários/questionários aplicados.

Fizeram parte da pesquisa de campo 11 supervisores e 195 pesquisadores. Todos tiveram treinamento em oficinas presenciais de capacitação, sobre o conteúdo, aplicação e digitação dos instrumentos. Após esse momento, teve início o processo contínuo de acompanhamento sistemático de aplicação dos questionários paralelamente à formação temática com aulas presenciais e remotas, por meio da plataforma Moodle UFPB Virtual (<http://www.uead.ufpb.br>), ministradas pela equipe de professores e coordenadores do projeto em disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. O processo de preparação dos pesquisadores e supervisores para a pesquisa de campo iniciou em julho de 2016, mas a etapa de aplicação dos questionários pelos pesquisadores ocorreu em 2017 e 2018, com ajustes de revisão e digitação em 2019.

O trabalho de campo realizado pelos pesquisadores transcorreu com acompanhamento sistemático dos supervisores e coordenadores do projeto, tirando dúvidas, orientando a digitação e resolvendo os impasses naturais do processo de pesquisa de campo. Todos os pesquisadores

recebiam os formulários/questionários físicos a serem aplicados, legendas, folders explicativos da pesquisa, termos de consentimento, além do Manual do Pesquisador, elaborado pela equipe de coordenação, contendo o passo a passo do preenchimento e os procedimentos pertinentes à entrevista. Esse documento consistiu numa importante ferramenta de campo, para nortear os pesquisadores no processo de aplicação dos formulários/questionários. Cada supervisora tinha seu grupo de pesquisadores para comunicação por rede social, por telefone ou mesmo, quando possível, presencial. A quantidade de formulários/questionários aplicados e digitados por pesquisador variou entre um e dez, ficando a média de quatro formulários/questionários por pesquisador. Nesse ponto, merece destaque o alto aproveitamento dos formulários aplicados devido ao processo de capacitação dos pesquisadores e de monitoramento da aplicação, chegando a superar bastante a expectativa de perda calculada no plano amostral, que indicou uma amostra calculada de 747 famílias, com acréscimo de 15% devido às perdas, o que levou a uma amostra estimada de 859 famílias. Entretanto, os questionários válidos atingiram 837 famílias, o que equivale a uma perda de apenas 0,3%.

Figura 1 – Distribuição dos entrevistados por município – Mapa do Estado da Paraíba – Regiões intermediárias



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social – GEPAC/PPGSS/UFPB – Elaboração: Patricia Albuquerque Medeiros.

Devido à quantidade de perguntas formuladas nos questionários, e dentro dos parâmetros éticos aprovados pelo Comitê Científico de Pesquisas, em alguns casos, no processo das entrevistas, foi utilizado o gravador, para as perguntas abertas e, posteriormente, transcritas as respostas para o formulário. Belei (2008, p.189), citando Schraiber (1995), sinaliza que o uso do gravador na realização de entrevistas amplia o poder de registro e captação de elementos importantes na comunicação, como pausas de reflexão, dúvidas, entonação da voz, o que favorece a compreensão da narrativa.

As salas de aula virtuais, através da UFPB Virtual acima mencionada, também forneceram suporte imprescindível nesse processo de trabalho de campo, tendo em vista que a pesquisa foi realizada em todo o Estado da Paraíba, com pesquisadores residentes nos 223 municípios, o que tornava inviável a formação e o acompanhamento permanente presencial. Nas salas de aula na modalidade remota foi possível realizar discussão sobre o projeto de pesquisa, a metodologia e os conteúdos temáticos da pesquisa: violências e violações de direitos, violência estrutural, trabalho infantil, violência sexual, negligência, abandono e acolhimento institucional, entre outros temas. As dúvidas também eram debatidas nos fóruns e sala de café da Plataforma Virtual.

1.7 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM BANCO DE DADOS, TABULAÇÃO E ANÁLISE

Após a digitação de todos os questionários, foram realizados treinamentos dos supervisores para a validação dos questionários digitados no banco de dados, a partir do formulário impresso e enviado por cada pesquisador. Com a validação concluída, iniciou-se a etapa de revisão e padronização dos dados disponibilizados no banco, o que foi feito pela equipe de estatística e informática, juntamente com a coordenação do projeto, para, em seguida, gerar as tabelas e os gráficos correspondentes a cada questão dos formulários e aos cruzamentos de dados necessários para elaboração dos relatórios estatísticos e analíticos.

A pesquisa viabilizou, portanto, a construção de um banco de dados informatizado com atualização permanente durante todo o processo de registro, revisão e verificação de consistência das informações coletadas por meio dos formulários on-line. A checagem desses dados digitados no banco com os respectivos formulários manuscritos arquivados e até mesmo com o/a pesquisador/a entrevistado/ar ocorreu todas as vezes que se mostrou necessário esclarecer alguma dúvida relacionada às informações digitadas. Dessa forma, o rigor do registro dos dados e o aproveitamento ao máximo de todos os questionários aplicados foram a marca principal do processo de construção do banco e da sistematização posterior dos dados em relatórios estatísticos com gráficos e tabelas expostos neste relatório, para subsidiar as análises. É importante destacar que essa etapa tem sido constante na pesquisa, acompanhando todo o processo de elaboração de relatórios, dissertações teses e outras publicações.

O banco de dados foi estruturado a partir de três grandes grupos de respostas dos formulários impressos, registrados separadamente em três formulários digitais que formaram três bases de dados: uma com os dados gerais das famílias; outra com os dados detalhados do perfil de todos os membros das famílias; e outra base de informações a partir das respostas descritivas das situações

de violação de direitos vividas pelas crianças e adolescentes das respectivas famílias. Essas bases de dados estão interligadas, tendo como ponto de conexão a pessoa entrevistada responsável pelas crianças e/ou adolescentes que sofreram a violação e/ou vivenciaram situação de risco social.

Após o processo de revisão, validação e sistematização dos dados da pesquisa, disponibilizados em banco de dados, o passo seguinte foi o processo de análise e elaboração de relatórios e textos para divulgação dos resultados. Para a sistematização analítica das informações, utilizamos o método de análise de conteúdo, definida por Bardin (1977, p.42) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Minayo (2009) resgata o processo histórico de construção da análise de conteúdo e sua conceituação, tomando o mencionado estudo de Bardin como umas das principais referências. A autora destaca a importância da análise de conteúdo para a verificação do que está por trás das expressões, ou seja, do que foi manifestado, do que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado, que é o ponto de partida para a identificação do conteúdo latente. Conforme a autora:

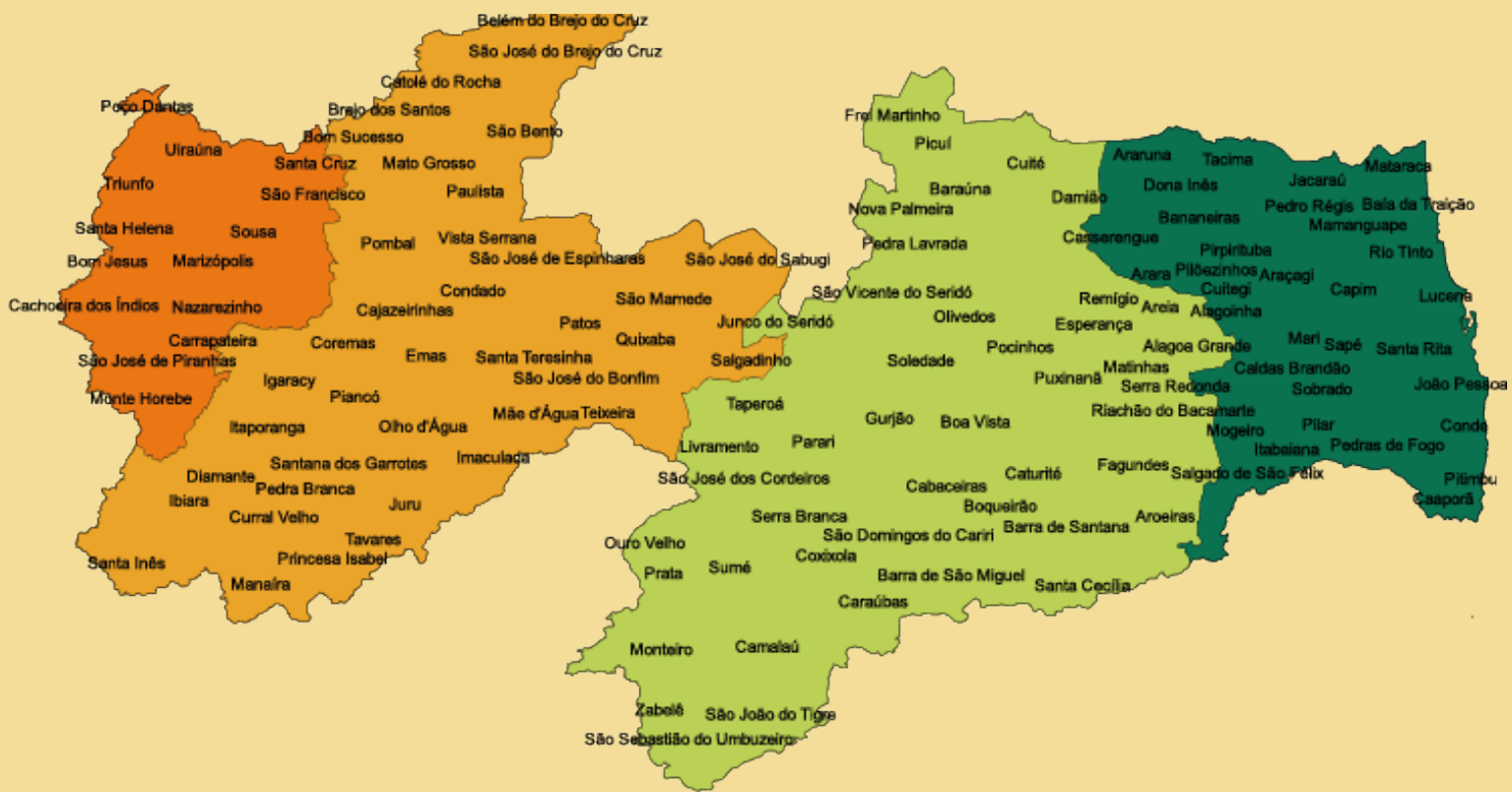
No que se refere à interpretação, observamos que com esse procedimento procuramos ir além do material. E, com base nas inferências, discutimos os resultados da pesquisa numa perspectiva mais ampla, trabalhando na produção do conhecimento de uma área disciplinar ou de um campo de atuação. Assim, através desse procedimento, procuramos atribuir um grau de significação mais ampla aos conteúdos analisado (MINAYO, 2009, p. 90).

Os dados qualitativos da pesquisa foram sistematizados a partir dos relatos dos familiares, mais especificamente, sobre o acesso às redes de serviço de proteção social existentes em seus territórios de moradia e sobre as violações de direitos e riscos sociais vivenciados pelas crianças e adolescentes. Como recurso informático, para facilitar a sistematização dos dados qualitativos, utilizamos softwares de análise qualitativa, inicialmente, o *soft Iramuteq*, que foi adotado como processo pedagógico da equipe, supervisionado por Evelyn Saraiva, docente participante do estudo. Conforme a referida pesquisadora:

o *software* possui subprogramas que processam a análise das categorias, iniciando com o agrupamento de palavras dentro de categorias definidas pelo pesquisador, ainda permite um processo complementar, que compreende a comparação de sub-amostras (variáveis) gerando arquivos necessários para serem descritos e analisados pelo pesquisador (COUTINHO; SARAIVA, 2011, p. 154).

Contudo, com o avanço das análises, na elaboração de textos, dissertações, teses e relatório, o software Maxqda também foi sendo adotado, por simplificar diversas operações da leitura textual. Essas mediações tecnológicas nos possibilitaram o agrupamento de sentenças e uma leitura mais precisa dos relatos descritivos das pessoas entrevistadas, permitindo uma melhor visualização dos detalhes que precisam vir à tona e a consolidação de informações dispersas, o que seria impossível sem esse mecanismo informacional, diante da imensidade de conteúdos qualitativos das falas dos familiares entrevistados.

Mas, antes de mergulharmos na etapa de análise dos dados resultantes da pesquisa, é importante situar o lugar de onde estamos falando, o território em sua dimensão geográfica, econômica, política e social, espaço de proteção e também de desproteção social e que será apresentado no item a seguir, a partir de levantamento de dados secundários que traçam a configuração do Estado da Paraíba.



2

O ESTADO
DA PARAÍBA:
TERRITÓRIO
DA PESQUISA

O Estado da Paraíba está localizado no Nordeste brasileiro, em divisa com os estados de Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico. Possui extensão territorial de 56.469,466 quilômetros quadrados, 223 municípios e uma população estimada de 4 milhões de habitantes (IBGE para 2019). Entre todos os estados do país, a Paraíba está na 19ª posição de desempenho econômico, ficando à frente de Alagoas, Piauí, Rondônia, Sergipe, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima. A geração de riqueza no Estado está concentrada em apenas cinco cidades (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Patos). De acordo com dados do IBGE, em 2016, no somatório de todos os municípios paraibanos, o PIB chegou a R\$ 59,08 bilhões, sendo João Pessoa com o mais alto PIB (R\$ 18,7 bilhões) e o município de Mato Grosso com o menor (R\$ 22,2 milhões).

Conforme os dados do IBGE e da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), publicados no site do Governo do Estado em 10/11/2020, o crescimento acumulado do PIB da Paraíba, no período 2010-2018, foi de 14,2%, situando-se acima dos acumulados do Brasil (5,6%) e do Nordeste (8,4%). Esse percentual eleva o Estado para o 3º lugar na região Nordeste e o 10º no país, em termos de crescimento. O PIB *per capita* paraibano cresceu nominalmente 3,9%, passando para R\$ 16.108 em 2018.

Com relação à produção econômica na Paraíba, destaca-se o setor de serviços (que inclui o comércio de produtos), seguido da indústria nas áreas de alimentos, têxtil, de couro e calçados e sucroalcooleiro, além da agricultura, com o cultivo do algodão, abacaxi, mandioca, milho e feijão, e da pecuária de bovinos e caprinos. Em 2018, o setor de serviços destacou-se como sendo o que mais agrega Valor Adicionado Bruto (VAB) para a economia paraibana, contribuindo com a maior participação (80,6%), elevando-se 1,5%.

Na faixa litorânea do Estado da Paraíba, estão situados nove municípios: Mataraca, Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto, Lucena, Cabedelo, Conde, Pitimbu e João Pessoa, capital do Estado, onde se encontra a Ponta do Seixas, ponto oriental mais extremo do Brasil e da América do Sul. A cidade de João Pessoa fica a apenas 121 quilômetros de distância de Recife, capital de Pernambuco, e a 189 quilômetros da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Nesse aspecto, destacamos as cidades do litoral, que concentram as belezas naturais das praias para chamar atenção também à situação de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes nessas

localidades para o trabalho precoce, inclusive com exposição à exploração sexual, devido ao contingente de famílias em situação de pobreza existente nesses territórios e ao fluxo de turismo e de comércio nesses municípios, sobretudo em estação de veraneio.

2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

As análises a seguir tomam como referências dados coletados das bases do IBGE, do PNUD e da FJP, disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2021) e outros dados que utilizaram as bases mencionadas. Esclarecemos ainda que, em virtude da falta de indicadores censitários mais recentes, não foi possível realizar a leitura comparativa de todas as informações contidas nas tabelas que apresentam o panorama socioeconômico e demográfico da Paraíba, de 1991 a 2017. Contudo, procuramos atualizar esses dados o máximo possível, tendo em vista melhor dimensionarmos o contexto do território paraibano, onde serão analisadas as violações de direitos de crianças, adolescentes e famílias, sujeitos protagonistas da realidade e das histórias contidas neste relatório.

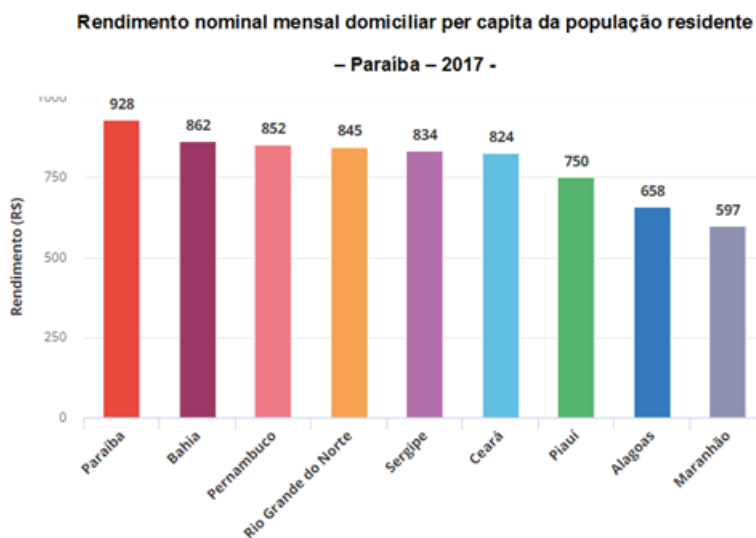
Segundo o IBGE, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, em 2018, foi de R\$ 898, colocando o Estado na 18ª posição no *ranking* nacional. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), medido pelo PNUD, em 2017, a Paraíba ocupa o 19º lugar, com índice de 0,722, à frente do Acre (719), Bahia (714), Sergipe (7002), Pará (0,698), Piauí (0,697), Maranhão (0,687) e Alagoas (0,683). Vale destacar que em 1991 o IDHM da Paraíba era de 0,382, passou para 0,506, em 2000, e, em 2010, alcançou um índice considerado médio, de 0,658. Como referência, no mesmo período de 1991 e 2010, o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727.

Nesse período de 1991 a 2017, dos três componentes que formam o IDHM, o de Educação teve uma evolução mais expressiva, passando de 0,191, em 1991, para 0,555, em 2010, e para 0,671, em 2017, o que representa um incremento significativo de crianças e adolescentes nas escolas e com formação nas diversas faixas etárias e níveis de ensino. Contudo, esse é o 20º lugar no *ranking* nacional desse índice.

O componente Longevidade também teve uma melhoria substancial, com a esperança de vida dos paraibanos chegando a 72 anos em 2010, superando os 59 anos calculados em 1991. Em 2017, a expectativa de vida foi elevada para 73,5, ocupando o 16º lugar no país e, em 2019, ficou em 74,1.

O índice Renda teve um baixo crescimento relativo entre 1991 a 2010, passando de 0,515, em 1991, para 0,582, em 2000, chegando a 0,656, em 2010. A partir de então, percebe-se um crescimento mais acelerado, chegando a 0,809, em 2017, situando-se em 17º no *ranking* nacional. Ao longo desse período, a renda *per capita* dos paraibanos passou de R\$ 196,59, em 1991, para R\$ 474,94, em 2010, e para R\$ 601,57, em 2017. Já o Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente na Paraíba foi R\$ 928, valor considerado o mais alto do Nordeste.

Gráfico 1 – Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente
– Paraíba – 2017



Fonte: IBGE/GI

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes
– Estado da Paraíba

IDHM e componentes	1991	2000	2010	2017
IDH	0,382	0,506	0,658	0,722
IDHM Educação	0,191	0,331	0,555	0,670
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	20,56	26,88	42,55	52,41
% de 5 a 6 anos na escola	37,78	79,09	94,13	98,12
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	18,41	35,74	81,67	92,91
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	9,87	19,68	44,85	58,80
% de 18 a 20 anos com médio completo	7,64	12,31	32,88	54,36
IDHM Longevidade	0,565	0,672	0,783	0,810
Esperança de vida ao nascer	58,88	65,34	72,00	73,53
IDHM Renda	0,515	0,582	0,656	0,690
Renda per capita	196,59	299,09	474,94	601,57

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.2 DEMOGRAFIA

Conforme dados do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba totaliza 3.766.528 habitantes, em 2010, sendo o 5º estado mais populoso do Nordeste brasileiro. O crescimento demográfico é de 0,9% ao ano; a densidade demográfica é de aproximadamente 66,7 hab/km². A população estimada pelo IBGE em 2017 foi de 3.974.437 e, em 2018, foi de 3.996.496 habitantes.

Entre 1991 e 2017, verifica-se a predominância da população residente feminina, com uma diferença de mais de 100 mil habitantes em relação à população residente masculina, conforme tabela a seguir. No período 1991 a 2000, a população rural da Paraíba decresceu mais de 200 mil habitantes, o que resultou, juntamente com o crescimento populacional no período, em um incremento nas áreas urbanas dos seus diversos municípios de quase 800 mil habitantes, o equivalente à população da capital João Pessoa.

Tabela 2 – população total por gênero – rural/urbana – Estado da Paraíba

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)	População (2017)	% do Total (2017)
População total	3.201.114	100,00	3.443.825	100,00	3.766.528	100,00	4.025.558	100,00
População residente masculina	1.547.243	48,33	1.671.978	48,55	1.824.379	48,44	1.948.919	48,21
População residente feminina	1.655.264	51,71	1.771.847	51,45	1.942.149	51,56	2.076.640	51,60
População urbana	2.052.066	64,10	2.447.212	71,06	2.838.678	75,37	-	-
População rural	1.149.048	35,90	996.613	28,94	927.850	24,63	-	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Com relação à estrutura etária da população paraibana, os dados mostram que há uma alteração na forma da pirâmide populacional. De um lado, ocorreu uma redução da população com menos de 15 anos de idade, que passou de 1.212.776, em 1991, quando representava 37,89% da população total, para 954.986 crianças/adolescentes, em 2010, correspondendo a 25,35% da população total.

Por outro lado, a população idosa, com 65 anos ou mais, teve um crescimento de mais de 50% no período de 1991 a 2010 e, se considerarmos até o ano de 2017, esse percentual ultrapassa

100%. Ou seja, passou de 208.348 para 434.227 nesse período, com uma taxa de envelhecimento que aumentou de 6,51% para 10,85% em 2017.

Quanto à razão de dependência, a relação da população com faixa etária de 15 a 64 anos em relação às demais, no período de 1991 a 2010, houve um decréscimo, passando de 79,92, em 1991, para 63,08, em 2000, e finalmente em 51,14, em 2010. E, mesmo sem apresentar os dados fracionados por faixa de idade, a razão de dependência, em 2017, reduziu para 47,55.

Tabela 3 – Estrutura etária da população – Estado da Paraíba

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)	População (2017)
Menos de 15 anos	1.212.776	37,89	1.083.491	31,46	954.986	25,35	-
15 a 64 anos	1.779.990	55,61	2.112.005	61,33	2.490.320	66,12	-
População de 65 anos ou mais	208.348	6,51	248.329	7,21	321.222	8,53	434.227
Razão de dependência	79,92	-	63,08	-	51,14	-	47,55
Taxa de envelhecimento	6,51	-	7,21	-	8,53	-	10,85

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer do paraibano aumentou de 58 anos para 72 anos num período de 19 anos, entre 1991 e 2010. Em 2017, esse indicador foi elevado para 73,5 anos. Já a mortalidade infantil teve uma redução bastante significativa, com uma queda de 74,5 mortes, em 1991, para 21,7 em 2010, e para 13,3, em 2017, para cada mil nascidos vivos. Em relação à mortalidade até 5 anos de idade, a queda foi ainda mais efetiva, passando de 97 para 23,4 mortes para cada mil crianças. No que se refere à taxa de fecundidade, houve uma diminuição na média de filhos nascido por mulheres, que passou de 3,8 filhos, em 1991, para 2,5 filhos, em 2000, para apenas 2 filhos, em 2010, e para 1,76, em 2017.

Tabela 4 – Longevidade, mortalidade e fecundidade – Estado da Paraíba

	1991	2000	2010	2017
Esperança de vida ao nascer	58,9	65,3	72,0	73,5
Mortalidade infantil	74,5	43,3	21,7	13,3
Mortalidade até 5 anos de idade	97,0	55,6	23,4	-
Taxa de fecundidade total	3,8	2,5	2,0	1,76

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.3 POBREZA E RENDA

No período entre 1991-2010, a população paraibana teve uma diminuição nos seus índices de pobreza. O percentual de pessoas extremamente pobres, isto é, com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em reais, de agosto de 2010, quando o salário mínimo (SM) era R\$ 510,00), caiu de 41,16%, em 1991, para 13,39%, em 2001. Quanto ao percentual de pobres, aqueles com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 (agosto 2010), passou de 68,29%, em 1991, para 49,61%, em 2000, com a redução chegando a 28,93%, em 2001.

Em 2017, a redução desses percentuais chegou a 7,98 das pessoas extremamente pobres e 17,66 das pessoas pobres, considerando-se os ajustes de valores de renda, estabelecidos pelo Banco Mundial, tomados como referência pelo IBGE (pobreza – rendimento diário inferior a US\$ 5,5 e extrema pobreza – rendimento diário inferior a US\$1,90). Já a renda *per capita* cresceu no período em referência mais de 140%, variando de R\$ 196,59, em 1991, para R\$ 474,94, em 2010, e para 601,57, em 2017. Contudo, deve-se observar que, no decorrer desse período, o salário mínimo teve uma valorização em torno de 100%.

Tabela 5 – Renda, pobreza e desigualdade – Estado da Paraíba

	1991	2000	2010	2017
Renda per capita	196,59	299,09	474,94	601,57
% de extremamente pobres	41,18	25,17	13,39	7,98
% de pobres	68,29	49,61	28,93	17,66
Índice de Gini	0,64	0,63	0,61	0,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A taxa de atividade dos paraibanos com 18 anos ou mais, isto é, o percentual dessa população que era economicamente ativa no período dos anos 2000 e 2010, teve um pequeno decréscimo, passando de 59,79%, em 2000, para 59,28%, em 2010. Já a taxa de desocupação nessa mesma faixa de idade (a população economicamente ativa que estava desocupada), caiu de 13,40% para 8,52%, no período em referência.

O nível educacional do paraibano ocupado, com 18 anos ou mais, entre 2000-2010, teve uma melhora significativa. O percentual daqueles com o ensino fundamental completo cresceu de 32,39% para 49,69% e aqueles com o ensino médio completo passou de 22,14% para 36,25% no período mencionado.

No entanto, houve uma queda no rendimento médio dos paraibanos ocupados, com 18 anos ou mais, nos anos de 2000 a 2010. A maior redução aconteceu em relação ao percentual dos ocupados com rendimento de até um salário mínimo, que variou de 71,53% para 43,37%. Já o percentual dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos passou de 87,86% para 83,86% e aqueles com rendimento de até 5 salários mínimos variou de 95,87% para 94,60% no período citado.

Tabela 6 – Ocupação da população de 18 anos ou mais - Estado da Paraíba

	2000	2010
Taxa de atividade – 18 anos ou mais	59,79	59,28
Taxa de desocupação – 18 anos ou mais	13,40	8,52
Grau de formalização dos ocupados – 18 anos ou mais	36,03	40,79
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais	32,39	49,69
% dos ocupados com médio completo – 18 anos ou mais	22,14	36,25
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. – 18 anos ou mais	71,53	43,37
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. – 18 anos ou mais	87,86	83,86
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. – 18 anos ou mais	95,87	94,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.4 INDICADORES DE HABITAÇÃO

A população paraibana teve, ao longo do período 1991 a 2010, uma melhoria expressiva nos índices relacionados a domicílios com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, conforme mostra a tabela abaixo. O percentual da população em domicílios com água encanada, que em 1991 era de 50,47%, passou para 65,32%, em 2000, chegando a 81,96%, em 2010. Já aqueles com energia elétrica teve um percentual que passou de 72,53%, em 1991, para 94,45%, em 2000 e 99,43%, em 2010. Quanto à coleta de lixo, houve um incremento com os percentuais variando entre 66,80%, 87,81% e 96,50%, nos anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

Tabela 7 – Indicadores de habitação – Estado da Paraíba

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	50,47	65,32	81,96
% da população em domicílios com energia elétrica	72,53	94,45	99,43
% da população em domicílios com coleta de lixo	66,80	87,81	96,50

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.5 VULNERABILIDADE SOCIAL

A tabela 8 a seguir apresenta algumas informações relacionadas à vulnerabilidade social das famílias e, portanto, de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba, relativas aos anos 1991, 2000 e 2010. Nesse período houve uma redução bastante expressiva da mortalidade infantil, com o número de crianças que não conseguiram sobreviver em cada mil crianças nascidas vivas caindo de 74,47, em 1991, para 21,67, em 2010, e para 13,3%, em 2017 (ver tabelas 4 e 8).

Outro aspecto que vale ressaltar refere-se à expressiva queda no percentual de crianças entre 6 e 14 anos fora da escola em relação ao total de crianças nessa faixa etária. Em 1991, representava 34,78%, já em 2000, caiu para 6,87% e, em 2001, ficou em 2,87%. Por outro lado, vale mencionar que no ano de 2010, 18,98% (quase um em cada cinco) de jovens de 15 a 24 anos aparecem como não estudam, não trabalham e são vulneráveis e, considerando a população total nessa faixa etária, esse é um percentual bastante significativo, apesar da redução, já que em 2000 esse montante era de 22,57%.

Entre 1991 e 2010 houve um crescimento de mulheres de 10 anos a 17 anos (crianças e adolescentes) que tiveram filhos. Em 1991, o percentual foi de 1,96% do total dessa faixa etária, o que representa 1 em cada 50 meninas. Já em 2000, passou para 3,33% e, em 2010, ficou em 3,05%, o que significa 1 em cada 30 meninas aproximadamente, ter filhos na faixa de idade citada.

Outro aspecto relevante refere-se ao crescimento do percentual das mães chefes de família sem o ensino fundamental, e com filhos menores de 18 anos, em relação ao total de mães chefes de família, o que sugere uma situação que reforça a condição de vulnerabilidade. Em 1991, 14,74% das mães chefes de família estavam nessa condição, passando para 15,85%, em 2000, e atingindo 20,79%, em 2010.

No tocante ao percentual de crianças e adolescentes extremamente pobres, houve uma redução no período, apesar de ainda ser um dado bastante alto. Em 1991, eram 52,29%, uma em cada duas crianças e adolescentes extremamente pobres com até 14 anos de idade e com renda domiciliar *per capita* até R\$ 70 reais mensais (agosto/2010). Apesar da redução significativa, em 2010, 1 em cada 5 crianças/ adolescentes estavam nessa condição, ou seja, 20,79%.

Tabela 8 – Vulnerabilidade social – Estado da Paraíba

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	74,47	43,30	21,67
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	72,64	57,71
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	34,78	6,87	2,87
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	22,57	18,98
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,96	3,33	3,05
Taxa de atividade – 10 a 14 anos	-	11,76	8,63

Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho de idade menor de dezoito anos, no total de mães chefes de família	14,74	15,85	20,79
% de vulneráveis e dependentes de idosos	7,49	7,42	4,73
% de crianças extremamente pobres	52,29	36,71	21,09
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	84,68	72,39	53,65
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	64,99	50,86
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	46,94	60,28	78,91

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

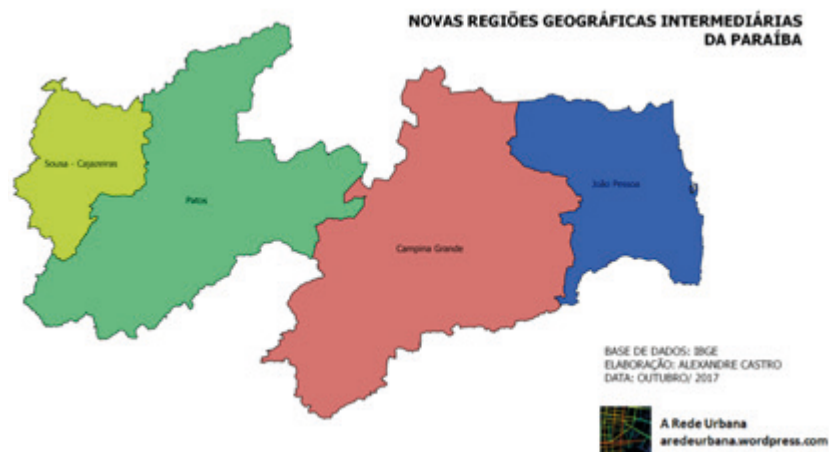
A análise dos aspectos socioeconômicos e demográficos da Paraíba deixa evidente que, ao longo do período de 1991 a 2017, o Estado conseguiu avançar de forma positiva em todos os indicadores, levando à constatação de que houve investimentos econômicos e sociais tendo em vista a melhoria das condições de vida da população. Todavia, para as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, mesmo com a significativa redução desse contingente populacional ao longo do período, as precárias condições de sobrevivência, de acesso à educação, à saúde de qualidade, a trabalho e renda ou à renda básica em forma de proteção social, compromete imensamente o acesso a condições dignas de vida dessas famílias e o desenvolvimento livre de violações de direitos de suas crianças e adolescentes, como veremos nos tópicos a seguir.

2.6 ATUAL DIVISÃO GEOGRÁFICA REGIONAL DA PARAÍBA: REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS E REGIÕES IMEDIATAS

Antes de iniciarmos a análise sobre as características socioeconômicas das famílias participantes da pesquisa, convém esclarecer que, neste relatório, os dados serão apresentados por divisão de região geográfica da Paraíba, uma vez que cada uma das quatro regiões possui suas peculiaridades no que concerne à organização territorial, socioeconômica e mesmo com relação à configuração da violação de direitos, do fenômeno da violência e da cobertura socioassistencial.

Na atual divisão geográfica, em vigor pelo IBGE a partir de 2017, com a atualização da divisão regional do Brasil, as quatro mesorregiões da Paraíba (Sertão Paraibano, Borborema, Agreste Paraibano e Mata Paraibana) foram extintas e substituídas por quatro regiões geográficas intermediárias e as 23 microrregiões foram substituídas por 15 regiões geográficas imediatas. A saber:

Figura 2 – Mapa – Divisão da Paraíba em regiões geográficas intermediárias



Fonte: REDE URBANA – <https://aredeurbana.com/2017/10/02/novas-divisoes-regionais-do-brasil-regioes-geograficas-imediatas-e-regioes-geograficas-intermediarias/>

A Região geográfica intermediária de João Pessoa compreende quatro regiões imediatas (Reg Imed. de João Pessoa, Reg Imed. de Guarabira, Reg Imed. de Rio Tinto, Reg Imed. de Itabaiana) sendo constituída de 63 municípios:

Região imediata de João Pessoa – reúne 22 municípios

Alhandra	Gurinhém	Pitimbu
Bayeux	João Pessoa	Riachão do Poço
Caaporã	Juarez Távora	Santa Rita
Cabedelo	Juripiranga	São Miguel de Taipu
Caldas Brandão	Lucena	Sapé
Conde	Mari	Sobrado
Cruz do Espírito Santo	Pedras de Fogo	
Cuité de Mamanguape	Pilar	

Região imediata de Guarabira – reúne 26 municípios

Alagoinha	Casserengue	Pilõesinhos
Araçagi	Cuitegi	Pirpirituba
Arara	Dona Inês	Riachão
Araruna	Duas Estradas	Serra da Raiz
Bananeiras	Guarabira	Serraria

Belém	Lagoa de Dentro	Sertãozinho
Borborema	Logradouro	Solânea
Cacimba de Dentro	Mulungu	Tacima
Caiçara	Pilões	

Região imediata de Mamanguape – Rio Tinto – reúne 10 municípios

Baía da Traição	Jacaraú	Pedro Régis
Capim	Mamanguape	Rio Tinto
Curral de Cima	Marcação	
Itapororoca	Mataraca	

Região imediata de Itabaiana – reúne 5 municípios

Itabaiana	Natuba	São José dos Ramos
Mogeiro	Salgado de São Félix	

A Região geográfica intermediária Campina Grande compreende quatro regiões imediatas (Reg Imed. de Campina Grande, Reg Imed. de Cuité-Nova Floresta, Reg Imed. de Monteiro, Reg Imed. de Sumé, sendo constituída de 72 municípios:

Região imediata de Campina Grande – reúne 47 municípios

Alagoa Grande	Cubati	Queimadas
Alagoa Nova	Esperança	Remígio
Alcantil	Fagundes	Riachão do Bacamarte
Algodão de Jandaíra	Gado Bravo	Riacho de Santo Antônio
Areia	Gurjão	Santa Cecília
Areial	Ingá	Santo André
Aroeiras	Itatuba	São Domingos do Cariri
Assunção	Juazeirinho	São João do Cariri
Barra de Santana	Junco do Seridó	São Sebastião de Lagoa de Roça
Barra de São Miguel	Lagoa Seca	São Vicente do Seridó
Boa Vista	Massaranduba	Serra Redonda
Boqueirão	Matinhas	Soledade
Cabaceiras	Montadas	Taperoá
Campina Grande	Olivedos	Tenório
Caraúbas	Pocinhos	Umbuzeiro
Caturité	Puxinanã	

Região imediata de Cuité-Nova Floresta – reúne 10 municípios

Baraúna	Frei Martinho	Pedra Lavrada
Barra de Santa Rosa	Nova Floresta	Picuí
Cuité	Nova Palmeira	Sossêgo
Damião		

Região imediata de Monteiro – reúne 7 municípios

Camalaú	Prata	Zabelê
Monteiro	São João do Tigre	
Ouro Velho	São Sebastião do Umbuzeiro	

Região imediata de Sumé – reúne 8 municípios

Amparo	Livramento	Serra Branca
Congo	Parari	Sumé
Coxixola	São José dos Cordeiros	

A Região geográfica intermediária de Patos compreende cinco regiões imediatas (Reg Imed. de Patos, Reg Imed. de Itaporanga, Reg Imed. de Catolé do Rocha-São Bento, Reg Imed. de Pombal, Reg Imed. de Princesa Isabel), sendo constituída de 63 municípios:

Região imediata de Patos – reúne 26 municípios

Água Branca	Mãe d'Água	Santa Teresinha
Areia de Baraúnas	Malta	São José de Espinharas
Cacimba de Areia	Matureia	São José do Bonfim
Cacimbas	Olho d'Água	São José do Sabugi
Catingueira	Passagem	São Mamede
Coremas	Patos	Teixeira
Desterro	Quixaba	Várzea
Emas	Salgadinho	Vista Serrana
Imaculada	Santa Luzia	

Região imediata de Itaporanga – reúne 15 municípios

Aguiar	Ibiara	Piarcó
Boa Ventura	Igaracy	Santa Inês
Conceição	Itaporanga	Santana de Mangueira
Curral Velho	Nova Olinda	Santana dos Garrotes
Diamante	Pedra Branca	São José de Caiana

Região imediata de Catolé do Rocha-São Bento – reúne 10 municípios

Belém do Brejo do Cruz	Católé do Rocha	Riacho dos Cavalos
Bom Sucesso	Jericó	São Bento
Brejo do Cruz	Mato Grosso	São José do Brejo do Cruz
Brejo dos Santos		

Região imediata de Pombal – reúne 7 municípios

Cajazeirinhas	Paulista	São Bentinho
Condado	Pombal	São Domingos
Lagoa		

Região imediata de Princesa Isabel – reúne 5 municípios

Juru	Princesa Isabel	Tavares
Manaíra	São José de Princesa	

A Região geográfica intermediária de Sousa-Cajazeiras compreende duas regiões imediatas (Reg Imed. de Cajazeiras, Reg Imed. de Sousa), sendo constituída de 25 municípios:

Região imediata de Cajazeiras – reúne 12 municípios

Bom Jesus	Carrapateira	São José de Piranhas
Bonito de Santa Fé	Monte Horebe	São João do Rio do Peixe
Cachoeira dos Índios	Poço de José de Moura	Serra Grande
Cajazeiras	Santa Helena	Triunfo

Região imediata de Sousa – reúne 13 municípios

Aparecida	Nazarezinho	São José da Lagoa
Bernardino Batista	Poço Dantas	Tapada
Joca Claudino	Santa Cruz	Sousa
Lastro	São Francisco	Uiraúna
Marizópolis		Vieirópolis



3

PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO
E CONDIÇÕES
SOCIOECONÔMICAS
DAS FAMÍLIAS

A análise aqui posta corresponde a temas relevantes para esse estudo, pois se ocupa de dados objetivos relacionados às condições de vida das pessoas participantes da pesquisa e, portanto, reconhece a relevância de identificar dados relacionados à renda da família, ao acesso às políticas públicas garantidoras de direitos. Desenha-se, desse modo, o território e a família, cuja condição de proteção e/ou desproteção está atualmente marcada pela égide do direito social. Toda e qualquer condução analítica referente às condições socioeconômicas não pode prescindir de uma leitura do território onde as famílias vivem e, por conseguinte, da oferta de bens e serviços. Nesse sentido, o detalhamento dessa configuração territorial prosseguirá nos próximos itens 4 e 5 deste relatório.

Portanto, para a abordagem da condição de vida das famílias, sujeitos protagonistas desta pesquisa, inicia-se pelos indicadores relacionados a (i) característica dos entrevistados – gênero e idade; (ii) renda, qualificação profissional, benefícios sociais, uso prioritário da renda recebida, dentre outros, pois conforme destaca Jannuzzi (2002; 2005):

Os indicadores objetivos referem-se a ocorrências concretas ou a entes empíricos da realidade social, construídos a partir de estatísticas públicas disponíveis (...) os indicadores subjetivos, por outro lado, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade (JANNUZZI, 2005, p.143).

Esses indicadores permitiram identificar e relacionar os dados de realidade à compreensão de aspectos vinculados ao conceito de qualidade de vida. Foi sob esse prisma que as informações aqui sistematizadas permitiram fazer a leitura das condições de vulnerabilidade social das famílias com crianças e adolescentes em situações de violação de direitos e dos territórios onde vivem.

A importância de acrescentar, neste relatório, a análise da composição familiar se dá tanto pela necessidade de anunciar o respeito aos diferentes arranjos familiares, quanto pelo reconhecimento de que as políticas sociais nos dias atuais trazem o enfoque familiar em quase todas as suas abordagens. Além disso, para o tema de circunscrição desta pesquisa, é de fundamental importância compreender o contexto familiar e territorial de vivência das crianças e adolescentes.

Em relação à família, este estudo parte do pressuposto que sua configuração está diretamente relacionada ao contexto social, econômico, político e cultural, cujas mudanças respondem pelo campo sócio-histórico. Conforme afirma Regina Célia Mioto (2010):

A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. (MIOTO, 2010, p. 167-168).

Desse modo, a abordagem da família nas políticas sociais não pode prescindir de uma leitura mais abrangente que reconhece os fatores materiais e imateriais, que também correspondem a laços afetivos além da consanguinidade. Essa realidade apresentada sob a luz dos dados quantitativos nos permitirá aprofundar as relações dos indicadores entre si e destes com outros aspectos qualitativos coletados nesta pesquisa, que serão analisados em outros tópicos específicos deste relatório.

3.1 CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS (MÃE, PAI E OUTROS RESPONSÁVEIS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES) E DEMAIS MEMBROS DAS FAMÍLIAS

A relevância de conhecer o perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as (sendo a maioria o/a principal responsável pela família) e de todos os demais membros da composição familiar se coloca pelo fato de essa configuração ser importante indicador para se analisar a condição de vulnerabilidade do contexto onde vivem as crianças e adolescentes em situação de violação de direitos e risco social, principais sujeitos deste estudo. Neste tópico, serão contemplados os seguintes aspectos: idade, gênero, posição no grupo familiar, estado civil, raça/etnia, religião, pessoas com deficiência, escolaridade, capacitação profissional, trabalho, renda e benefícios sociais.

3.1.1 Entrevistados quanto à idade

Os dados coletados são expressivos para entender a nova composição familiar. O primeiro deles diz respeito à idade das pessoas entrevistadas, em que os maiores percentuais recaem sobre a faixa etária entre 26 e 45 anos, correspondendo a 65,9%. Relacionando-se essa informação com os dados relativos ao gênero (tabela 11), tem-se a indicação de que os responsáveis pela família são na maioria mulheres ainda muito jovens. Em seguida estão os entrevistados com o intervalo de 46 a 60 anos de idade, com um percentual de 20,1%. A concentração de entrevistados com idade

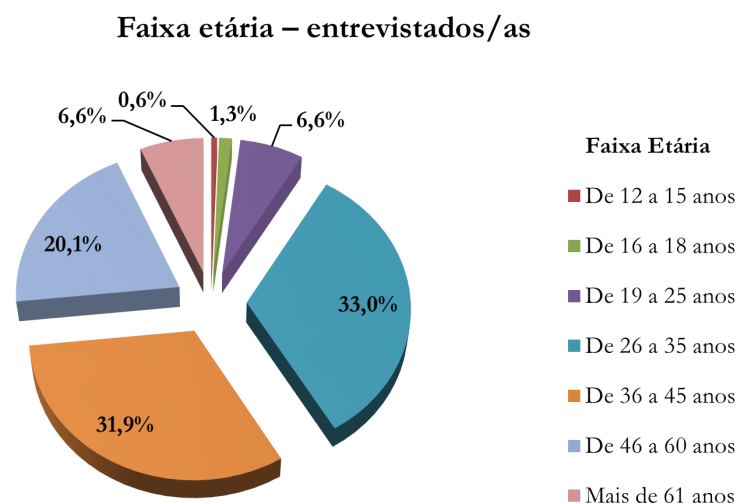
abaixo de 60 anos sinaliza que estão em idade economicamente ativa e, portanto, necessitando de garantia em trabalho, renda e inserção em programas sociais para garantir o sustento da família.

Tabela 9 – Faixa etária – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Faixa Etária	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
De 12 a 15 anos	0	0,0	1	0,4	1	0,6	3	3,8	5	0,6
De 16 a 18 anos	4	1,2	3	1,2	3	1,8	1	1,3	11	1,3
De 19 a 25 anos	24	7,1	13	5,1	9	5,4	9	11,4	55	6,6
De 26 a 35 anos	98	29,2	89	34,9	60	35,9	29	36,7	276	33,0
De 36 a 45 anos	123	36,6	86	33,7	37	22,2	21	26,6	267	31,9
De 46 a 60 anos	66	19,6	49	19,2	44	26,3	9	11,4	168	20,1
Mais de 61 anos	21	6,3	14	5,5	13	7,8	7	8,9	55	6,6
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 2 – Faixa etária – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.2 Faixa etária de todos os membros da família

Os membros das famílias entrevistadas estão distribuídos nas diversas faixas etárias, conforme a tabela 10, no entanto a maioria é composta de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, num percentual de 56,3%. Somente a soma dos meninos e meninas com idade de 0 a 15 anos totaliza 46,8%. Convém destacar que esse indicador é bastante superior ao percentual da Paraíba e do Brasil, ambos, mesmo incluindo a idade de 19 anos, chegam a 30,4% e 33,0% respectivamente (GOVERNO DA PARAÍBA; UFPB, 2019; ABRINQ, 2019). Os grupos seguintes com maior concentração de pessoas são os que ficam na faixa entre 26 e 45 anos de idade, num total de 23,7%, os quais, na maioria, correspondem aos pais, apresentados na tabela 13 como responsáveis e cônjuges.

O menor contingente de pessoas está no grupo com mais de 60 anos, com o percentual de 5% de familiares. Nesse ponto merece destaque o fato de que, conforme informações do IBGE/IDEME-PB, publicadas em Governo da Paraíba; UFPB (2019), em 2018, no Estado da Paraíba, o percentual da população idosa (60 anos e mais) é de 13,53%, bem acima do quantitativo informado na pesquisa. Esse aspecto da pesquisa pode ser explicado por se tratar de famílias predominantemente jovens, com poucos idosos compartilhando dos mesmos domicílios ou, ainda devido às precárias condições de vida do contingente de famílias entrevistadas, sendo esse um fator de redução da expectativa de vida das pessoas nessas famílias. Estudos sobre a desigualdade econômica e social no Brasil e no mundo têm revelado que as condições de pobreza e de extrema pobreza, associadas à falta de investimento em políticas públicas reduzem a expectativa de vida da população. Um exemplo desses estudos é o Mapa da Desigualdade de São Paulo, de 2018, que aponta uma diferença que varia entre 6 a 23 anos de idade média ao morrer da população de dois bairros: Moema, com alto poder aquisitivo dos moradores que vivem mais, e Cidade Tiradentes, com habitantes em situação de pobreza e extrema pobreza, com expectativa de vida expressivamente menor (GOMES, 2019).

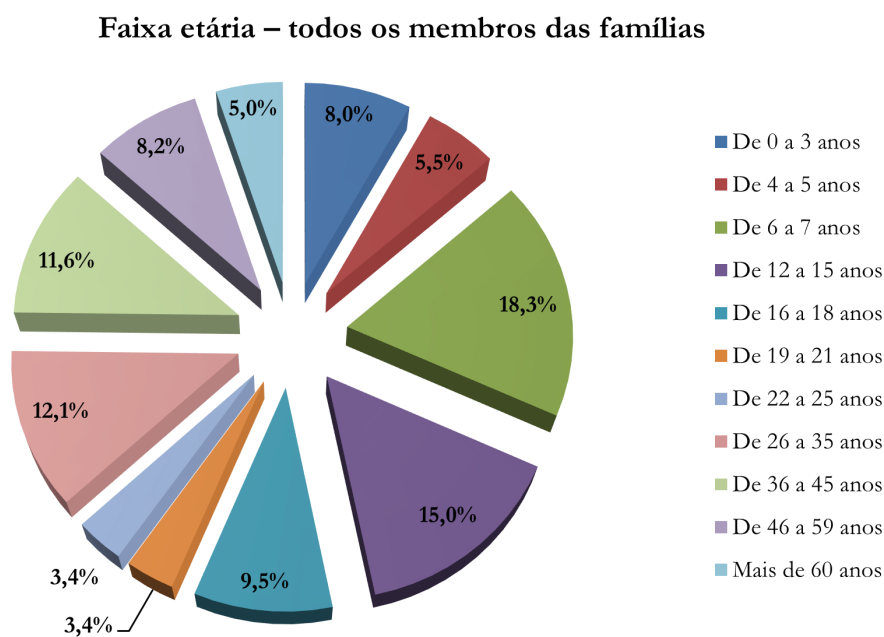
Tabela 10 – Faixa etária – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Faixa Etária	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
De 0 a 3 anos	129	8,3	96	8,5	53	7,6	18	5,6	296	8,0
De 4 a 5 anos	72	4,6	64	5,7	46	6,6	20	6,2	202	5,5
De 6 a 11 anos	276	17,8	197	17,4	140	20,0	65	20,1	678	18,3
De 12 a 15 anos	239	15,4	173	15,3	95	13,6	48	14,8	555	15,0
De 16 a 18 anos	155	10,0	107	9,5	68	9,7	22	6,8	352	9,5
De 19 a 21 anos	66	4,3	37	3,3	17	2,4	7	2,2	127	3,4

De 22 a 25 anos	56	3,6	31	2,7	25	3,6	15	4,6	127	3,4
De 26 a 35 anos	170	11,0	146	12,9	84	12,0	47	14,5	447	12,1
De 36 a 45 anos	198	12,8	129	11,4	60	8,6	44	13,6	431	11,6
De 46 a 59 anos	124	8,0	97	8,6	67	9,6	16	4,9	304	8,2
Mais de 60 anos	64	4,1	54	4,8	44	6,3	22	6,8	184	5,0
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 3 – Faixa etária – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.3 Entrevistados quanto ao gênero

Outro aspecto importante, e certamente o que mais se destaca nessa configuração, é o indicador relacionado ao gênero (feminino ou masculino) do/a responsável pela família, por informar que a grande maioria das pessoas entrevistadas e que se coloca como principal responsável pelo núcleo familiar é composta por mulheres, num percentual de 91,6%, havendo muita aproximação no quantitativo percentual entre as regiões geográficas da Paraíba, no entanto, a que apresenta o maior número de mulheres é a região de Campina Grande (93,3%). Essa informação indica a tendência dos arranjos familiares da contemporaneidade com o avanço monoparental e da respon-

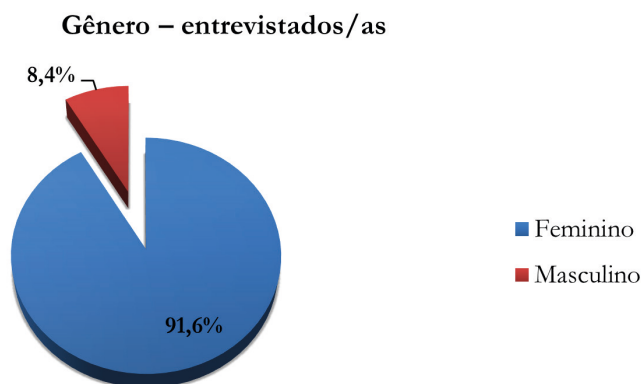
sabilização das mulheres na manutenção e proteção da família, característica também marcante nesta pesquisa abordada nos itens seguintes sobre a posição no grupo familiar e o estado civil.

Tabela 11 – Gênero – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Gênero	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Feminino	305	90,8	238	93,3	152	91,0	72	91,1	767	91,6
Masculino	31	9,2	17	6,7	15	9,0	7	8,9	70	8,4
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 4 – Entrevistados/as Responsáveis por Crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

A caracterização de todos os membros da família definida a partir do gênero também indica que há mais mulheres do que homens, embora numa escala bem menor do que para os/as entrevistados/as, numa diferença percentual de aproximadamente 8%. São 1.992 mulheres, o que corresponde a 53,8%, para 1.711 homens, num total de 46,2%. No que concerne às regiões geográficas, conforme tabela a seguir, observa-se que essa diferença tem pouca variação, mantendo-se proporcionalmente na mesma marca dos valores totais.

Tabela 12 – Gênero – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Gênero	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Feminino	832	53,7	618	54,6	375	53,6	167	51,5	1992	53,8
Masculino	717	46,3	513	45,4	324	46,4	157	48,5	1711	46,2
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.4 Posição no grupo familiar

Na atualidade, as famílias apresentam diferentes composições que correspondem à dinâmica da sociedade contemporânea, demarcada por determinações econômicas, sociais, políticas e culturais. Desse modo, foram identificadas 10 modalidades de posições no grupo familiar e, dentre elas, a de filhos tem a maior concentração, com um percentual de 50,4%, que somados aos enteados e netos totalizam 58,4%, indicando que a maioria das famílias tem no mínimo dois ou três filhos. 33,7% são os/as responsáveis e os cônjuges e 7,9% se dividem entre avós, tios, sogros, irmãos e cunhados e outros parentes. A média de pessoas por família é de 4,42, enquanto, ainda em 2019, o tamanho médio da família brasileira era de 2,9, conforme dados do IBGE – Pnad Contínua.

Um dado importante nessa composição é que apenas 10,5% estão na condição de cônjuge, enquanto o percentual de responsáveis é 23,2%, possibilitando uma leitura quanto à probabilidade de existir 53,4% de famílias monoparentais, isso considerando que do total de 837 famílias participantes da pesquisa, foram mencionados apenas 390 cônjuges. E mesmo que apareçam mais responsáveis pela família do que entrevistados, pelo fato de 22 famílias terem informado mais de um responsável, desse total de membros responsáveis pela família, indicados na pesquisa, 87,3% são do sexo feminino. Esse dado também nos remete à possibilidade de leitura quanto à feminização das famílias e à posição da mulher como provedora e responsável, sobretudo nos segmentos mais pobres da população, temática que vem ganhando foco na atualidade (MACEDO, 2008).

Outro dado importante nesse indicador é o fato de os netos ocuparem a quarta posição quantitativa de membros da família, sendo 279 (7,5%) crianças e adolescentes nesse grau de parentesco familiar, o que pode indicar a existência de muitas mulheres responsáveis pelas famílias acolhendo os netos, provavelmente, para cumprir uma dinâmica de proteção material e afetiva.

**Tabela 13 – Posição no grupo familiar – todos os membros das famílias entrevistadas
- Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Posição na família	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Responsável	342	22,1	264	23,3	169	24,2	84	25,9	859	23,2
Cônjuge	164	10,6	118	10,4	75	10,7	33	10,2	390	10,5
Filho(a)	767	49,5	588	52,0	354	50,6	158	48,8	1867	50,4
Enteado(a)	12	0,8	5	0,4	1	0,1	1	0,3	19	0,5
Neto(a)	126	8,1	79	7,0	55	7,9	19	5,9	279	7,5
Avô/Avó	19	1,2	17	1,5	7	1,0	8	2,5	51	1,4
Tio/Tia	8	0,5	2	0,2	2	0,3	5	1,5	17	0,5
Sogra/Sogra	1	0,1	3	0,3	1	0,1	1	0,3	6	0,2
Irmão/Irmã do responsável	29	1,9	10	0,9	5	0,7	7	2,2	51	1,4
Cunhado(a) do responsável	3	0,2	2	0,2	0	0,0	0	0,0	5	0,1
Outro	78	5,0	43	3,8	30	4,3	8	2,5	159	4,3
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 14 – Média de pessoas por família - entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Total de famílias da pesquisa	837
Total de membros das famílias	3703
Média de pessoas por família	4,42

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.5 Estado civil

No tocante ao estado civil dos/as entrevistados/as, observa-se o percentual maior recaindo na condição de solteiro, com 23,8%, dado esse que ao ser comparado com a posição no grupo familiar de responsáveis e cônjuges demonstra um déficit na formalização das uniões, quer por casamentos, quer por união estável. Essa leitura também pode valer para a comparação entre as famílias monoparentais e o número de separações e divórcios, indicando, também neste caso, a não formalização dessa condição do estado civil. Observa-se ainda que o comportamento dos percentuais em todas as regiões do Estado não apresentou grande variação, sobressaindo-se a região Sousa-Cajazeiras, onde aparece maior percentual de responsáveis casados do que de solteiros e também menor proporção de união estável.

Tabela 15 – Estado civil – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Estado Civil	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Solteiro (a)	386	24,9	267	23,6	171	24,5	59	18,2	883	23,8
Casado(a)	157	10,1	128	11,3	76	10,9	53	16,4	414	11,2
Viúvo(a)	39	2,5	33	2,9	23	3,3	11	3,4	106	2,9
Separado(a)/ Divorciado(a)	45	2,9	40	3,5	28	4,0	21	6,5	134	3,6
União estável	207	13,4	133	11,8	68	9,7	28	8,6	436	11,8
Não se aplica	715	46,2	530	46,9	333	47,6	152	46,9	1730	46,7
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Obs: Não se aplica para crianças e adolescentes com idade abaixo de 16 anos, conforme o código civil.

Tabela 16 – Estado civil dos responsáveis pelas famílias entrevistadas - Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

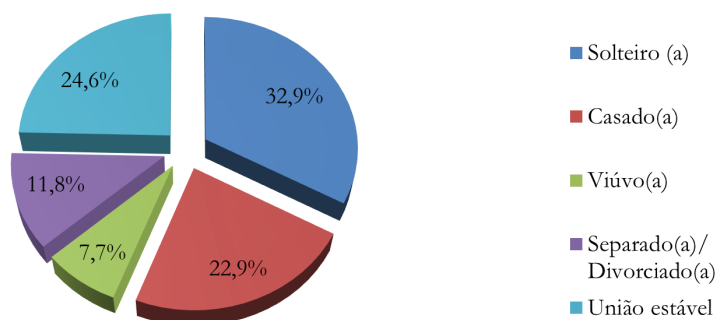
Estado Civil	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Solteiro (a)	118	34,5	87	33,0	56	33,1	22	26,2	283
Casado(a)	69	20,2	60	22,7	40	23,7	28	33,3	197	22,9
Viúvo(a)	25	7,3	22	8,3	15	8,9	4	4,8	66	7,7
Separado(a)/ Divorciado(a)	36	10,5	28	10,6	22	13,0	15	17,9	101	11,8
União estável	94	27,5	66	25,0	36	21,3	15	17,9	211	24,6
Não se aplica*	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Total	342	100,0	264	100,0	169	100,0	84	100,0	859	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

*Obs: Trata-se de uma adolescente grávida de 15 anos, atendida pelo CREAS e acompanhada pelo Conselho Tutelar, que na ocasião morava sozinha devido ao abandono da família.

Gráfico 5 – Estado civil dos responsáveis pelas famílias entrevistadas – Estado da Paraíba

Estado civil dos responsáveis pelas famílias



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.6 Raça/etnia

Nesse item são apresentados os dados referentes à cor e/ou raça, de acordo com os termos utilizados pelo IBGE nas categorias (branca; parda; preta; amarela, indígena; quilombola e cigano) definidas pelo mencionado órgão de pesquisa, considerando-se a declaração dos sujeitos do estudo. A maior representação indicada pelos entrevistados é da cor parda, com 60,1% das informações, seguido de branca, com 25,5% e, na terceira posição, está a cor preta, com 13,3%. Destaca-se que a soma de pardos e pretos totaliza um percentual de 73,4%. Todas as demais categorias (raça/cor) não atingiram 2% dos sujeitos, como pode ser observado nos dados na tabela a seguir.

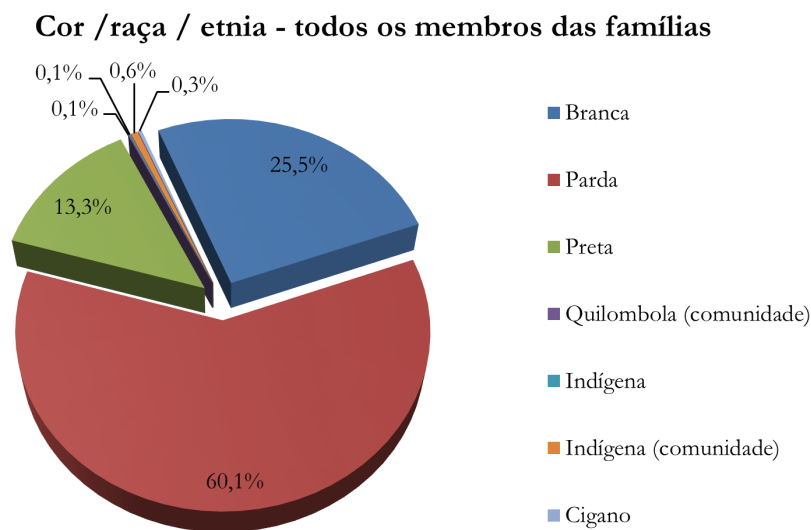
O contraste desse panorama com os indicadores referentes ao Brasil é visível, pois, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2019), 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas (IBGE/PNAD, 2019). A soma dos que se declaram pardos e pretos no Brasil totaliza 56,2%, enquanto na população estudada esse total é de 73,4% e os brancos apenas 25,5%. Comparativamente à população da Paraíba, os números também apontam a concentração de pardos e pretos entre as famílias entrevistadas da pesquisa. Em 2015, conforme os dados do IBGE, na Paraíba, a maioria da população também se declara parda (56,1%), mas somada aos pretos (6,7%) totalizam 62,8%, enquanto os brancos são 36,20%, os indígenas são 0,88% e amarelos 0,11%. (IBGE/INFO ESCOLA, 2021)

Tabela 17 – Cor /raça / etnia – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Cor/ Raça / Etnia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Branca	380	24,5	254	22,5	217	31,0	95	29,3	946
Parda	892	57,6	759	67,1	399	57,1	175	54,0	2225	60,1
Preta	247	15,9	107	9,5	83	11,8	54	16,6	491	13,3
Quilombola (comunidade)	0	0,0	3	0,3	0	0,0	0	0,0	3	0,1
Indígena	0	0,0	4	0,4	0	0,0	0	0,0	4	0,1
Indígena (comunidade)	17	1,1	4	0,4	0	0,0	0	0,0	21	0,6
Cigano	13	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	0,3
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 6 – Cor/raça/etnia – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Nas regiões geográficas da Paraíba, os dados da pesquisa se comportaram de forma similar, apenas com três destaques para o percentual um pouco mais elevado de pardos na região de Campina Grande, com 67,1%, e também o número de pretos abaixo da média das demais regiões, com 9,5%. Na região de Patos, a presença de brancos é de 31,0%, portanto um pouco mais de 5% da média geral.

Nota-se ainda que os percentuais referentes aos indígenas e quilombolas apresentam uma especificação para aqueles que vivem nas suas comunidades. As pessoas de comunidade indígena participantes da pesquisa somam 17, na região de João Pessoa e 04, na região de Campina Grande. Os que se identificaram como membros de comunidade quilombola foram apenas 03, na região de Campina Grande.

3.1.7 Religião

No que concerne à religião, a maioria dos entrevistados declarou que a família se vincula à igreja católica, num total de 65,9%, seguida dos evangélicos, com 19,7% e, em terceira posição, os que afirmaram não ter vinculação em nenhuma organização religiosa (11,3%). Nesse item, as regiões também mantêm as mesmas prevalências de escolha religiosa, com algumas diferenças que merecem se destacar. Sousa-Cajazeiras aparece com um percentual acima da média para os que professam a fé no catolicismo (75,6%), com uma alteração de aproximadamente 15%. A região de João Pessoa apontou um quantitativo de famílias sem vinculação religiosa superior à média das demais regiões (13,8%), o que representa quase o dobro da região Sousa-Cajazeiras (7,4%).

**Tabela 18 – Religião – todos os membros das famílias entrevistadas
– Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Religião	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Católico	882	56,9	798	70,6	516	73,8	245	75,6	2441
Evangélico	399	25,8	183	16,2	97	13,9	51	15,7	730	19,7
Espírita	13	0,8	13	1,1	1	0,1	3	0,9	30	0,8
Afro-brasileira	2	0,1	8	0,7	0	0,0	0	0,0	10	0,3
Nenhuma	213	13,8	103	9,1	77	11,0	24	7,4	417	11,3
Outra	14	0,9	3	0,3	0	0,0	0	0,0	17	0,5
Não se aplica	21	1,4	21	1,9	5	0,7	1	0,3	48	1,3
Não sabe	5	0,3	2	0,2	3	0,4	0	0,0	10	0,3
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.1.8 Pessoas com deficiência

Outra informação importante, no que se refere ao perfil da população participante da pesquisa, sobretudo, como subsídio para a elaboração de políticas públicas, são os indicadores sobre as pessoas com deficiência. De acordo com os dados coletados, foi informado o total de 217 membros das famílias com alguma ou mais de uma deficiência, o que corresponde a um percentual de 5,9% do total das pessoas que compõem a amostra da pesquisa (3.703). Em comparação com os dados nacionais do IBGE (2010), considerando as pessoas que possuem grande ou total dificuldade física, visual, auditiva ou mental no Brasil, o percentual é de 6,7% da população.

Na pesquisa ora apresentada, chama atenção o fato de a deficiência mental ser a mais informada (53%), seguida da deficiência física, incluindo cadeirante, que atinge o percentual de 22,6%. A deficiência visual é a terceira mencionada (12,4%), a auditiva aparece com 4,6% e 16 pessoas, o equivalente a 7,4%, têm mais de uma deficiência. Convém destacar que 51,2% das pessoas com deficiência são crianças e adolescentes, com idade entre 0 e 18 anos, concentrando o maior percentual na faixa etária de 6 a 11 anos (18,4%).

**Tabela 19 – Pessoas com deficiência – membros das famílias entrevistadas – tipo de deficiência
Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Tipo de Deficiência	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Física	20	21.5	18	31.6	3	6.3	2	10.5	43
Física/ cadeirante	1	1.1	3	5.3	2	4.2	0	0.0	6	2.8
Visual	10	10.8	9	15.8	5	10.4	3	15.8	27	12.4
Auditiva	5	5.4	1	1.8	2	4.2	2	10.5	10	4.6
Mental	49	52.7	23	40.4	32	66.7	11	57.9	115	53.0
Múltiplas	8	8.6	3	5.3	4	8.3	1	5.3	16	7.4
Total	93	100.0	57	100.0	48	100.0	19	100.0	217	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 20 – Pessoas com deficiência – membros das famílias entrevistadas por idade – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Pessoa com Deficiência Faixa etária	Total	%
De 0 a 03 anos	7	3.2
De 04 a 05 anos	7	3.2
De 06 a 11 anos	40	18.4
De 12 a 15 anos	29	13.4
De 16 a 18 anos	28	12.9
De 19 a 25 anos	13	6.0
De 26 a 35 anos	24	11.1
De 36 a 45 anos	23	10.6
De 46 a 59 anos	26	12.0
Mais de 60 anos	20	9.2
Total	217	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Na observação por região geográfica, percebe-se que os dados não evidenciam grandes diferenças, entretanto, alguns números se sobressaem. A região de Patos é a que apresenta o maior percentual de pessoas com deficiência mental (66,7%), enquanto na região de Campina Grande esse indicador é o menor entre as quatro regiões (40,4%). A região de Campina Grande tem o maior quantitativo de pessoas com deficiência física, incluindo cadeirantes (36,9%), seguida da região de João Pessoa (22,6%) e com os menores percentuais aparecem a região de Patos e a região de Sousa-Cajazeiras, ambas com 10,5%.

3.2 ESCOLARIDADE E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS

No Brasil, conforme o Art. 205 da Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim sendo, nesse item será abordada a situação educacional de todos os membros das famílias participantes da pesquisa, tendo em vista a visualização da abrangência da proteção social no âmbito do acesso à escolarização, de acordo com a idade, como requisito e direito fundamental de todos os cidadãos, para ter acesso a outras políticas sociais, a exemplo da profissionalização, do trabalho e da renda, que proporcionem uma vida com dignidade.

3.2.1 Escolaridade dos membros da família

Com relação aos dados referentes à escolaridade de todos os membros das famílias, é possível identificar o acesso precário à escolarização nos níveis mais avançados se considerarmos a presença de 43,7% de membros das famílias acima de 19 anos, idade de acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, os índices de acesso nesse nível de escolaridade atingem apenas a 1,8%. Para visualizar melhor esse déficit, observa-se que 71,4% dos membros das famílias nessa faixa etária sequer concluíram o ensino fundamental, sendo 17,9% não alfabetizados e 14,4% apenas alfabetizados. E, embora esses dois últimos níveis concentrem as idades acima de 26 anos, chama atenção o fato de quase 56,3% dos jovens de 19 a 25 anos ter escolaridade até o ensino fundamental incompleto, o que representa um grave fator de interdição à entrada qualificada no mercado de trabalho para esses jovens e para a grande maioria dos membros adultos das famílias estudadas (Ver tabelas 21 e 22). Na observação comparativa entre as regiões geográficas do Estado, não se identifica diferença importante com relação aos quantitativos percentuais dos níveis de escolarização dos membros das famílias entrevistadas.

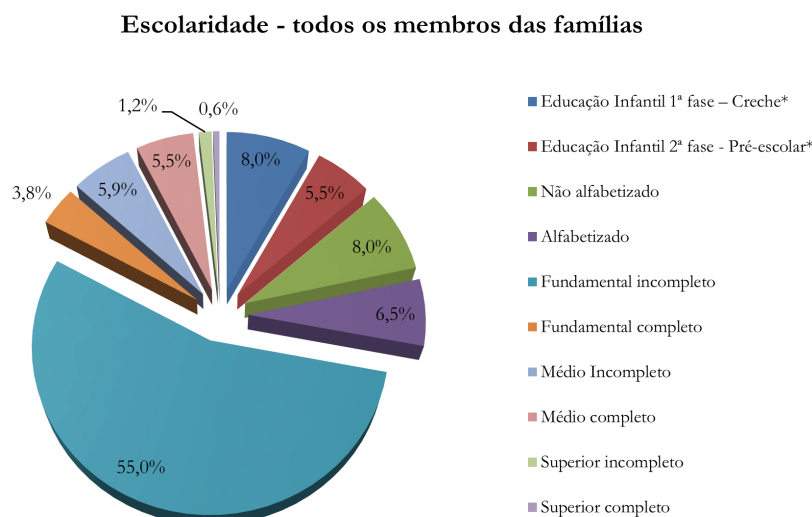
**Tabela 21 – Escolaridade – todos os membros das famílias entrevistadas
– Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Escolaridade	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	Educação Infantil 1ª fase – Creche*	129	8,3	96	8,5	53	7,6	18	5,6	296
Educação Infantil 2ª fase – Pré-escolar*	72	4,6	64	5,7	46	6,6	20	6,2	202	5,5
Não alfabetizado	107	6,9	90	8,0	82	11,7	19	5,9	298	8,0
Alfabetizado	85	5,5	62	5,5	61	8,7	33	10,2	241	6,5
Fundamental incompleto	871	56,2	626	55,3	367	52,5	173	53,4	2037	55,0
Fundamental completo	46	3,0	46	4,1	27	3,9	20	6,2	139	3,8
Médio Incompleto	104	6,7	69	6,1	29	4,1	18	5,6	220	5,9
Médio completo	101	6,5	53	4,7	29	4,1	21	6,5	204	5,5
Superior incompleto	23	1,5	17	1,5	2	0,3	2	0,6	44	1,2
Superior completo	11	0,7	8	0,7	3	0,4	0	0,0	22	0,6
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

*Obs: Informação do nível de escolaridade de todos os membros da família com idade de 0 a 18 anos, que estão matriculados cursando e os que estão fora da escola, inclusive os que estão em idade para a educação infantil – creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).

Gráfico 7 – Escolaridade – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 22 – Escolaridade – membros das famílias entrevistadas – idade acima de 19 anos - Estado da Paraíba

Escolaridade	De 19 a 21 anos		De 22 a 25 anos		De 26 a 35 anos		De 36 a 45 anos		De 46 a 59 anos		Mais de 60 anos		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Não alfabetizado	4	3,1	4	3,1	45	10,1	86	20,0	77	25,3	74	40,2	290	17,9
Alfabetizado	5	3,9	7	5,5	51	11,4	61	14,2	60	19,7	49	26,6	233	14,4
Fundamental incompleto	59	46,5	64	50,4	191	42,7	182	42,2	99	32,6	38	20,7	633	39,1
Fundamental completo	11	8,7	11	8,7	28	6,3	24	5,6	15	4,9	6	3,3	95	5,9
Médio incompleto	20	15,7	17	13,4	33	7,4	24	5,6	15	4,9	3	1,6	112	6,9
Médio completo	23	18,1	19	15,0	73	16,3	38	8,8	29	9,5	12	6,5	194	12,0
Superior incompleto	5	3,9	5	3,9	18	4,0	7	1,6	6	2,0	0	0,0	41	2,5
Superior completo	0	0,0	0	0,0	8	1,8	9	2,1	3	1,0	2	1,1	22	1,4
Total	127	100,0	127	100,0	447	100,0	431	100,0	304	100,0	184	100,0	1620	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Os dados a seguir trazem à tona a situação de escolaridade das crianças e adolescentes das famílias em estudo, de forma que é possível perceber também a defasagem escolar dos/as jovens de 16 a 18 anos, tendo em vista que, nessa faixa etária, já deveriam estar cursando ou ter concluído o ensino médio. No entanto, de acordo com as informações fornecidas pelos entrevistados, a grande maioria dos adolescentes nessa faixa etária (64,2%) sequer concluiu o ensino fundamental, somados a 4,6% que foram mencionados como não alfabetizados ou somente alfabetizados, o que certamente irá repercutir nos anos escolares posteriores, inclusive provocando a evasão e o abandono escolar. Convém registrar que no grupo de adolescentes de 12 a 15 anos, mesmo que se considere com escolaridade de fundamental incompleto, muitos têm escolarização equivalente às primeiras séries do ensino fundamental. Dos/as 202 adolescentes com idade de 17 a 18 anos apenas 10 concluíram o ensino médio e 3 ingressaram no curso superior. Outra leitura indica que dos 352 adolescentes com idade entre 16 e 18 anos, apenas 121, o que equivale a 34,4%, estão no grau de escolaridade compatível com a idade, ou seja, a partir do ensino médio incompleto (Tabelas 21 e 23).

Tabela 23 – Escolaridade – membros das famílias entrevistadas – idade até 18 anos – Estado da Paraíba

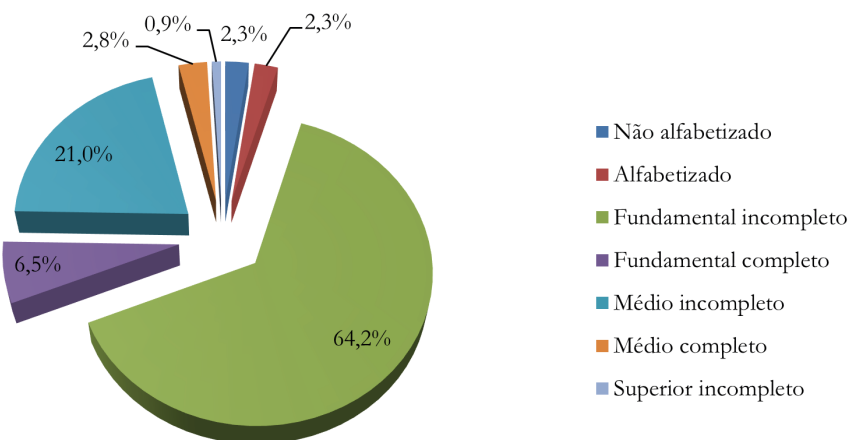
Escolaridade	De 0 a 03 anos		De 04 a 05 anos		De 06 a 11 anos		De 12 a 15 anos		De 16 a 18 anos		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Educação Infantil 1ª fase Creche – idade 0-03 anos	296	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	296	14,2
Educação Infantil 2ª fase Pré-escolar – idade 04-05 anos	0	0,0	202	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	202	9,7
Não alfabetizado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	2,3	8	0,4
Alfabetizado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	2,3	8	0,4
Fundamental incompleto	0	0,0	0	0,0	678	100,0	500	90,1	226	64,2	1404	67,4
Fundamental completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	21	3,8	23	6,5	44	2,1
Médio incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	34	6,1	74	21,0	108	5,2
Médio completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	2,8	10	0,5
Superior incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,9	3	0,1
Total	296	100,0	202	100,0	678	100,0	555	100,0	352	100,0	2083	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Obs: Informação do nível de escolaridade de todos os membros da família com idade de 0 a 18 anos, que estão matriculados cursando e os que estão fora da escola, inclusive os que estão em idade para a educação infantil – creche e pré-escola, de acordo com a Constituição Federal 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Gráfico 8 – Escolaridade – adolescentes das famílias entrevistadas – idade de 16 a 18 anos - Estado da Paraíba

Escolaridade - Adolescentes com Idade de 16 a 18 anos



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.2.2 Frequência escolar

Ainda em relação à condição educacional, outro indicador utilizado se refere à frequência escolar. A partir das informações dos entrevistados, verifica-se que do total de membros das famílias da pesquisa, 55,5 % estão fora do sistema educacional, incluindo crianças, adolescentes e adultos de todas as faixas de idade e 44,5% estão matriculados e cursando. A distribuição desse dado por região geográfica apresenta pouca diferença.

Tabela 24 – Frequência escolar – todos os membros das famílias entrevistadas – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Frequência escolar	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Matriculado e cursando	689	44,5	513	45,4	310	44,3	136	42,0	1648
Fora do sistema educacional	860	55,5	618	54,6	389	55,7	188	58,0	2055	55,5
Total	1549	100,0	1131	100,0	699	100,0	324	100,0	3703	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Nesse item merece atenção as informações referentes à frequência escolar de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, uma vez que o não acesso à educação desse grupo etário evidencia mais uma face da violação de direitos. De acordo com os dados apresentados, percebe-se que mesmo com o direito à política educacional assegurado, há pessoas fora da escola em todas as faixas de idade desse público, se concentrando mais nos intervalos de 0 a 3 anos (69,2%), de 12 a 15 anos (18,6%) e de 16 a 18 anos (43,9%), considerando-se os valores de cada faixa etária. Para se ter uma ideia do que esses dados da pesquisa representam, no Brasil, em 2018, o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola foi de 8,8% e na Paraíba 10,7% (INSTITUTO UNIBANCO, 2020). Acrescente-se à análise a faixa etária de 19 a 21 anos, tendo em vista que muito evidencia o abandono escolar pelos jovens, seja por motivo de trabalho, seja pelo não ingresso no ensino superior, abrangendo 75,6% do total das 127 pessoas da pesquisa nessa faixa de idade.

Tabela 25 – Frequência escolar – todos os membros das famílias entrevistadas com idade de 0 a 21 anos – Estado da Paraíba

Frequência escolar	Matriculado e cursando		Fora do sistema educacional		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	91	5,7	205	33,4	296	13,4
De 04 a 05 anos	165	10,3	37	6,0	202	9,1
De 06 a 11 anos	640	40,1	38	6,2	678	30,7
De 12 a 15 anos	468	29,3	87	14,2	555	25,1
De 16 a 18 anos	201	12,6	151	24,6	352	15,9
De 19 a 21 anos	31	1,9	96	15,6	127	5,7
Total	1596	100,0	614	100,0	2210	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 26 – Frequência escolar – adolescentes das famílias entrevistadas com idade de 16 a 18 anos – Estado da Paraíba

Frequência escolar	Matriculado e cursando		Fora do sistema educacional		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
16 anos	105	70,0	45	30,0	150	100,0
17 anos	68	52,7	61	47,3	129	100,0
18 anos	28	38,7	45	61,6	73	100,0
Total	201	57,1	151	42,9	352	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Neste ponto, é importante destacar que, mesmo havendo o reconhecido esforço de articulação entre diferentes políticas públicas para garantir os direitos de crianças e adolescentes à educação e a permanecer na escola, a exemplo do Programa Bolsa Família (da política de assistência social) que condiciona a presença e frequência escolar ao acesso ao benefício, outros fatores dificultam ou impedem a permanência no ambiente escolar e precisam ser considerados. Entre esses fatores, podemos citar o trabalho precoce para complementar a renda familiar, as ausências dos responsáveis no cuidado diário, acompanhamento e orientação da criança e adolescente, localização da escola distante da residência, além dos aspectos inerentes ao sistema educacional.

No caso específico de crianças de 0 a 3 anos, mesmo havendo obrigatoriedade legal do poder público em prover a oferta da educação infantil na forma de creche (artigo 7º da Constituição Federal 88 e o Art. 54 do ECA), percebe-se um acentuado déficit desse serviço, o que pode impactar diretamente na condição de trabalho das mulheres provedoras da família, que representam a maioria das responsáveis por crianças e adolescentes desta pesquisa. Conforme os dados disponíveis, do total de 296 crianças de 0 a 3 anos, somente 97 estão inseridas em creche, ou seja, 69,3% não acessam esse serviço. E mesmo as crianças maiores, se não estiverem em escola em tempo integral, as mães ou responsáveis são impedidos de trabalhar, principalmente fora de casa. Na falta desse local, a alternativa indevida é deixar as crianças com outros irmãos, com vizinhos, com parentes, de algum modo expondo a riscos e a negligências como tem sido a maioria das violações de direitos e violências praticadas contra crianças e adolescentes, conforme os relatos dos entrevistados desta mesma pesquisa.

Tabela 27 – Frequência escolar- todos os membros das famílias entrevistadas com idade de 0 a 3 anos – Estado da Paraíba

Frequência escolar	Matriculado e cursando		Fora do sistema educacional		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De zero a 6 meses	1	2,6	37	97,4	38	100,0
Mais de 6 meses até 1 ano	1	20,0	4	80,0	5	100,0
De 1 até 2 anos	13	15,3	72	84,7	85	100,0
De 2 até 3 anos	76	45,2	92	54,8	168	100,0
Total	91	30,7	205	69,3	296	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.2.3 Capacitação profissional dos membros da família

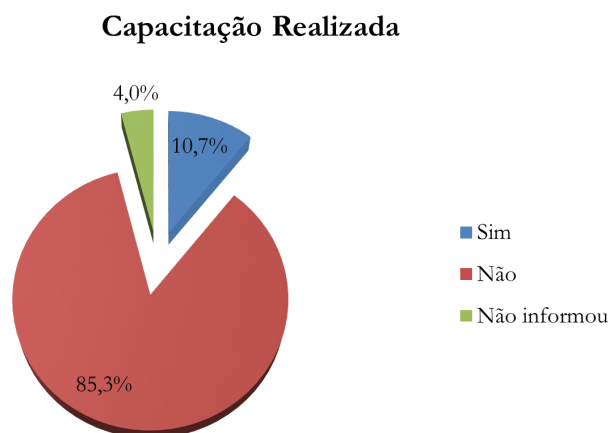
O item referente a capacitações reserva relevância em relação aos membros da família com idade para entrada no mercado de trabalho, a partir dos 18 anos e os adultos trabalhadores, mas inclui também os/as adolescentes que devem ter acesso à aprendizagem profissional, conforme previsto no ECA, no Capítulo V, que dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, considerando as condições peculiares a pessoas em desenvolvimento. Assim, a tabela a seguir evidencia que para apenas 10,7% dos membros das famílias, com idade acima de 12 anos, houve informação positiva quanto à realização em capacitações profissionais, enquanto 85,3% não tiveram essa formação. E embora com uma pequena margem de diferença, a região geográfica João Pessoa foi a que mais capacitou (13,4%). É importante enfatizar que a qualificação profissional é um direito garantido pela Constituição Federal de 88 para todos os cidadãos brasileiros, sendo incluída como direito fundamental, a partir da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 42/11.

Tabela 28 – Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Capacitação Realizada	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Sim	144	13,4	81	10,5	38	8,3	8	3,6	271
Não	886	82,6	673	87,0	407	88,5	189	85,5	2155	85,3
Não informou	42	3,9	20	2,6	15	3,3	24	10,9	101	4,0
Total	1072	100,0	774	100,0	460	100,0	221	100,0	2527	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 9 – Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Na observação por faixa etária de todos os membros das famílias, com idade a partir de 12 anos, que participaram de alguma capacitação, a distribuição foi a seguinte: 48 adolescentes de 12 a 18 anos, o que equivale a 5,3% do total de membros das famílias nessa faixa de idade (907). Entre 19 e 21 anos tiveram acesso a alguma qualificação 15% dos jovens. Entre 22 e 25 anos foram 17,3% e, acima de 26 anos, apenas 13,3% dos adultos tiveram acesso à capacitação. Os dados demonstram também que mais de 85% dos adolescentes e adultos, que por lei teriam direito a cursos e à qualificação profissional, independente da educação formal, ainda não têm esse direito efetivado. A falta de uma ampla política de profissionalização, de âmbito governamental, agravada pela precária escolarização das populações mais pobres, são alguns aspectos explicativos desses baixíssimos números das capacitações do público envolvido na pesquisa.

Tabela 29 – Capacitação realizada – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 12 anos – Estado da Paraíba

Capacitação Realizada	De 12 a 18 anos		De 19 a 21 anos		De 22 a 25 anos		De 26 anos a mais de 60 anos		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sim	48	5,3	20	15,7	22	17,3	181	13,3	271	10,7
Não	842	92,8	102	80,3	92	72,4	1119	81,9	2155	85,3
Não Informou	17	1,9	5	3,9	13	10,2	66	4,8	101	4,0
Total	907	100,0	127	100,0	127	100,0	1366	100,0	2527	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Quanto às capacitações profissionais cursadas pelos membros das famílias participantes da pesquisa, de acordo com a faixa etária, as mais mencionadas foram as apresentadas nos quadros abaixo, destacando-se que a informática aparece em todas as faixas de etárias, embora mais prevalente nas idades de 12 a 35 anos. O curso técnico/auxiliar de enfermagem também tem uma maior prevalência, só não foi mencionado na etapa de 12 a 18 anos. Artesanato, pintura, costura também apresentaram incidência. Já os cursos na área de horta comunitária, apicultura e eletricitista foram citados para as idades acima de 35 anos. Dois cursos de nível superior também foram apontados para a faixa de 19 a 21 anos (engenharia e web design). As respostas sobre os cursos que desejam realizar foram semelhantes, acrescentando-se apenas o desejo de alguns em cursar a universidade.

Quadro 1 – Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 12 e 18 anos – Estado da Paraíba

Informática
Inglês
Operador de Caixa
Auxiliar Administrativo
Modelo
Artes – música
Pintura
Panificação
Mecânico

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Quadro 2 – Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 19 e 25 anos – Estado da Paraíba

Informática
Técnico/ auxiliar de enfermagem
Operador de Caixa
Auxiliar Administrativo
Pintura
Panificação
Mecânico
Engenharia
Web designer

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Quadro 3 – Capacitações realizadas mais informadas – membros das famílias entrevistadas com idade entre 26 e mais de 60 anos – Estado da Paraíba

Informática
Técnico/ auxiliar de enfermagem
Corte e costura
Cabelereiro/a
Manicure
Artesanato
Culinária
Cozinheira
Secretariado
Horta comunitária
Apicultura
Eletricista

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

3.3 SITUAÇÃO OCUPACIONAL/PROFISSIONAL, TRABALHO E RENDA DOS RESPONSÁVEIS E DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA

3.3.1 Profissões e/ou ocupações dos/as entrevistados/as

No quesito profissão, a pesquisa depara-se com uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias, que é a inserção no mercado de trabalho. A grande maioria não tem profissão ou qualificação profissional que possibilite o acesso ao emprego ou ao trabalho que garanta renda mais estável e que cubra as necessidades básicas da família, conforme foi visto na análise sobre as capacitações dos membros da família. Assim sendo, na tabela a seguir, percebe-se que 25,4% informaram como atividade principal ser dona de casa, do lar ou doméstica, tratando-se de trabalho sem remuneração. 20,3% são agricultores/a, perfazendo percentual um pouco acima do contingente de famílias moradoras na área rural (16,2%), conforme a Tabela 37 apresentada mais adiante neste relatório, sobre as condições de moradia das famílias. Ainda sobre as profissões, com percentuais menores. 3,3% se declaram como diaristas, 3,2% são auxiliares de serviços gerais e 6,2% informam não ter trabalho nem profissão. Os demais 35,8% entrevistados/as informaram profissões ou ocupações diversas, com baixos percentuais, entre elas: agente administrativo, agente de saúde, costureira, cozinheira, merendeira, montador de móveis, motorista, professora, pedreiro, pintor, pescador, serralheiro, trabalhadores em coleta de lixo, reciclagem, zeladores, técnica de enfermagem, vendedora, vigilante.

Tabela 30 – Profissão principal dos/as entrevistados/as – Estado da Paraíba

Profissões e/ou Ocupações mais Citadas	Total	%
Do lar, dona de casa, doméstica	213	25,4
Agricultor/a	170	20,3
Aposentada/o	47	5,6
Diarista	28	3,3
Auxiliar Serviços Gerais	27	3,2
Não tem profissão	52	6,2
Profissões diversas	300	35,8
Total	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Ao serem questionados se os responsáveis pela família teriam outras habilidades e quais seriam, 502 entrevistados responderam que não, o que equivale a 60% e os 335 demais (40%) informaram que sim. Nas habilidades secundárias novamente se sobressaem as atividades com artesanato, serviços de beleza, vendas, serviços domésticos de faxina e cozinha como diarista, reciclagem, serviços gerais, pedreiro, pintor e agricultor. A falta de escolarização associada à falta de profissionalização desse segmento populacional são os principais complicadores à inserção no mercado de trabalho por esses trabalhadores. Para se ter uma ideia, entre os membros das famílias com idade acima de 19 anos, 71,4% têm escolaridade de não alfabetizado, alfabetizado ou fundamental incompleto, conforme a tabela 22 anteriormente apresentada no item 3.2.3 Escolaridade dos Membros das Famílias.

3.3.2 Situação ocupacional de todos os membros da família

No que concerne à situação ocupacional de todos os membros da família, com idade a partir de 14 anos, foram consideradas as seguintes possibilidades: empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada, desempregado, autônomo com INSS, autônomo sem INSS, aposentado e BPC, pensionista, trabalhador adolescente e trabalhador em serviço eventual. Relacionadas a outras opções, surgiram algumas situações ocupacionais como: agricultor, diarista, doméstica, dona de casa e funcionário público. Os casos de trabalho infantil de crianças com idade abaixo de 14 anos não foram considerados nessa questão, pois serão tratados no item sobre as violações de direitos.

A análise dos dados apresentados revela que, em todas as faixas etárias, a situação ocupacional que mais se destaca é a de desempregado, com 41,6% dos participantes do estudo na faixa etária acima de 14 anos, sendo a incidência maior entre os jovens de 19 a 25 (60%). Para os adolescentes de 14 a 18 anos também foi informada essa situação (65,4%). E mesmo na faixa de idade ativa entre 26 e 59 anos, é alto o percentual informado em situação de desemprego (39,8%).

O segundo percentual que aparece é o das pessoas aposentadas ou que recebem o Benefício de Prestação continuada (BPC), totalizando 12,0% dos participantes, sendo a maioria na faixa etária acima de 60 anos (82,2%). Os empregados sem carteira assinada vêm em seguida, com um percentual de 11,9%, e os trabalhadores em serviços eventuais na sequência, com 11,3%. Os autônomos sem INSS, envolvendo também agricultores, diaristas e domésticas correspondem a 11,9%.

Os trabalhadores ativos que evidenciam cobertura previdenciária e, certamente, maior rendimento salarial somam apenas 11%. São eles os empregados com carteira assinada 8,9%, 10 funcionárias públicas (0,6%) e 26 autônomos com INSS (1,5%). Os dados apresentados revelam, sem dúvida, as condições de precariedade ocupacional dos membros das famílias participantes da pesquisa, o que tem forte impacto em seus rendimentos e em suas condições de vida. Destaca-se ainda que a categoria de trabalhador adolescente foi mencionada para 15 jovens, sendo 13 com idade de 14 a 18 anos e 2 com idade entre 19 e 21 anos.

Tabela 31 – Situação ocupacional – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 14 anos por faixa etária – Estado da Paraíba

Situação Ocupacional	De 14 a 18 anos		De 19 a 25 anos		De 26 a 59 anos		Mais de 60 anos		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Empregado com carteira assinada	5	2.8	20	8.9	123	11.0	3	1.7	151	8.9
Empregado sem carteira assinada	11	6.1	25	11.1	163	14.5	3	1.7	202	11.9
Desempregado (inclusive dona de casa)	117	65.4	135	60.0	447	39.8	8	4.6	707	41.6
Autônomo com INSS	0	0.0	2	0.9	23	2.0	1	0.6	26	1.5
Autônomo sem INSS mais agricultor/a, diarista, doméstica.	4	2.2	8	3.6	133	11.8	6	3.4	151	8.9
Trabalhador em serviço eventual	22	12.3	33	14.7	135	12.0	3	1.7	193	11.3
Aposentado/ BPC	4	2.2	0	0.0	57	5.1	143	82.2	204	12.0
Pensionista	3	1.7	0	0.0	32	2.8	7	4.0	42	2.5
Trabalhador adolescente	13	7.3	2	0.9	0	0.0	0	0.0	15	0.9
Funcionário público	0	0.0	0	0.0	10	0.9	0	0.0	10	0.6
Total	179	100.0	225	100.0	1123	100.0	174	100.0	1701	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Em relação às regiões, alguns dados chamam atenção: (i) o maior número de pessoas com carteira assinada está na região de João Pessoa (13,5%) com um percentual mais de quatro vezes maior do que o de Patos (3,0); (ii) a região de João Pessoa também é a que proporcionalmente possui menor quantitativo de aposentados ou BPC, são 9,3%, enquanto na região de Sousa são 16,7%; (iii) a região com maior número de trabalhadores autônomo sem INSS, agricultor/as, diaristas e domésticas é a de Campina Grande (11,0%), seguida de Patos (8,5%); (iv) somente na região de Sousa-Cajazeira não houve registro de trabalhador adolescente, nas demais (João Pessoa, Campina Grande e Patos) eles foram mencionados. Acrescente-se ainda o fato de na tabela anterior, onde os dados estão detalhados por idade, os adolescentes com idade de 14 a 18 anos aparecem em um quantitativo maior (175 jovens), distribuídos nas diversas situações ocupacionais, subtraindo-se os que recebem o BPC.

Tabela 32 – Situação ocupacional – todos os membros das famílias entrevistadas com idade acima de 14 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Situação Ocupacional	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
	Empregado com carteira assinada	98	13.5	31	6.2	10	3.0	12	8.3	151
Empregado sem carteira assinada	90	12.4	62	12.4	37	11.3	13	9.0	202	11.9
Desempregado (inclusive dona de casa)	293	40.2	207	41.3	145	44.2	62	43.1	707	41.6
Autônomo com INSS	11	1.5	13	2.6	1	0.3	1	0.7	26	1.5
Autônomo sem INSS mais agricultor/a, diarista, doméstica.	57	7.8	55	11.0	28	8.5	11	7.6	151	8.9
Trabalhador em serviço eventual	84	11.5	48	9.6	43	13.1	18	12.5	193	11.3
Aposentado/ BPC	68	9.3	61	12.2	51	15.5	24	16.7	204	12.0
Pensionista	16	2.2	15	3.0	8	2.4	3	2.1	42	2.5
Trabalhador adolescente	6	0.8	4	0.8	5	1.5	0	0.0	15	0.9
Funcionário público	5	0.7	5	1.0	0	0.0	0	0.0	10	0.6
Total	728	100.0	501	100.0	328	100.0	144	100.0	1701	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Com relação às fontes dos rendimentos familiares, a partir das informações dos entrevistados, a tabela a seguir indica dois números bem significativos na composição de renda. O primeiro diz respeito ao fato de que apenas 29,7% sobrevivem de salários e, da mesma forma, outros 29,7% têm como maior fonte de rendimento o Programa Bolsa Família (PBF), destacando-se que não se trata aqui do total de famílias beneficiárias desse programa, mas apenas das famílias que o têm como principal fonte de rendimento.

Os dois indicadores seguintes se referem consecutivamente a rendimento advindo da condição de idoso ou pessoa com deficiência, pois 13,9% sobrevivem com aposentadoria e 7,3% com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), panorama esse que evidencia a relevância dos benefícios sociais para a composição da renda dessas famílias. Somando-se esses benefício de prestação continuada e de aposentadoria com os 29,7% do Programa Bolsa Família totalizam 50,9% de principal rendimento das famílias advindo dessas fontes.

No que tange aos dados regionais, percebe-se que a região de João Pessoa é a que tem maior número de famílias que sobrevivem de renda salarial (41,1%), o que sugere haver maior possibilidade de absorção dessas trabalhadoras e trabalhadores pelo mercado de trabalho nessa região que inclui a capital. A região com menor índice de renda derivada de salário é a de Patos, com apenas 13,3% dos entrevistados nessa condição. Nessa mesma Região Intermediária, chama atenção o fato de 38,3% dos entrevistados afirmarem que a principal fonte de renda da família advém do Programa Bolsa Família, conforme tabela a seguir.

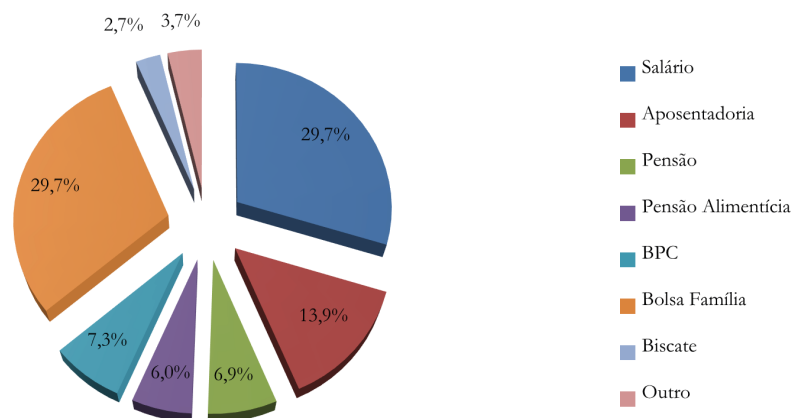
Tabela 33 – Principal fonte de rendimento – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Principal fonte de rendimento da família	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Salário	138	41,1	74	29,0	23	13,8	14		
Aposentadoria	36	10,7	35	13,7	28	16,8	17	21,5	116	13,9
Pensão	18	5,4	23	9,0	13	7,8	4	5,1	58	6,9
Pensão Alimentícia	12	3,6	19	7,5	15	9,0	4	5,1	50	6,0
BPC	24	7,1	15	5,9	16	9,6	6	7,6	61	7,3
Bolsa Família	83	24,7	78	30,6	64	38,3	24	30,4	249	29,7
Biscate	14	4,2	5	2,0	3	1,8	1	1,3	23	2,7
Outro	11	3,3	6	2,4	5	3,0	9	11,4	31	3,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 10 – Principal fonte de rendimento – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Principal fonte de rendimento da família



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Um dos mais importantes indicadores sobre condição de vida está na renda familiar, o que sem dúvida está relacionado ao aspecto acima abordado referente à profissão e à inserção no mercado de trabalho. Os dados levantados na pesquisa apontam que a grande maioria das famílias apresenta baixa renda. As faixas de renda identificadas apontam que o percentual de famílias com renda familiar mensal de até dois salários mínimos chega a 90,9%. Na outra ponta, apenas 0,8% dos sujeitos da pesquisa têm renda familiar acima de cinco salários mínimos. Ressaltando que a amostra consiste das famílias atendidas nos CREAS da Paraíba e que, na realidade, os serviços públicos de Proteção Social são majoritariamente utilizados pelas populações de menor poder aquisitivo.

Outro aspecto a ser observado nesses indicadores é que a concentração de famílias, em termos percentuais, com renda mensal abaixo de um salário mínimo está localizada nas Regiões Intermediárias do Estado, que reúnem os municípios do sertão paraibano: Região Intermediária Patos (53,9%) e Região Intermediária Sousa-Cajazeiras (55,7%). Já na Região Intermediária João Pessoa ocorreu uma inversão, onde os dados referentes às famílias com renda mensal acima de um salário mínimo (61,4%) são superiores ao percentual daquelas com rendimento mensal abaixo de um salário mínimo (39,6%).

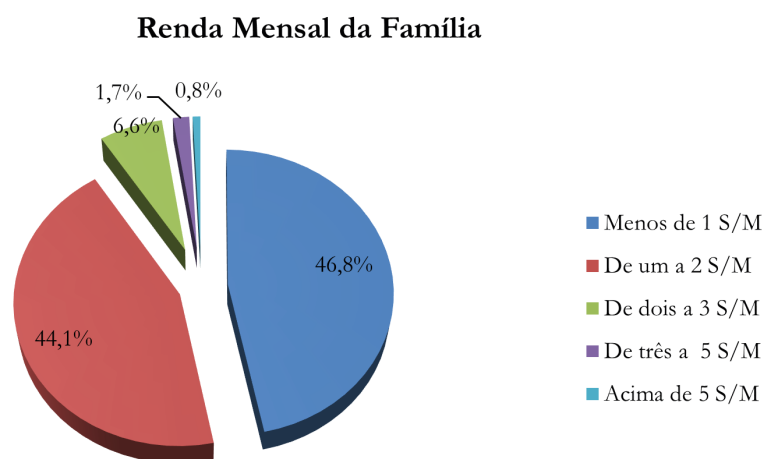
Outra análise que esses dados permitem é o diálogo com os indicadores de pobreza e extrema pobreza apresentados pelo IPEA e IBGE na tabela 5. Tomando-se como referência os parâmetros do Banco Mundial utilizados pelas mencionadas agências de pesquisa, percebe-se que 90,9% das famílias participantes da pesquisa, com renda familiar mensal abaixo de 2 salários mínimos, podem estar na faixa de pobreza ou extrema pobreza, com renda *per capita* inferior a 5,5 dólar diário, considerando que na população estudada, a média de pessoas por família é de 4,42 e que em janeiro de 2018, ano da pesquisa, o dólar estava no valor de R\$ 3,16, o que necessitaria uma renda mensal familiar acima de R\$ 2.304,00, portanto, superior a 2 salários mínimos.

Tabela 34 – Renda familiar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Renda Mensal da Família	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Menos de 1 S/M	133	39,6	125	49,0	90	53,9	44		
De 1 a 2 S/M	166	49,4	108	42,4	66	39,5	29	36,7	369	44,1
De 2 a 3 S/M	26	7,7	15	5,9	10	6,0	4	5,1	55	6,6
De 3 a 5 S/M	6	1,8	5	2,0	1	0,6	2	2,5	14	1,7
Acima de 5 S/M	5	1,5	2	0,8	0	0,0	0	0,0	7	0,8
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.
 Obs. salários mínimos (S/M).

Gráfico 11 – Renda familiar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Ainda sobre os rendimentos, também foi solicitado aos entrevistados que se posicionassem em relação à capacidade de suprir as necessidades familiares com a renda que dispõem, ou seja, que se fizesse uma relação entre o que recebem e o que necessitam. O resultado indicou que a maioria não tem supridas as necessidades básicas. A média geral fica entre 43,5% para o suprimento e 56,5% para o déficit de garantias básicas. A região onde esse dado é mais agravado é Campina Grande, numa proporção de 40,4% para 59,6%. Todavia, chama atenção nesse ponto o fato de que a maioria

das famílias tem renda familiar menor que dois salários mínimos e, mesmo assim, mais de 40% consideram o rendimento suficiente para suprir suas necessidades básicas. O que sugere o questionamento sobre qual será o referencial de qualidade e condições de vida que essas famílias têm, sobretudo, se considerarmos a fragilidade de cobertura ainda presente no sistema de proteção social desses territórios, como observaremos nos itens seguintes deste relatório. Essa observação sugere a necessidade de um esforço maior dos profissionais que atuam nas políticas de atendimento a essas famílias, no sentido de proporcionar esclarecimentos sobre os direitos sociais e sobre a importância da participação social dos usuários nos espaços de decisão e deliberação dessas políticas.

Tabela 35 – Atendimento às necessidades básicas – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

O Dinheiro que recebe atende as necessidades básicas da família	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Sim	146	43,5	103	40,4	79	47,3	36		
Não	190	56,5	152	59,6	88	52,7	43	54,4	473	56,5
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

A pesquisa também levantou os itens nos quais se despendia mais recursos a partir de uma lista assim configurada: alimentação, transporte, pagamento de água, luz, telefone, aluguel, manutenção na casa, medicação, tratamento de saúde, mensalidade escolar/ creche, educação básica, material escolar, cursos, vestuário, produtos de higiene pessoal, pagamento de dívidas e empréstimos, lazer, cuidador.

Destaca-se que, para a grande maioria, a principal utilização é com a alimentação, em seguida, pagamento de serviços de luz, água e telefone, pagamento de aluguel, medicação, produtos para a manutenção da moradia e transporte. Esses dados demonstram que a renda familiar está sendo usada essencialmente para a sobrevivência material da família.

Como alternativa para a complementação da renda, para suprir as necessidades básicas, os trabalhos eventuais em serviços diversos, serviços domésticos como diarista e os pequenos comércios foram as principais formas citadas pelos entrevistados que mencionaram a renda insuficiente. Em seguida, outro grande contingente afirma receber ajuda de familiares, outra parcela recebe ajuda de vizinhos e pessoas amigas, outro grupo recorre aos serviços socioassistenciais disponibilizados pelos CRAS e pelas prefeituras, mas algumas pessoas afirmaram que pediam ajuda nas ruas e em residências e uma explicitou que o dinheiro da prostituição de uma filha complementava a renda familiar.

3.3.3 Benefícios eventuais da assistência social

Ainda em relação ao acesso a bens e serviços, a pesquisa fez o levantamento relacionado aos benefícios socioassistenciais eventuais. Entre os benefícios elencados estão: Cesta Básica com maior incidência (13,9%), Auxílio Natalidade (8,8%), Auxílio Aluguel (4,9%), Bolsa Estiagem (1,7%), Auxílio Funeral, o menos acessado (0,1%) e outros benefícios (3,1%). Destacamos que, não obstante as condições de carência financeira dessa população, apenas 32,3% dos entrevistados receberam algum tipo de benefício eventual, sendo que alguns desses benefícios só são concedidos em condições específicas, como é o caso do Auxílio Natalidade e o Auxílio Funeral, esse último só foi mencionado por um dos entrevistados. Esse reduzido acesso por parte dos participantes da pesquisa aos benefícios eventuais da Assistência Social pode ser indicativo da baixa proteção social dos municípios para como o público usuário dessa política social ou pode decorrer da desinformação desses usuários quanto aos seus direitos sociais, o que também evidencia a necessidade de atuação dos serviços no sentido de esclarecimento e politização dos usuários sobre seus direitos.

Tabela 36 – Acesso a benefícios eventuais – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Benefícios Eventuais	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	Cesta Básica	42	12,5	42	16,5	21	12,6	11		
Auxílio Natalidade	16	4,8	15	5,9	25	15,0	16	20,3	72	8,6
Auxílio Aluguel	18	5,4	13	5,1	6	3,6	4	5,1	41	4,9
Bolsa Estiagem	3	0,9	7	2,7	4	2,4	0	0,0	14	1,7
Auxílio Funeral	0	0,0	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,1
Outros	8	2,4	16	6,3	1	0,6	1	1,3	26	3,1
Não recebeu	249	74,1	162	63,5	109	65,3	47	59,5	567	67,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Destaca-se ainda que esses benefícios, até por sua natureza de eventualidade, não podem ser considerados como fonte de subsídio às famílias, mas apenas atuam para suprir agravos de sobrevivência de forma momentânea.



4

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E INFRAESTRUTURA DO TERRITÓRIO

Nesse item foram organizados e sistematizados os dados informados pelos entrevistados referentes a diferentes aspectos da moradia, que vão desde a localização até a estrutura da residência considerando cômodos/membros da família. A habitação de qualidade é um direito do cidadão e o Brasil tem um acentuado déficit nesse campo. Muito recentemente se adotou programas habitacionais que tiveram como objetivo garantir moradia para parcela da população com menor renda, mesmo assim ainda se mantém uma dívida histórica com essa população.

4.1 LOCAL DE MORADIA

No que concerne à localização da moradia, os dados demonstraram que a grande maioria reside na área urbana dos municípios. Essa proporção de 83,8% na área urbana não necessariamente indica que há menos violação de direitos na área rural, mas está em consonância com a distribuição de domicílios do Estado da Paraíba, que ao longo dos anos vem reduzindo sua população rural. Conforme o Censo de 2010, a população urbana do Estado já representava 75,4% dos habitantes. E mesmo considerando-se a dificuldade de moradores da área rural de ter acesso aos serviços, o percentual de entrevistados localizados nessa área (16,2%) é bem significativo, já que os dados foram colhidos com famílias em atendimento nos CREAS, unidades públicas, na sua imensa maioria instalada nos centros das cidades para facilitar o acesso.

Tabela 37 – Localização da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Localização da moradia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Zona Rural	38	11,3	53	20,8	29	17,4	16		
Zona Urbana	298	88,7	202	79,2	138	82,6	63	79,7	701	83,8
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Com relação ao tempo de residência na moradia, as informações evidenciam que a grande maioria (74) reside no local há mais de um ano, o que é indicativo de formação de vínculos comunitários e também de conhecimento da localidade. Enquanto 25,5% das famílias residem no local há menos de um ano.

Tabela 38 – Tempo de residência na moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou Adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tempo de residência na moradia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Menos de 6 meses	34	10,1	38	14,9	34	20,4	9		
Mais de 6 meses e 1 ano	44	13,1	19	7,5	23	13,8	13	16,5	99	11,8
Mais de 1 e 2 anos	39	11,6	34	13,3	19	11,4	12	15,2	104	12,4
Mais de 2 e 5 anos	53	15,8	36	14,1	27	16,2	17	21,5	133	15,9
Mais de 5 anos	102	30,4	80	31,4	37	22,2	16	20,3	235	28,1
Desde sempre	63	18,8	47	18,4	25	15,0	12	15,2	147	17,6
Não sabe	1	0,3	1	0,4	2	1,2	0	0,0	4	0,5
Total Geral	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Outra característica da moradia foi a classificação de risco, nesse caso, foram apontadas algumas situações como: encostas, margens de rios, mangues e açudes, com contaminação tóxica, redes de transmissão de energia. No entanto, a maioria não reside em áreas com essas condições, num total de 91,9%.

**Tabela 39 – Risco da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes
Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Classificação de risco de moradia (Área de risco)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Em encostas, morros ou barreiras	12	3,6	13	5,1	4	2,4	1	1,3	30	3,6
Em margens de rios, mangues, açudes	15	4,5	6	2,4	4	2,4		0,0	25	3,0
Em áreas contaminadas por resíduos tóxicos	1	0,3	2	0,8	3	1,8		0,0	6	0,7
Próximas a redes de transmissão de energia	1	0,3		0,0	6	3,6		0,0	7	0,8
Não mora em área de risco	307	91,4	234	91,8	150	89,8	78	98,7	769	91,9
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.3 ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA

A cobertura da energia elétrica abrange quase a totalidade da população entrevistada (95,7%). Mesmo assim, foram informados casos de residência com gambiarra ou energia clandestina, somando estas situações, divisão com vizinho ou parente e outras formas de acesso, compreendendo 3,5% do total. Ainda 1,1% informaram não ter acesso à energia elétrica, o que corresponde a nove famílias, destas, apenas uma reside em área rural.

Tabela 40 – Acesso à energia elétrica – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Acesso à energia elétrica	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	Da rede pública - Individual	312	92,9	250	98,0	163	97,6	76		
Da rede pública - Vizinho	11	3,3	4	1,6	3	1,8	2	2,5	20	2,4
Não tem acesso	6	1,8	1	0,4	1	0,6	1	1,3	9	1,1
Outro	7	2,1		0,0		0,0		0,0	7	0,8
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.4 SANEAMENTO BÁSICO – ÁGUA POTÁVEL

O acesso à água pelas famílias participantes da pesquisa apresenta percentuais diversificados de acesso e com diferentes formas, o que provavelmente corresponde à realidade das diferentes regiões do Estado da Paraíba. O acesso à água encanada contempla a maioria (75,0%), sendo a região intermediária João Pessoa a melhor abastecida por esse serviço (84,2%), enquanto as formas de acesso à água, para além da água encanada, somam 25,0%. O abastecimento por carro pipa, cisterna e poço tem mais incidência nas demais regiões intermediárias: Campina Grande (31,0%), Patos (19,2%), Sousa-Cajazeiras (24,0%). Enquanto na região intermediária de João Pessoa, o abastecimento nessas modalidades foi mencionado por 9,5%. Vale lembrar que as cisternas fizeram parte de um programa federal implantado só a partir da segunda metade dos anos 2000.

Tabela 41 – Acesso à água – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Acesso à água	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Encanada	283	84,2	160	62,7	127	76,0	58		
Carro pipa	10	3,0	27	10,6	16	9,6	11	13,9	64	7,6
Cisterna, poço	22	6,5	52	20,4	16	9,6	8	10,1	98	11,7
Cacimba, açude, rio	9	2,7	8	3,1	6	3,6	2	2,5	25	3,0
Outros	12	3,6	8	3,1	2	1,2		0,0	22	2,6
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Ao aprofundar os dados sobre o acesso à água, bem essencial no século XXI, a realidade se agrava quando se verifica ainda a continuidade de acesso precário pelas famílias entrevistadas. A análise indica uma diferença para a região de João Pessoa, na medida em que ela tem o dobro de acesso das demais regiões, sendo que Campina Grande tem a menor média, de 32,9%. A tabela a seguir aponta esses dados:

Tabela 42 – Frequência do fornecimento da água – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Forneci- mento da Água	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Permanente	251	74,7	84	32,9	60	35,9	41		
Duas a três vezes por semana	39	11,6	93	36,5	69	41,3	23	29,1	224	26,8
Uma vez por semana	17	5,1	43	16,9	30	18,0	14	17,7	104	12,4
Outro	29	8,6	35	13,7	8	4,8	1	1,3	73	8,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.5 SANEAMENTO BÁSICO – ESGOTAMENTO SANITÁRIO E COLETA DE LIXO

O Saneamento básico, no que se refere ao esgotamento sanitário disponibilizado para as famílias entrevistadas, os dados se comportaram da seguinte forma: a região mais bem servida de rede pública é Sousa/Cajazeiras (77,2%), cujos dados são o dobro da região de João Pessoa, com apenas 38,1%. Por sua vez, a fossa séptica aparece muito mais na região intermediária João Pessoa (43,5%), enquanto na região intermediária Patos o percentual é 20,8% e na região intermediária Sousa-Cajazeiras é 15,2%. Vale destacar que das famílias entrevistadas, 60 delas, o equivalente a 7,2%, distribuídas nas quatro regiões, informaram a exposição de dejetos sanitários a céu aberto, o que configura situação preocupante em termos de saúde pública, para essas famílias e para outras famílias das comunidades onde habitam, demandando intervenção do setor público para conter essa situação.

Tabela 43 – Esgotamento sanitário – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Esgotamento Sanitário	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Rede pública	128	38,1	143	56,1	110	65,9	61		
Fossa séptica	146	43,5	53	20,8	30	18,0	12	15,2	241	28,8
Fossa Rudimentar	42	12,5	43	16,9	7	4,2	2	2,5	94	11,2
Céu aberto	20	6,0	16	6,3	20	12,0	4	5,1	60	7,2
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Em relação ao destino do lixo, a coleta simples contempla a maioria das residências dos entrevistados (84,0%), mas um percentual ainda alto (14,5%) menciona a queima do lixo ou a exposição a céu aberto, o que significa um dado preocupante em termos de saúde das famílias e demais moradores da comunidade. Destaca-se ainda a necessidade de se observar a frequência da coleta do lixo em termos de quantidade de dias durante a semana, de forma a se evitar a proliferação de doenças para as crianças e demais pessoas das residências e das comunidades e também para os animais.

Tabela 44 – Destino do lixo – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Destino do lixo	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Coleta simples	293	87,2	209	82,0	133	79,6	68		
Coleta seletiva	4	1,2	3	1,2	1	0,6	2	2,5	10	1,2
Queimado	23	6,8	39	15,3	22	13,2	6	7,6	90	10,8
Céu aberto	14	4,2	3	1,2	11	6,6	3	3,8	31	3,7
Outro	2	0,6	1	0,4	0	0,0	0	0,0	3	0,4
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.6 ACESSO À TELEFONIA E À INTERNET

Quanto ao acesso à telefonia, os resultados apontaram uma tendência de avanço da utilização do celular, com uso de 80,8% dessa modalidade, que predominou em todas as regiões. Contudo, seria necessário analisar a abrangência desse meio de comunicação por todos os membros da família e o tipo de comunicação que ele possibilita, uma vez que na atualidade todos os relacionamentos sociais e o acesso aos serviços públicos estão ocorrendo por meio da comunicação remota, possibilitada massivamente pelos aparelhos celulares ou por computadores com conexão de internet, especialmente a partir de 2020, no período de pandemia da Covid-19. Pelos dados analisados, quase 20% da população participante da pesquisa, em 2018, não dispunha dessa forma de comunicação.

Tabela 45 – Acesso a telefone – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes - Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Acesso à telefonia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Fixo	13	3,9	20	7,8	2	1,2	4		
Celular	290	86,3	200	78,4	127	76,0	59	74,7	676	80,8
Comunitário	8	2,4	6	2,4	8	4,8	3	3,8	25	3,0
Outros	25	7,4	29	11,4	30	18,0	13	16,5	97	11,6
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Já o acesso à internet apresenta-se bem limitado, considerando-se o contexto de extrema necessidade que se configurou. Menos da metade dos entrevistados tem acesso a esse meio de comunicação pelo celular (43,6%). Apenas 6% tem acesso à banda larga na própria casa e 8,9% mencionam o acesso a partir de lan house, da escola, de serviços coletivos de internet ou da casa de vizinhos. 40,7% afirmam não ter acesso algum à internet. Esses dados chamam atenção para a implementação urgente de políticas que garantam a conectividade para essa população, tendo em vista possibilitar a continuidade de suas demandas e o seu acesso às políticas sociais e à proteção social.

**Tabela 46 – Acesso à internet – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes
Estado da Paraíba – Regiões intermediárias**

Acesso à Internet	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Celular	154	45,8	114	44,7	60	35,9	37		
<i>Lan house</i>	8	2,4	16	6,3	2	1,2	1	1,3	27	3,2
Escola	2	0,6	3	1,2	1	0,6	1	1,3	7	0,8
Serviço coletivo de internet	6	1,8	1	0,4	0	0,0	0	0,0	7	0,8
Na própria casa	19	5,7	19	7,5	9	5,4	3	3,8	50	6,0
Na casa de vizinhos	22	6,5	10	3,9	6	3,6	3	3,8	41	4,9
Não tem acesso	125	37,2	92	36,1	89	53,3	34	43,1	340	40,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

4.7 OCUPAÇÃO DA MORADIA – PROPRIEDADE DO IMÓVEL E TIPO DE MORADA

Ao se analisar a condição de ocupação da moradia, contata-se que 55,7% das famílias entrevistadas têm a propriedade do imóvel e os demais se dividem entre as outras possibilidades de ocupação. A maior concentração percentual dos que possuem a casa própria fica na região intermediária João Pessoa (60,7%), o que pode estar relacionado aos investimentos públicos em política habitacional nessa região. Nesse item, merece destaque o fato de 44,3% das famílias entrevistadas dependerem de aluguel, ocupação, imóvel cedido ou de outra forma para garantirem um espaço de moradia, tendo em vista que não possuem casa própria. O que merece atenção dos órgãos promotores de políticas públicas, considerando os baixos rendimentos mensais dessas famílias, insuficientes para a manutenção alimentar e cuidados básicos. Quanto ao aluguel, além de comprometer parte significativa da renda e gerar endividamento, em geral são moradias precárias e/ou expostas a riscos, pelos valores compatíveis com as rendas das famílias. Essa e as demais formas de ocupação do imóvel sem propriedade levam as famílias mais pobres a constante insegurança quanto à habitação. Sobre as moradias cedidas, que também aponta um número significativo (115), a maioria é de parentes, mas as casas cedidas por amigos e patrões também foram mencionadas.

Tabela 47 – Condição de ocupação da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Condição de ocupação da moradia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Própria	204	60,7	150	58,8	76	45,5	36		
Alugada	72	21,4	60	23,5	62	37,1	27	34,2	221	26,4
Auxílio Aluguel	6	1,8	5	2,0	0	0,0	0	0,0	11	1,3
Cedida	41	12,2	37	14,5	25	15,0	12	15,2	115	13,7
Ocupada	5	1,5	0	0,0	1	0,6	2	2,5	8	1,0
Outro	8	2,4	3	1,2	3	1,8	2	2,5	16	1,9
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Quanto ao tipo de moradia das famílias entrevistadas, fica evidente que a grande maioria reside em casa térrea, sendo essa a estrutura de moradia prevalecente para as famílias pobres no Estado da Paraíba tanto na zona rural quanto na urbana. A modalidade de apartamento tem baixo percentual de ocupação, apenas 3,1%.

Tabela 48 – Tipo de moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tipo de moradia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Casa térrea	305	90,8	243	95,3	161	96,4	76		
Apartamento	14	4,2	7	2,7	4	2,4	1	1,3	26	3,1
Casa de vila	13	3,9	5	2,0	2	1,2	2	2,5	22	2,6
Outro	4	1,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,5
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Sobre a estrutura física dos imóveis, que denota a segurança e as condições higiênicas das moradias, a maioria é construída com paredes de tijolos (96,2%) e 2,4% são construídas com blocos. Apenas 2 casas têm as paredes de madeira e 10 são de taipa, o que exige um acompanhamento por parte de órgãos de proteção, para garantir a segurança das famílias, ação absolutamente possível, considerando a pequena quantidade dessas habitações.

Tabela 49 – Tipo de paredes da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tipo de Paredes	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Tijolo	327	97,3	252	98,8	153	91,6	73		
Bloco	2	0,6	2	0,8	11	6,6	5	6,3	20	2,4
Madeira	2	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2
Taipa	5	1,5	1	0,4	3	1,8	1	1,3	10	1,2
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

O material utilizado no piso das residências também evidencia as condições de higiene, sobretudo em se tratando de moradias urbanas. Entre os entrevistados da pesquisa, a maioria (62,2%) mencionou o piso de cimento, muito comum nas habitações populares no estado. Em segundo lugar foram apontados os pisos de cerâmica (34,9%). Contudo, 23 entrevistados informaram habitar moradias com pisos de terra ou barro, o que também merece avaliação dos serviços de proteção social, a fim de solucionar a situação e proporcionar segurança de saúde às crianças, adolescentes e famílias das moradias.

Tabela 50 – Tipo de piso da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tipo de Piso	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Cimento	174	51,8	169	66,3	119	71,3	59		
Cerâmica	154	45,8	80	31,4	40	24,0	18	22,8	292	34,9
Terra	3	0,9	4	1,6	6	3,6		0,0	13	1,6

Barro	4	1,2	2	0,8	2	1,2	2	2,5	10	1,2
Outro	1	0,3	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1	0,1
Total geral	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

O tipo de cobertura do teto das moradias também evidencia a segurança das crianças, dos adolescentes e das famílias. Na pesquisa, a maioria das residências (88,9%) tem o teto coberto só de telha, característica comum das casas populares. 10% são de laje, o que permite uma melhor proteção. Mas ainda existem nove residências cobertas com palha, representando risco para as crianças, adolescente e também para os adultos, tanto em termos de proteção climática, mas, sobretudo, porque apresentam alto risco de incêndio, situação que pode ser perfeitamente avaliada e resolvida pelo poder público local.

Tabela 51 – Tipo de cobertura da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tipo de Cobertura	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Telha	295	87,8	215	84,3	159	95,2	75		
Laje	41	12,2	31	12,2	8	4,8	4	5,1	84	10,0
Palha	0	0,0	9	3,5	0	0,0	0	0,0	9	1,1
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Os entrevistados da pesquisa também foram questionados sobre o tipo de banheiro da residência, uma vez que essa informação também representa aspecto importante das condições de moradia das famílias, inclusive de segurança física e de higiene das crianças e adolescentes. A maioria (85,4%) mencionou ter banheiro dentro de casa. 12,2% informaram ter banheiro fora da residência, uma família usa banheiro coletivo e outras 19 famílias, equivalente a 2,3%, informaram não ter banheiro na residência, o que traz à tona a extrema precariedade das condições de moradia dessas famílias com crianças e adolescentes habitantes das quatro regiões, com maior incidência na região intermediária Patos. Essa é outra situação de extrema privação humana, a ser avaliada e solucionada pelo poder público local.

Tabela 52 – Tipo de banheiro da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Tipo do banheiro	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	Banheiro dentro de casa	307	91,4	213	83,5	131	78,4	64		
Banheiro fora de casa	26	7,7	41	16,1	23	13,8	12	15,2	102	12,2
Banheiro coletivo	0	0,0	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,1
Não tem banheiro	3	0,9	1	0,4	12	7,2	3	3,8	19	2,3
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Em função da natureza da pesquisa, que tem como foco principal a violações de direitos de crianças e adolescentes, e dentre essas violações está a violência sexual, um aspecto das condições de moradia importante a conhecer é a distribuição de quartos de dormir e de camas por membros da família. De acordo com as informações dos entrevistados, a maioria das residências possui dois quartos. Em seguida estão as moradias com três quartos (23,1%) e as que só possuem um quarto (15,8%). Outro percentual de 2,7%, equivalente a 23 moradias, não possui quartos. Considerando que no contingente de pessoas envolvidas da pesquisa, a média é de 4,4 membros por família, sem dúvida, as residências são relativamente pequenas, pois a grande maioria (76,9%) tem um, dois ou nenhum quarto.

Tabela 53 – Número de quartos da moradia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Número de quartos da moradia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Um quarto	57	17,0	32	12,5	31	18,6	12		
Dois quartos	191	56,8	144	56,5	98	58,7	56	70,9	489	58,4
Três ou mais quartos	81	24,1	72	28,2	32	19,2	8	10,1	193	23,1
Não tem quartos	7	2,1	7	2,7	6	3,6	3	3,8	23	2,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Em relação ao número de camas para acomodação do casal e filhos, os dados se comportaram apontando que, para além do casal, há pessoas que dividem a mesma cama, colchão ou rede em 34,1% das residências, o que denota a precariedade das condições de acomodação das famílias. Este dado é bastante semelhante em todas as regiões.

Tabela 54 – Moradias com pessoas que dormem na mesma cama fora o casal – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Fora o casal há pessoas que dormem/dividem a mesma cama, colchão ou rede	Região Intermediária-João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	Sim	123	36,6	81	31,8	55	32,9	26		
Não	213	63,4	174	68,2	112	67,1	53	67,1	552	65,9
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Quanto à existência de crianças que dormem com adultos, os dados se mostraram semelhantes em todas as regiões, com resposta positiva para 42,8% das famílias e 57,2% para respostas negativas, o que é esperado diante das condições de moradia com poucos quartos para o quantitativo de pessoas da família. Fato que demanda o trabalho informativo e reflexivo com as famílias sobre os cuidados e proteção de crianças e adolescentes, e também políticas que dignifiquem a habitação das famílias que necessitem dessas condições.

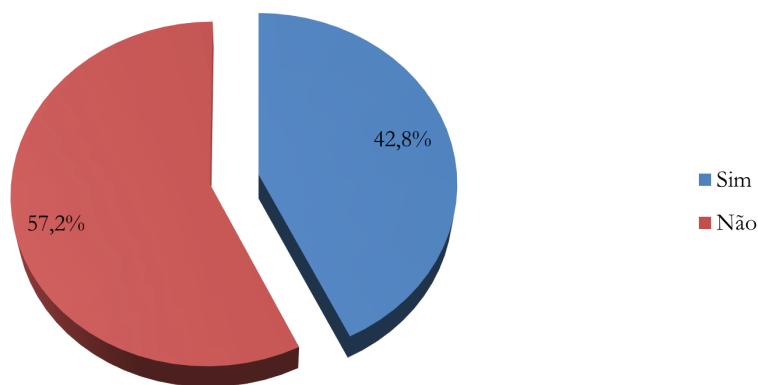
Tabela 55 – Moradia com crianças que dormem com adultos – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Há crianças que dormem com adultos	Região Intermediária-João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	Sim	149	44,3	107	42,0	68	40,7	34		
Não	187	55,7	148	58,0	99	59,3	45	57,0	479	57,2
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 12 – Moradia com crianças que dormem com adultos – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Há crianças que dormem com adultos



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Após essa análise sobre as condições de habitabilidade, envolvendo a moradia e a infraestrutura do território onde habitam as famílias entrevistadas, nos próximos itens passaremos a examinar a rede de serviços de educação, saúde, assistência social e segurança, disponível no território de vivência dessas famílias ou de abrangência do município, ente federativo responsável pela execução das políticas de proteção social.



5

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO
SOCIAL DISPONÍVEIS
NO TERRITÓRIO DE
VIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS
ENTREVISTADAS:
EDUCAÇÃO, SAÚDE,
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
DEFESA E SEGURANÇA

A partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil faz uma ruptura com o antigo modelo de oferta das políticas sociais públicas, primeiramente reconhecendo a primazia da responsabilidade estatal na sua oferta e, com isso, trazendo para o centro da pauta pública o acesso às políticas sociais como direito social. Com as novas diretrizes que reconhecem a universalidade de acesso, a oferta descentralizada e a participação social, passa-se a instituir em todo o território nacional uma rede de serviços pautada em indicadores geográficos, populacionais e outros afetos a cada política social. Também a proteção integral, definida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, deverá seguir essas mesmas diretrizes e ser efetivada a partir de um Sistema de Garantia de Direitos que articula e integra atores governamentais e não governamentais e as diversas políticas de proteção e defesa desse público em condição especial de desenvolvimento. Dois artigos do ECA são ilustrativos da dimensão dos direitos fundamentais nele previstos e do modelo da política de atendimento:

Art. 4º ECA. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Como direitos e como garantias protetivas, a insuficiente provisão das políticas sociais se constitui, também, violação de direitos. Portanto, avaliar a capacidade de acesso a: Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança e demais Políticas, passa a ser conteúdo fundante do tema desta pesquisa. Os dados aqui expostos dão conta de trazer à tona as condições concretas em que vivem as famílias protagonistas desse estudo, na perspectiva de evidenciar o quanto as políticas sociais avançaram e ainda precisam avançar em seus territórios de vivência, de forma a oferecer as condições necessárias para a superação, sem reincidência, das situações de violação de direitos em que estão e/ou estiveram envolvidas essas famílias.

5.1 ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

O acesso aos serviços oferecidos pelas políticas públicas é um importante indicador da condição de vida da população, sobretudo no que concerne à educação, reconhecida como direito universal, sendo a chave para outros acessos na vida dos cidadãos e cidadãs, como foi abordado acima, no item relativo à escolaridade dos membros das famílias. Seguindo esse princípio, a análise ora apresentada traz à tona a disponibilidade de serviços de educação nos territórios de vivência das famílias, muito embora sejam necessários outros requisitos de acessibilidade para que haja, de fato, a garantia da cobertura e da utilização desses serviços por parte da população. Entre esses requisitos estão uma política de trabalho e renda para os pais, responsáveis e membros maiores de idade das famílias, evitando-se que as crianças e adolescentes se envolvam em trabalho precoce. Outra política que favorece a permanência na escola, sobretudo para a população em foco, com a maioria dos responsáveis constituída de mães sem cônjuges e com filhos com idade abaixo de 18 anos, é a garantia da renda básica, que possibilite custear os itens básicos de sobrevivência da família e/ou a oferta da educação em tempo integral para todas as idades de crianças e adolescentes, que dê condições para as mães se ausentarem de casa para realizarem seus trabalhos, sem praticarem o abandono ou a negligência com suas crianças e adolescentes.

5.1.1 Educação infantil

Os dados a seguir, fornecidos pelos próprios entrevistados da pesquisa, demonstram que embora a maioria informe não utilizar o serviço de educação infantil, 381 famílias, o que equivale a 45,5%, têm crianças com idade de educação infantil (de 0 a 5 anos), sendo que apenas 20,1% informou ter esse serviço no bairro em que reside. Outros 20,8% informam existir o serviço na cidade e não nas proximidades da moradia e 0,5% mencionam a existência do serviço fora da cidade. O fato é que são 498 crianças das famílias da pesquisa com idade até 5 anos e destas, 242 (48,6%) estão fora da escola.

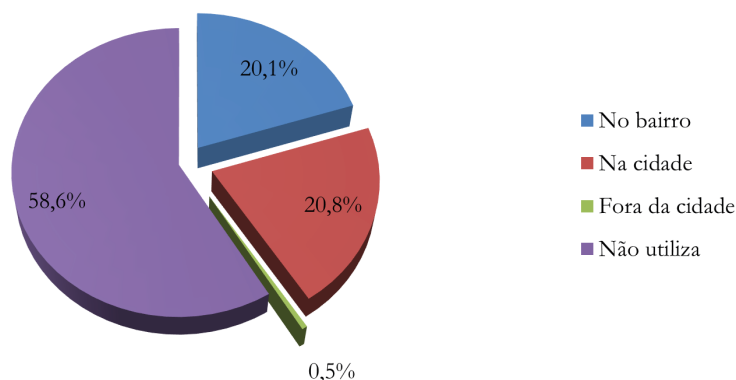
Tabela 56 – Oferta de serviços de educação infantil – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Serviços de Educação Infantil (Creche)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	76	22,6	42	16,5	33	19,8	17		
Na cidade	52	15,5	52	20,4	42	25,1	28	35,4	174	20,8
Fora da cidade	0	0,0	2	0,8	1	0,6	1	1,3	4	0,5
Não utiliza	208	61,9	159	62,4	91	54,5	33	41,8	491	58,7
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 13 – Oferta de serviços de educação infantil – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Serviços de Educação Infantil (Creche)



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Destaca-se que a educação infantil é considerada direito da criança, garantida na Constituição Federal de 1988 e, atualmente, financiada e gerida pela Política de Educação. Mas a transição do campo da assistência social para a educação aconteceu apenas no início dos anos 2000, já no governo Lula. Com essa mudança, a educação infantil passa a ter a característica de acesso universal, assim como o direito aos demais níveis de educação, no entanto, na grande maioria dos municípios brasileiros há um significativo déficit de oferta desse serviço.

5.1.2 Ensino fundamental

O ensino fundamental é um período escolar bastante amplo, que inicia na infância, aos seis anos de idade e se estende até os 14 ou 15 anos, na adolescência. Esse período de estudo está dividido em duas etapas: o Fundamental I (correspondente à escolarização do 1º ao 5º ano), e o Fundamental II (correspondente à escolarização da 6ª ao 9ª ano). Então, da mesma forma que a educação infantil, também para o Ensino fundamental, as famílias participantes da pesquisa se deparam com a mesma questão relativa a pouca disponibilidade dos serviços no bairro de moradia. Considerando o total de 717 famílias que utilizam o serviço, para 52,9% as escolas estão fora do bairro. Esse fato não representa problema para as famílias de maior poder aquisitivo, que dispõem de condições de transporte e de pessoas acompanhantes das crianças para o deslocamento à escola. Todavia, em se tratando de famílias em que a maioria se encontra em situação de pobreza, essa distância não deixa de ser um fator impeditivo do acesso, seja pela dependência de transporte, seja pela necessidade de acompanhamento de um adulto até o local, considerando-se a exposição das crianças e adolescentes a situações de risco de violências, se trafegarem sozinhas. Por outro lado, a dificuldade das mães, pais ou responsáveis em levarem as crianças à escola em

outro bairro e depois se deslocarem ao trabalho se configura em outro fator impeditivo de acesso, tanto do ponto de vista do tempo, quanto de despesa com o transporte. Essa breve análise quanto às condições de deslocamento à escola, a partir dos dados evidenciados, já indica a necessidade de descentralização desse serviço para as áreas mais periféricas das cidades. Além da oferta de outras condições que favoreçam o acesso à educação.

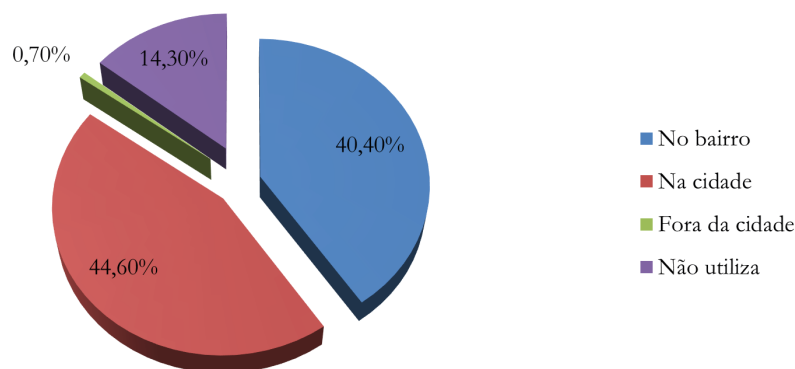
Tabela 57 – Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Escola de Ensino Fundamental	Total	%
No bairro	338	40,4
Na cidade	373	44,6
Fora da cidade	6	0,7
Não utiliza	120	14,3
Total	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 14 – Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Escola de Ensino Fundamental



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Numa análise por região geográfica, percebe-se que a região de Campina Grande é a que registra o maior número de serviços de ensino fundamental fora do bairro de residência das famílias entrevistadas, com um percentual de 50,6% das famílias afirmando não dispor desse serviço no bairro, conforme tabela a seguir:

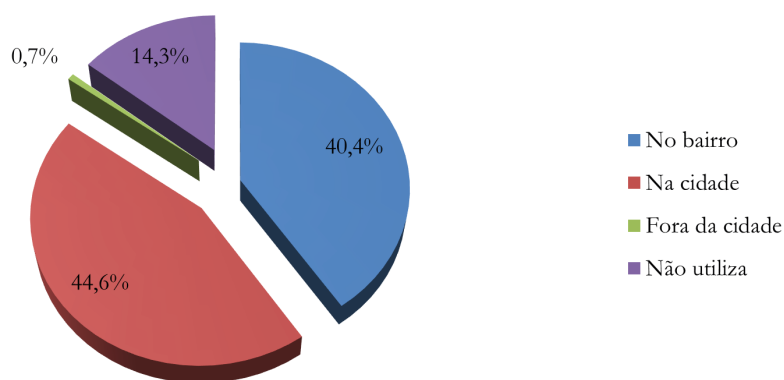
Tabela 58 – Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Escola de Ensino Fundamental	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	158	47,0	96	37,6	52	31,1	32		
Na cidade	126	37,5	129	50,6	83	49,7	35	44,3	373	44,6
Fora da cidade	4	1,2		0,0	1	0,6	1	1,3	6	0,7
Não utiliza	48	14,3	30	11,8	31	18,6	11	13,9	120	14,3
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 15 – Oferta de escola de ensino fundamental – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Escola de Ensino Fundamental



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.1.3 Ensino médio

Os dois itens a seguir são os que apresentam maior índice de exclusão, dados que coadunam com a faixa de renda, pois a realidade brasileira, infelizmente, tem apresentado uma estreita relação entre a pobreza e a exclusão dos níveis mais elevados do sistema de ensino. A tabela a seguir demonstra que os estabelecimentos escolares de ensino médio, destinados aos adolescentes de 15 a 18 anos, em sua maioria está situado fora do bairro de residência da família, o que corresponde a apenas 30,3% dos que utilizam o serviço. 14 famílias mencionam a existência da escola de ensino médio fora da cidade em que habitam. Sem dúvida esse é um aspecto que inibe o acesso ao direito à educação.

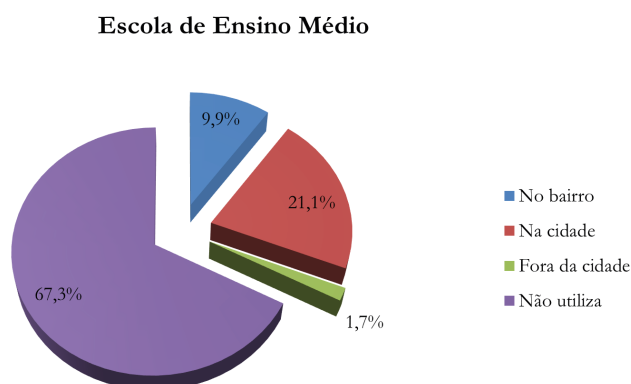
Mas outra observação que os dados evidenciam é o fato de o quantitativo de jovens que frequentam a escola de ensino médio estar bem abaixo do total de adolescentes da pesquisa. E mesmo estendendo a faixa etária para 16 a 21 anos, verificamos que dos 479 jovens da pesquisa, nessa faixa de idade, apenas 127 estão cursando o ensino médio e 247 estão fora da escola, conforme foi analisado anteriormente, no item referente à escolarização.

Tabela 59 – Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Escola de Ensino Médio	Total	%
No bairro	83	9,9
Na cidade	177	21,1
Fora da cidade	14	1,7
Não utiliza	563	67,3
Total	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 16 – Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Numa leitura por região, é possível constatar algumas variações em termos de acesso a esse serviço. A região de Patos aponta número de famílias que não utilizam a escola de ensino médio acima da média percentual (70,7%). Já a região de Sousa apresenta o menor número proporcional de famílias que dispõem da escola de ensino médio no bairro, apenas três, o que equivale a 3,8%.

Tabela 60 – Oferta de escola de ensino médio – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Escola de Ensino Médio	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	No bairro	37	11,0	28	11,0	15	9,0	3		
Na cidade	60	17,9	62	24,3	32	19,2	23	29,1	177	21,1
Fora da cidade	10	3,0	1	0,4	2	1,2	1	1,3	14	1,7
Não utiliza	229	68,2	164	64,3	118	70,7	52	65,8	563	67,3
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.1.4 Ensino universitário

Os dados referentes ao ensino superior corroboram a constatação de que há altos níveis de exclusão do direito à educação no que se refere ao ensino universitário. Dentre as famílias entrevistadas, apenas 15,5% fizeram referência à existência de instituições de ensino superior no bairro, na cidade ou fora da cidade. Contudo, ao retomarmos os dados sobre a escolarização dos membros das famílias, anteriormente analisados, observamos que apenas 66 pessoas do contingente pesquisado estão nesse nível escolar, o que representa 0,4% do total de membros das famílias com idade a partir de 18 anos, sendo 44 pessoas cursando o ensino superior e 22 com o ensino universitário concluído, dentre eles, apenas oito jovens com idade entre 18 e 21 anos.

Tabela 61 – Oferta de instituição de ensino superior – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Instituição de Ensino Superior	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	No bairro	4	1,2	3	1,2	2	1,2	0		
Na cidade	34	10,1	19	7,5	11	6,6	5	6,3	69	8,2
Fora da cidade	17	5,1	14	5,5	11	6,6	10	12,7	52	6,2
Não utiliza	281	83,6	219	85,9	143	85,6	64	81,0	707	84,5
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Sobre as outras necessidades mais urgentes da família com relação à educação, 34,4% dos/as entrevistados/as não indicaram ações para melhoria, muitos desses disseram que estava tudo bem, que estavam satisfeitos, enquanto 65,8% apontaram alguma ou várias necessidades. Entre os que não percebem necessidade de melhoria na educação, alguns justificaram o fato de os filhos estarem todos estudando, “estão bem, com o que tem, tem transporte, escola, merenda, está muito bom”. Outros deram respostas, justamente contrárias, dizendo não saber informar, porque os filhos estavam fora da escola, um entrevistado afirma que “a família não se importa com educação”. Essas constatações expressam o quanto essa população precisa ter clareza da importância da educação de qualidade como direito fundamental para a efetivação de sua cidadania e de seus filhos.

As principais demandas indicadas pelos/as entrevistados/as que reconhecem necessidades na educação foram: melhorar o ensino e a estrutura física e material das escolas, com equipamentos, quadra de esporte ou ginásio esportivo; implantar atividades de culturais, teatro, jogos, esporte e, sobretudo, atividades e cursos profissionalizantes; realizar capacitação para os professores, para equipe pedagógica e de apoio escolar (inclusive para o trabalho com crianças com necessidade especiais) e melhorar os salários dos professores e que se comprometam com o ensino de qualidade. Outras demandas referentes às condições de acesso à educação foram indicadas: escolas e creches mais próximas às moradias, no bairro e até na cidade; segurança e combate às drogas nas escolas; transporte escolar; material escolar, fardamento e merenda regular e de qualidade. A necessidade de vaga na creche e de escola em tempo integral para crianças e adolescentes também foi bastante apontada pelas famílias.

A falta de interesse dos filhos pelo estudo foi uma das queixas recorrentes dos familiares, tanto por parte dos que afirmavam não haver necessidades relativas à educação, quantos dos que expressaram insatisfação, o que reforça a importância de investimentos no sistema educacional por parte do governo federal, dos estados e dos municípios, no sentido de superar as carências aqui apontadas pelos/as entrevistados/as. Alguns trechos de suas falas tornam nítidas essas necessidades:

Eu gostaria que meus filhos tivessem mais interesse em ir à escola, eu incentivo, mas eles não querem;

Algum atrativo nas escolas, dinamismo nas atividades, pois percebo o desinteresse das crianças e jovens;

Uma necessidade é as escolas oferecerem outras atividades para crianças, além da teoria da sala de aula: balé, natação, vôlei... Minhas filhas me pedem para fazer essas atividades, mas eu não tenho dinheiro para pagar aulas particulares;

Deveria ter mais atividades para ocupar o tempo livre das crianças e, assim, evitar que elas se envolvam com coisas erradas. Também falta uma quadra de esporte para eles brincarem e fazerem as atividades físicas;

Creche que cuide bem das crianças, escolas com professores capacitados para o aluno ter uma melhor qualidade de ensino;

Ter faculdade, escola e professores pagos para ter aula regulamente. Escola perto de casa;

Cursos de capacitação para adolescentes e jovens; oferta de cursos gratuitos de informática; fardamentos da escola, pois desde que iniciou o ano letivo vigente não se recebeu nada ainda (Entrevistados/as)

Outra grande queixa foi das mães com crianças com deficiência física ou mental. Assim, uma entrevistada que expressou satisfação diz: “a criança frequenta uma sala especial no município depois do encaminhamento do CREAS, melhorou muito, pois ele tem mais compreensão por conta da sua necessidade. Gostaria que este serviço fosse ampliado para atender mais crianças como ele”. Outra mãe relata: “Como meu filho tem esse problema de não andar, eu sinto falta de um transporte para levar ele pra escola. Ele é pesado, não posso levar no braço, aqui em casa não tem cadeira de rodas, é por isso que ele falta muito à escola, quase nem vai”.

Não obstante os esforços de melhoria dos serviços educacionais nos municípios, fica evidente que há necessidade constante de reforço e maiores investimentos nessa área, para que possa suprir o déficit histórico com a escolarização no nosso país e assim atingirmos a educação universal e de qualidade, de fato acessível a todos os cidadãos e cidadãs, em qualquer faixa de idade, mais especialmente às crianças e adolescentes.

5.2 ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A Política de saúde, regulamentada pela lei 8080/90 e suas leis complementares, garantiu institucionalidade para o Sistema Único de Saúde (SUS), que além de assegurar acesso universal e descentralizado, hierarquizou os serviços em três níveis (atenção básica, média e alta complexidade). Assim, os dados aqui expostos, sobre o acesso das famílias participantes da pesquisa ora apresentada, aos serviços de saúde existentes em suas localidades, se organizaram nesses níveis de proteção.

5.2.1 Serviços de saúde da atenção básica

A Atenção básica no SUS é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pela Equipe de Saúde da Família (ESF) e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). No sentido de compreender a cobertura dos serviços de saúde, que devem ser de acesso universal, no território de moradia dos usuários ou nas proximidades, os entrevistados da pesquisa foram indagados sobre a disponibilidade de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em suas localidades. Nesse aspecto, assim se apresentam os dados a partir de suas respostas:

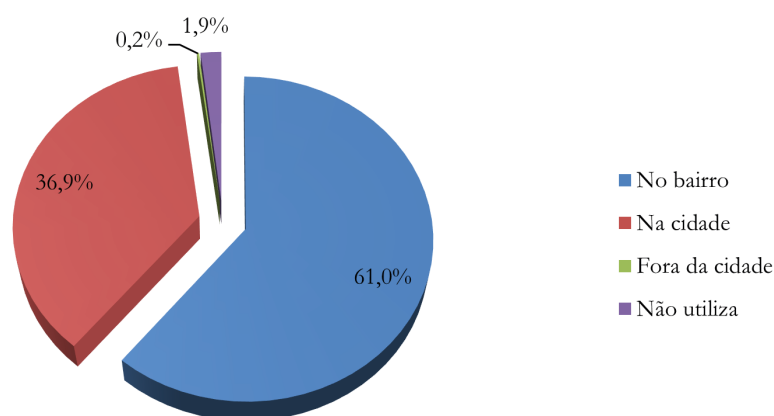
Tabela 62 – Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Unidades Básicas de Saúde (UBS)	Total	%
No bairro	510	60,9
Na cidade	309	36,9
Fora da cidade	2	0,2
Não utiliza	16	1,9
Total	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 17 – Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Unidades Básicas de Saúde (UBS)



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Foi constatado que 97,8% dos sujeitos da pesquisa têm acesso ao nível de atenção básica oferecido pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Esse dado aponta para a consolidação do SUS como um sistema universal e descentralizado, pois apenas 0,2% necessitam se deslocar para outro município para ter acesso à saúde. 60,9% acessam o serviço no próprio bairro e 36,9% têm o serviço disponível em outros locais da cidade onde moram. Dois entrevistados informaram que o serviço de atenção básica fica fora da cidade e 1,9% informaram não utilizar o serviço.

No que concerne às diferenças entre as regiões, observa-se que a região de João Pessoa apresenta um maior índice de resolutividade no território, apresentando um percentual de acesso na proximidade da moradia em média de 23% acima das demais regiões, conforme se pode verificar na tabela a seguir:

Tabela 63 – Oferta de Unidades Básicas de Saúde – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Unidades Básicas de Saúde (UBS)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
No bairro	250	74,4	129	50,6	86	51,5	45	57,0	510	60,9
Na cidade	79	23,5	120	47,1	76	45,5	34	43,0	309	36,9
Fora da cidade	1	0,3	1	0,4	0	0,0	0	0,0	2	0,2
Não utiliza	6	1,8	5	2,0	5	3,0	0	0,0	16	1,9
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.2.2 Serviços de saúde de média e alta complexidade

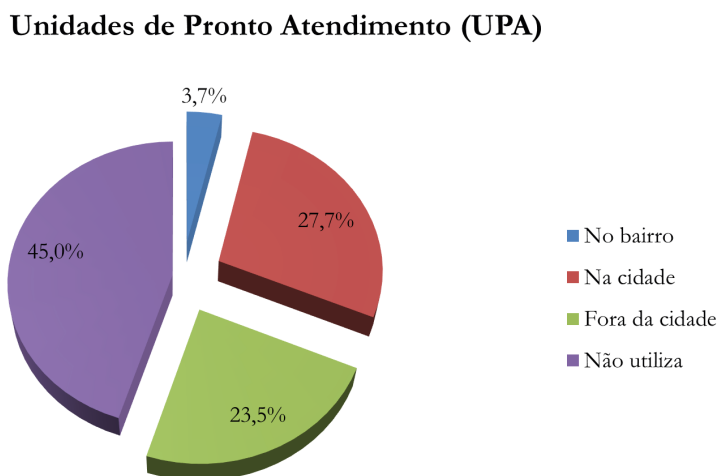
A média complexidade do SUS consiste nas ações e serviços médicos em nível ambulatorial e hospitalar, destinados a problemas e agravos de saúde que demandam profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para apoio diagnóstico, tratamento terapêutico e atendimento de urgência e emergência. A tabela a seguir apresenta os dados, disponibilizados por região, do acesso das famílias participantes da pesquisa aos serviços de média complexidade, oferecidos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)

Tabela 64 – Oferta de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Unidades de Pronto Atendimento (UPA)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	20	6,0	6	2,4	4	2,4	1		
Na cidade	122	36,3	59	23,1	21	12,6	30	38,0	232	27,7
Fora da cidade	78	23,2	61	23,9	35	21,0	23	29,1	197	23,5
Não utiliza	116	34,5	129	50,6	107	64,1	25	31,6	377	45,0
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 18 – Oferta de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Nos dados, chama atenção o fato de 45% da população que compõe a pesquisa não utilizar os serviços e para 23,5%, o atendimento só se faz fora do município de moradia. Fica um indicativo de que a baixa utilização pode ter relação direta com a inexistência ou insuficiência dos serviços nos municípios de todas as regiões. No entanto, há um diferencial de não utilização do serviço para a região de Patos (64,1%), pois seus dados apontam para um índice maior do que as demais regiões. Também se aproxima desse dado acima da média do Estado a região de Campina Grande, com 50,6 de não utilização.

A alta complexidade no SUS compreende o conjunto de terapias e procedimentos de elevada especialização, que envolve alta tecnologia e alto custo, de forma a assegurar à população o acesso a serviços qualificados e integrados aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade). O atendimento de alta complexidade é realizado por especialistas aptos para tratar casos que não puderam ser atendidos nos serviços da atenção básica e de média complexidade. Entre essas especialidades estão: oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumatologia-ortopedia, neurocirurgia, diálise, otologia, cirurgia reparadora. Alguns desses tratamentos podem ser ambulatoriais, mas quase sempre só são realizados em serviços especializados e em hospitais de grande porte, situados nas capitais e nos municípios maiores dos estados, a exemplo de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos, na Paraíba, com população superior a 100 mil habitantes. Contudo, a rede hospitalar de pequeno porte abrange diversos municípios paraibanos, embora somente 17 municípios, incluindo os mencionados, têm população superior a 30 mil habitantes, critério para instalação de hospitais de pequeno porte. A rede hospitalar estadual da Paraíba compreende 33 unidades, sendo 12 instaladas nos municípios com mais de 100 mil habitantes e 21 em municípios menores, incluindo alguns de pequeno porte. Além destes, vários municípios também dispõem de unidades municipais.

Sobre o acesso a serviços hospitalares, os entrevistados da pesquisa foram indagados sobre a disponibilidade de hospitais no bairro, na cidade ou fora do município, e um número significativo de 92,1% afirmou utilizar esse serviço, sendo a maioria (62%) na própria cidade, conforme as respostas apresentadas na tabela a seguir. Contudo, um percentual de 30,1% acessa esse tipo de atenção à saúde em outras localidades.

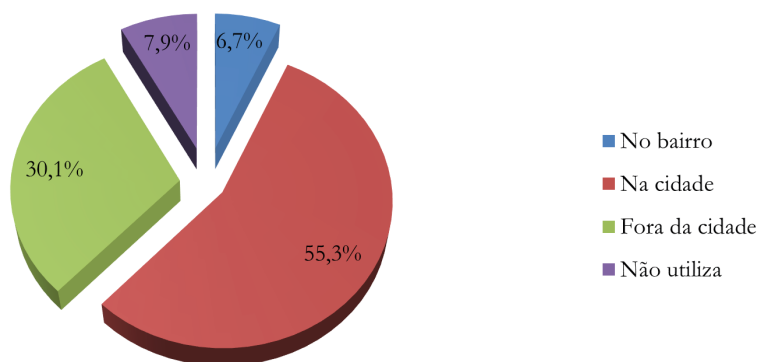
Tabela 65 – Oferta de hospital – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Serviços de Hospitais	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	25	7,4	21	8,2	8	4,8	2		
Na cidade	195	58,0	137	53,7	86	51,5	45	57,0	463	55,3
Fora da cidade	97	28,9	70	27,5	58	34,7	27	34,2	252	30,1
Não utiliza	19	5,7	27	10,6	15	9,0	5	6,3	66	7,9
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 19 – Oferta de hospital – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Serviços de Hospitais



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

As famílias que residem na região de João Pessoa foram as que informaram utilizar mais os serviços hospitalares em suas próprias cidades, seguidas das famílias residentes na região de Campina Grande. Isso ocorre exatamente por se tratar das maiores cidades do Estado, onde se encontra a maior quantidade de hospitais, inclusive com maior disponibilidade de serviços de alta complexidade.

Quanto a outras necessidades mais urgentes da família em relação à saúde, 18,1% dos familiares participantes da pesquisa disseram não estar precisando de nada, ou que estava tudo bem, que quando precisam vão ao posto de saúde e são bem atendidos e assistidos pela prefeitura ou dão transporte para irem a outra cidade. Todavia, 81,9% dos/as entrevistados fizeram uma ou várias demandas. A mais recorrente foi por médico ou mais médicos na Unidade Básica de Atendimento em Saúde (UBS) e também nos hospitais dos municípios, sobretudo por médicos especializados. Mas houve solicitação também de outros profissionais: dentistas, psicólogos, técnicos do atendimento e capacitação para todos os profissionais para que tenham atendimento mais humanizado. Apesar de os agentes comunitários de saúde serem mencionados com frequência, ainda houve demanda de mais visitas em casa, desses agentes e da equipe de saúde, nas situações de pessoas idosas e de pessoas com deficiência.

Outra grande queixa dos/as entrevistados/as foi referente à dificuldade de marcação e realização de exames, tanto os básicos quanto os mais especializados. Quase sempre tendo que se deslocarem para as cidades maiores, aí vem a demanda por transporte e ambulância, que também aparece. Em seguida, aos exames, outra demanda maior é por medicamentos, com a grande alegação da falta de dinheiro para comprar. Houve solicitação também de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e de Hospitais na cidade e de UBS no bairro ou próximo ao bairro de moradia. Algumas falas evidenciam essas demandas:

Ter mais médicos no município; medicação suficiente para atender a população no município, para realização de exames específicos (eletrocardiograma, RX, entre outros). Contratação de profissionais (fonoaudiólogo, fisioterapeuta) para atender as pessoas com necessidades especiais;

Em relação à saúde, não é ofertado nenhum suporte para as necessidades da minha neta, que têm deficiência desconhecida. Tudo é custeado pela família;

Precisa de um atendimento psiquiátrico e a criança que sofreu a queda e fraturou o crânio está precisando passar por um exame para saber se continua ouvindo bem (fonoaudiólogo) e o companheiro fazer um tratamento para parar de beber;

Atendimento humanizado, médico nas Unidades de Saúde e PSF, visita dos médicos às famílias que tem idosos, medicamentos, consultas, fiscalização nos postos para não estarem vendendo fichas para consulta;

Melhorar os atendimentos e agilidade na complementação das consultas, pois, eu mesma, já faz cinco anos que tento marcar um exame de cabeça e nada.

Precisa de mais médicos, pois no PSF do bairro não tem, a demora do atendimento é grande, não se consegue marcar quase nenhum exame. Estou grávida e não consegui marcar nenhum exame;

Temos muita dificuldade para marcar exames na secretaria de saúde e conseguir carro para fazer os exames em outro município quando é preciso. Outra dificuldade é a falta de medicamentos na farmácia básica, pois somos pobres e não temos como comprar certos remédios (Entrevistados/as).

5.3 ACESSO AOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Das políticas públicas acessadas pelos entrevistados, a assistência social é a mais nova, cuja rede de serviços por nível de complexidade (básica e especial) só se instalou a partir de 2005 em todo o território nacional. Outra especificidade é que a Constituição Federal de 1988, ao definir o público-alvo da assistência social, sob a égide de acesso universal, diz literalmente que “será prestada a quem dela necessitar”. Nessa linha, todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, violação de direitos e desprotegidas em qualquer uma de suas seguranças, podem e devem ter acesso às unidades públicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS). A rede socioassistencial também conta com serviços oferecidos por organizações não governamentais, além disso, a proteção especial também oferece serviços de alta complexidade para situações de extrema vulnerabilidade, com acolhimento institucional, de caráter provisório, protetivo e excepcional, o que não será tratado neste relatório. Embora o projeto desta pesquisa ora apresentada também aborde a temática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, os resultados do estudo específico serão apresentados em outro relatório.

5.3.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Os CRAS são os centros de atendimento da proteção básica da Política de Assistência Social, considerados a porta de entrada dessa política social. São localizados prioritariamente nas áreas de maior vulnerabilidade social dos municípios, de forma que fiquem mais próximos de seus usuários. Os serviços socioassistenciais oferecidos nas unidades têm o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária de seus usuários. Os principais serviços ofertados são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), acesso ao Cadastro Único do Governo Federal, encaminhamentos para o Programa Bolsa Família, aos Benefícios Eventuais e orientações sobre demais benefícios assistenciais e sobre a rede de serviços disponíveis no território.

Assim, no que concerne à proteção social básica, esses serviços são utilizados por 78,9% das famílias entrevistadas da pesquisa, no entanto, chama atenção o fato de 185 famílias, o que equivale a 22,1%, informar não acessar os serviços do CRAS. Sobretudo considerado que na maioria são famílias usuárias ou ex-usuárias dos CREAS e estão em situação de vulnerabilidade. A grande maioria utiliza os serviços em seus municípios (58,4%) e somente 19,4% têm acesso ao CRAS no bairro onde residem, conforme aponta a tabela a seguir:

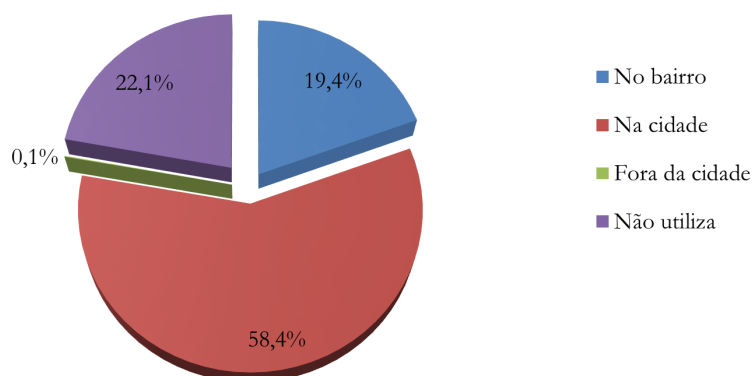
Tabela 66 – Oferta de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
No bairro	73	21,7	52	20,4	25	15,0	12	15,2	162	19,4
Na cidade	154	45,8	159	62,4	119	71,3	57	72,2	489	58,4
Fora da cidade	0	0,0	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,1
Não utiliza	109	32,4	44	17,3	22	13,2	10	12,7	185	22,1
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 20 – Oferta de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Destaca-se que, no caso de municípios de pequeno porte, realidade predominante na Paraíba e também do Brasil, há a exigência de uma única unidade de CRAS por município. Assim, no Estado há um quantitativo de 269 CRAS distribuídos nos 223 municípios. Isso porque somente nos maiores municípios existem mais de um Centro de Referência, a exemplo de João Pessoa, capital e cidade mais populosa, que possui 11 CRAS, situados em territórios de maior vulnerabilidade social. Esse dado acaba por retratar o fato de, no universo da pesquisa em tela, a maioria das famílias utilizar os serviços no município, mas fora de seu território de moradia.

Ainda em relação aos serviços de proteção social básica, houve uma preocupação no âmbito desta pesquisa de se conhecer o acesso das famílias aos Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), tendo em vista que esses serviços oferecem atividades preventivas às violações de direitos de crianças e adolescentes, temática central deste estudo. No entanto, os dados da pesquisa empírica mostraram que há um expressivo déficit de acesso a esses serviços. Apenas 39,4% das famílias participam das atividades de fortalecimento de vínculos (conforme tabela a seguir), o que pode ter como uma das explicações a dificuldade de deslocamento para levar as crianças e adolescentes aos CRAS, que embora exista em 220 cidade, (apenas três municípios, na ocasião da pesquisa não tinham implantado o SCFV), nem sempre está próximo da localidade de moradia das famílias. Além disso, é necessário considerar a abrangência da cobertura do serviço, se ele realmente tem capacidade de oferecer atendimento a todas as crianças e adolescentes do território que necessitam do SCFV. Vale lembrar que a universalização do atendimento, uma das diretrizes fundamentais do SUAS, ainda encontra limites de efetivação nas condições concretas de execução dos serviços, com restrição de orçamento e impossibilidade de expansão.

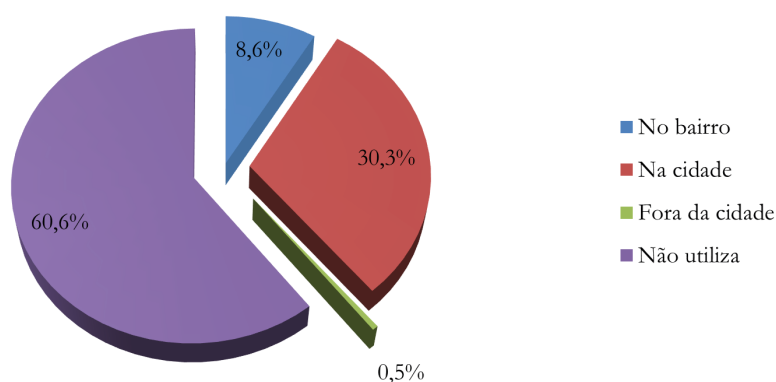
Tabela 67 – Oferta de Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões Intermediárias

Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
No bairro	30	8,9	20	7,8	18	10,8	4	5,1	72	8,6
Na cidade	70	20,8	99	38,8	52	31,1	33	41,8	254	30,3
Fora da cidade	2	0,6	0	0,0	2	1,2	0	0,0	4	0,5
Não utiliza	234	69,6	136	53,3	95	56,9	42	53,2	507	60,6
Total	335	100,00	252	100,00	164	100,00	73	100,00	824	100,00

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 21 – Oferta de Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba

Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.3.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

O CREAS consiste em unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional, que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos que vivenciaram situações risco, de violações de direitos ou de violências, mas que ainda preservam os vínculos familiares. Trata-se de serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinado ao atendimento e acompanhamento de indivíduos (e seus familiares) que sofreram algum tipo de assédio, de discriminação, de abuso, de violência ou demandam cuidados ou atendimento especializado em razão da idade ou de deficiência, inclusive adolescentes com envolvimento em ato infracional, que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto.

No CREAS, são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); podendo, ainda, ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, além de ser uma unidade de referência desses Serviços quando ofertados por outras unidades referenciadas (públicas ou privadas) (BRASIL, 2016).

É importante destacar que quase todas as famílias participantes da pesquisa eram ou haviam sido usuárias do CREAS, com crianças e/ou adolescentes que sofreram alguma forma de violação de direitos ou vivenciaram situações de risco, principalmente prática de ato infracional. Por isso mesmo, 95,5% afirmaram utilizar os serviços do CREAS e a maioria (62,5%) tem acesso ao atendimento na sua cidade de residência. A informação de apenas 10,5% afirmarem a existência da Unidade de serviços no bairro em que mora se deve ao fato de, na maioria dos municípios que possuem CREAS Municipais, só existir um desses Centros de Referência, e mesmos nos municípios grandes, com mais de uma Unidade desse serviço, a exemplo de Campina Grande (três) e João Pessoa (cinco), os Centros de Referências ficam localizados em bairros centrais das cidades, de forma a ficarem acessíveis à população.

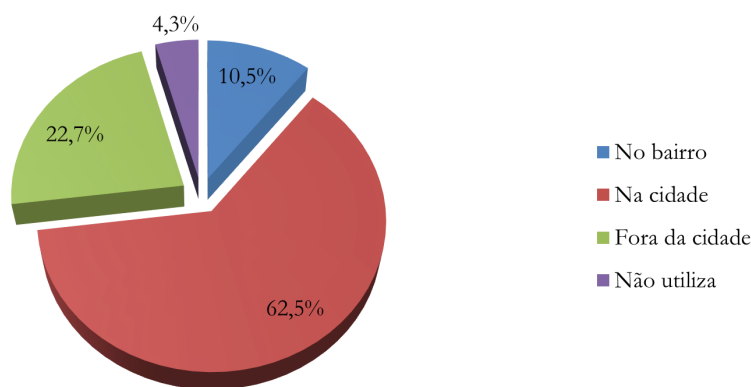
Tabela 68 – Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes entrevistadas – Estado da Paraíba

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI)	Total	%
No bairro	88	10,5
Na cidade	523	62,5
Fora da cidade	190	22,7
Não utiliza	36	4,3
Total	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 22 – Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes entrevistadas – Estado da Paraíba

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI)



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Outro percentual importante de entrevistados (22,7%) informou utilizar o CREAS localizado em outra cidade. Trata-se, portanto, dos CREAS Regionais de reponsabilidade administrativa do Governo do Estado, que reúnem cerca de cinco ou seis municípios pequenos, com a sede situada em um deles, que se torne mais central. Na Paraíba, são 26 unidades de CREAS Regionais que contemplam 145 municípios de pequeno porte. Na tabela abaixo, pode-se observar que as regiões de Campina Grande e Patos são as que concentram maior percentual de famílias que acessam esses Centros Especializados de Assistência Social fora da cidade de residência.

Quanto ao percentual de 4,3% de entrevistados que sinalizaram não utilizar os serviços dos CREAS, equivalente a 38 famílias, identificamos que a maioria se trata de usuários que já se desligaram do serviço devido ao longo tempo de atendimento e não mais haver necessidade do acompanhamento do caso na Unidade. Outras poucas situações dizem respeito a famílias que foram recebidas e entrevistadas pelo Assistente Social do Serviço de Saúde e do CRAS dos Municípios, foram atendidas no Conselho Tutelar ou na Promotoria Municipal, mas ainda não estavam recebendo o acompanhamento do CREAS.

Tabela 69 – Oferta de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/PAEFI) – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Serviços de Assistência Social CREAS/PAEFI	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
No bairro	31	9,2	33	12,9	19	11,4	5	6,3	88	10,5
Na cidade	233	69,3	141	55,3	87	52,1	62	78,5	523	62,5
Fora da cidade	51	15,2	75	29,4	56	33,5	8	10,1	190	22,7
Não utiliza	21	6,3	6	2,4	5	3,0	4	5,1	36	4,3
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.4 ACESSO AOS SERVIÇOS DE DEFESA E SEGURANÇA

A defesa dos direitos de crianças e adolescentes é prevista no ECA, como parte do Sistema de Garantia de Direitos e deve ser realizada por órgãos, entidades, agentes e autoridades competentes e especializadas, com qualificação para ação integrada com os demais órgãos do Sistema. O Conselho Tutelar, o Sistema de Justiça (juizados, promotorias), o Sistema de Segurança são instâncias que se integram na defesa dos direitos infanto-juvenis.

Nesse plano, tem destaque o Conselho Tutelar, pela proximidade que tem nos territórios de vivências das famílias, pelo caráter de proteção imediata e *status* de autoridade pública que exerce, em alguns casos, equivalente ao judiciário, atuando como porta de entrada para a defesa de direitos infanto-juvenis, pelo poder de demandar de outros órgãos públicos o atendimento que viabilize a proteção de crianças e adolescentes.

5.4.1 Conselho Tutelar

Os conselhos tutelares são órgãos autônomos de proteção a crianças e adolescentes que desempenham papel estratégico no Sistema de Garantia de Direitos dos municípios. Ao Conselho cabe, entre outras funções, o atendimento a crianças e adolescentes em caso de violação dos seus direitos por ação ou omissão do Estado ou da sociedade, por abuso, omissão ou em razão da conduta dos pais ou responsáveis. Os conselhos também atuam como uma das principais portas de entrada para denúncias dessas violações, tendo a função de zelar pelo cumprimento dos direitos infanto-juvenis.

Em relação ao acesso ao Conselho Tutelar, observamos que a maioria (93,2%) das famílias participantes da pesquisa ora analisada, com crianças e adolescentes que vivenciaram situação de violação de direitos, risco social e violências utilizaram esse serviço. As unidades localizadas no

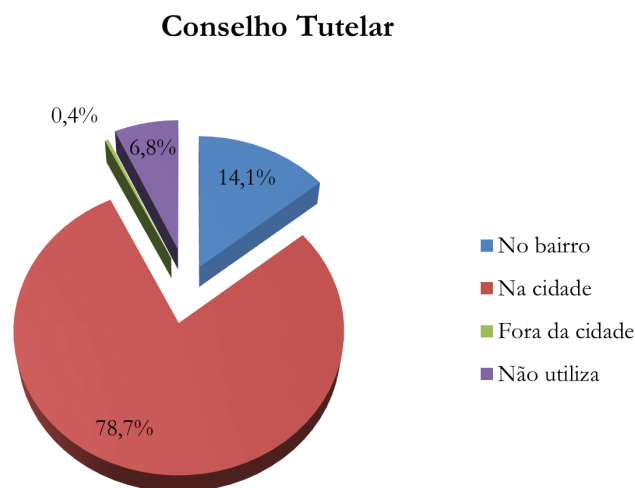
município de residência da família totalizam 78,7% e apenas 14,1% dos sujeitos entrevistados relataram que existe o serviço no bairro onde residem. Esse dado tem consonância com o porte dos municípios, pois, em conformidade com a legislação (ECA), esse órgão deve ser implantado de acordo com a densidade demográfica e em casos que no município só exista um conselho, esse deve preferencialmente ficar em lugar de fácil acesso. Observa-se ainda que três entrevistados mencionaram utilizar o Conselho Tutelar de outra cidade.

Tabela 70 – Oferta de Conselho Tutelar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Conselho Tutelar	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	55	16,4	30	11,8	26	15,6	7		
Na cidade	251	74,7	208	81,6	131	78,4	69	87,3	659	78,7
Fora da cidade	0	0,0	1	0,4	1	0,6	1	1,3	3	0,4
Não utiliza	30	8,9	16	6,3	9	5,4	2	2,5	57	6,8
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 23 – Oferta de Conselho Tutelar – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

5.4.2 Delegacia

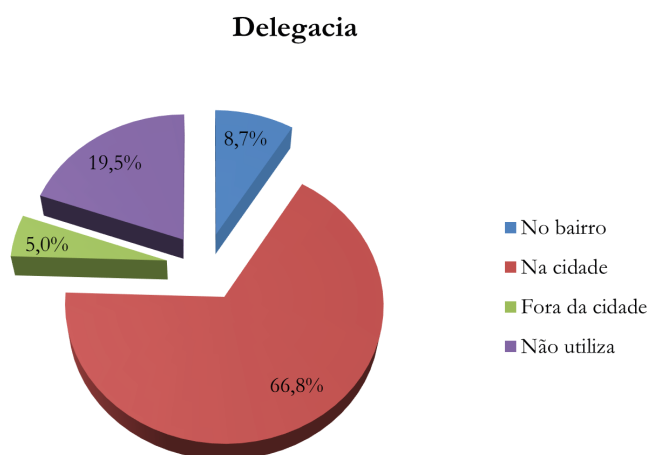
Levantamento realizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, publicado em abril de 2021, aponta que o Brasil tem apenas 110 delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes. Por isso, as Delegacias não especializadas são a opção possível para a grande maioria da população que sofre violação de direitos, inclusive crianças e adolescentes. Em média, 19,5% dos entrevistados não recorreram aos serviços das delegacias, sendo que esse número apresenta diferenças nas regiões pesquisadas, conforme tabela a seguir. Patos compõe o maior índice, com 26,3%, e Sousa/Cajazeiras o menor, com 20,3%.

Tabela 71 – Oferta de delegacia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Delegacia	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	32	9,5	26	10,2	12	7,2	3		
Na cidade	232	69,0	185	72,5	86	51,5	56	70,9	559	66,8
Fora da cidade	6	1,8	7	2,7	25	15,0	4	5,1	42	5,0
Não utiliza	66	19,6	37	14,5	44	26,3	16	20,3	163	19,5
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 24 – Oferta de delegacia – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

No que concerne à presença desses serviços nos territórios, dos 837 entrevistados, apenas 8,7% tiveram acesso nas proximidades de seus locais de moradia, ou seja, no bairro em que residem, 66,8% dispõem na cidade em que habitam e 5,0% têm que recorrer a outros municípios. Destaque-se que a disponibilidade desse serviço nos municípios segue critérios como tamanho da localidade e da população, ocorrências de violência no território, modalidades criminais que vitimam a população, *status* social e renda da população local, entre outros.

5.4.3 Serviço de proteção a vítimas de ameaça

Na Paraíba, o Programa de Proteção a Vítimas de Ameaça é destinado a pessoas, incluindo crianças e adolescentes (e suas respectivas famílias), que sofram ameaça sérias ou coação, graves e iminentes, em virtude de colaboração com a produção de prova em inquérito policial ou processo criminal, tendo como porta de entrada autoridades policiais, Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos públicos ou entidades que atuam em defesa dos direitos humanos.

Os dados da pesquisa indicam que 17,7% das famílias entrevistadas (148) mencionaram o conhecimento e a utilização desse serviço, o que significa um percentual bastante significativo, mesmo em se tratando de famílias com situações de violação de direitos em atendimento na rede de proteção. 53 desses casos, o que representa 1/3 dos atendimentos, foram acolhidos fora do município onde residem. Em relação a essa informação, vale destacar que há um indicativo quanto à localização desse serviço não ser nas proximidades onde a vítima reside, exatamente para garantir a proteção do usuário e o anonimato do serviço. Com relação ao panorama do atendimento regional, embora com pouca diferença, destaca-se que o maior percentual de não utilização foi na região de João Pessoa, enquanto na região de Sousa/Cajazeiras foi onde ocorreu o acesso maior no próprio município.

Tabela 72 – Oferta de Serviço de Proteção a Vítimas de Ameaça – entrevistados/as responsáveis por crianças e/ou adolescentes – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Serviço de proteção a vítimas de ameaça	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
	No bairro	0	0,0	1	0,4	2	1,2	0		
Na cidade	35	10,4	32	12,5	12	7,2	13	16,5	92	11,0
Fora da cidade	13	3,9	12	4,7	22	13,2	6	7,6	53	6,3
Não utiliza	288	85,7	210	82,4	131	78,4	60	75,9	689	82,3
Total	336	100,0	255	100,0	167	100,0	79	100,0	837	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

As famílias participantes deste estudo também foram indagadas sobre quais outras principais necessidades elas sentiam na própria família, no bairro ou na comunidade, para além das demandas expostas já citadas acima, relacionadas à educação e à saúde. E mesmo considerando o universo de carências econômicas e sociais do público da pesquisa, 14,7% informaram não sentir falta de nenhuma benfeitoria, estavam satisfeitos ou não sabiam dizer o que faltava. Alguns moradores de zona rural disseram que em sítio é assim mesmo, não se pode querer o que tem nas cidades. Entretanto, os demais (85,3%) apontaram diversos serviços e ações que podem melhorar suas condições de vida e da comunidade.

No rol das outras principais necessidades relatadas pelo/as entrevistados/as estão expressivamente mencionadas a demanda por mais segurança, mais policiamento nas ruas e na comunidade, posto policial no bairro, com 238 referências pelos/as entrevistados/as, o que equivale a 28,2%, assim como a melhoria na iluminação das ruas, que aparece como solicitação de outros/as 31 familiares. Ainda no quesito habitabilidade, o calçamento ou pavimentação das ruas foi outra grande reclamação apontada por 132 pessoas entrevistadas; o fornecimento regular de água foi uma das solicitações mencionadas por 88 pessoas e outras 81 enfatizaram a importância da estrutura de esgoto e saneamento para residências, algumas mencionando os casos de fossas estouradas, com graves riscos à saúde. A limpeza urbana, coleta sistemática de lixo e mesmo a retirada de resíduos entulhados foi queixa de pelo menos 34 pessoas, algumas alertaram para os cuidados e proteção de animais soltos em áreas impróprias.

Ainda sobre a infraestrutura e condições de moradia nos territórios, a disponibilidade de transporte e de ônibus de linhas urbanas foi também demandada por 37 entrevistados/as e os equipamentos de saúde e de educação voltaram a aparecer entre as demandas em 93 solicitações, os serviços de assistência social e o Conselho Tutelar também foram mencionados. A necessidade de praças nas comunidades e nos bairros foi apontada por pelo menos 80 participantes da pesquisa, alegando a importância desse espaço de lazer para todas as idades, mas, sobretudo, para as crianças, adolescentes e pessoas idosas. As atividades e áreas de lazer, de socioeducação específicas para o público infanto-juvenil foram bem enfatizadas por 112 dos/as entrevistados/as como de grande importância nos espaços públicos de sociabilidades dentro das comunidades, a exemplo de quadra de esportes, campo de futebol e de outros jogos; criação de projetos que envolvam os jovens em ações educativas; ações voltadas para a prevenção ao uso e ao tráfico de drogas e para tratamento de dependentes. Por fim, as demandas por moradia e alimentação, citada por algumas famílias, e outra solicitação bastante recorrente foi o emprego para os adultos, sobretudo, para os jovens e também cursos de capacitação profissional, mencionados por 88 pessoas entrevistadas. Algumas falas evidenciam as necessidades colocadas:

A maior necessidade é o abastecimento de água, pois estamos sem água aqui no sítio já faz um tempinho;

O maior problema é a falta d'água, pois só chega uma vez por semana, ficamos dependendo de abastecimento por carros pipas, programado pela Prefeitura, onde cada família tem acesso a uma quantidade de litros, ou então precisamos comprar. Outro problema grave é a falta de segurança pública;

Fossas entupidas (quando estouram fica péssimo o odor) e recipiente para a coleta de lixo;

Falta de saneamento no bairro, têm alagamentos em período de chuva. Nas famílias, faltam oportunidades de emprego para melhorar a renda das famílias que são muito pobres;

Posto de polícia, escolas e postos de saúde;

Posto Policial, semáforos. Se existisse um centro desse aqui [CREAS], a gente não precisaria pagar passagens para vir para os atendimentos;

A necessidade de uma ONG que trabalhe com crianças e jovens, com música e outras atividades, um asilo para os idosos e também uma ONG que cuide de animais abandonados.

É muito interessante que na comunidade fosse criado um projeto, onde possa ser implantada ações para o esporte, que sejam direcionados aos jovens, e com esses projetos estes jovens possam ser distanciados do mundo das drogas e outros vícios;

No bairro, não existem áreas de lazer para crianças e adolescentes. A limpeza urbana poderia ser melhorada também;

Necessita de uma associação comunitária, policiamento e segurança:

Programa em que eu possa ter minha casa própria, pois o que ganho é muito pouco para manter minha família e pagar o aluguel;

Trabalho, para nós podermos ganhar nosso dinheiro. Não tem trabalho, e quando aparece não dão a pessoas como nós: velhos e sem estudo. Outro problema é a falta de segurança e a falta de um espaço para as crianças brincarem. Vejo os meninos jogando bola no meio da rua;

O bairro é muito pobre. As necessidades aqui são em relação a tudo, principalmente a alimentação.

Vemos, portanto, que as demandas das famílias participantes da pesquisa são de fato relacionadas a seus direitos básicos fundamentais garantidos na Constituição Federal em vigor, mas que os governos ainda não conseguem implementar. E não obstante os avanços já alcançados, a exemplo da expansão do ensino fundamental e dos serviços básicos de saúde, ainda há muito a ser realizado para se alcançar a cobertura universal das políticas públicas que garantam os direitos sociais no Brasil, a todos os cidadãos e cidadãs, em todas as etapas da vida.

Até o momento, este relatório centrou-se na apreensão das condições socioeconômicas e perfil sociodemográfico das famílias participantes da pesquisa. Buscou analisar também a configuração das políticas públicas que dão cobertura aos territórios de vivências dessas famílias, a partir da visualização da disponibilidade e das carências de serviços de infraestrutura, educação, saúde, assistência social, defesa e segurança. O objetivo é levar gestores, conselheiros, técnicos, pesquisadores e leitores em geral à reflexão sobre esse contexto de vulnerabilidade, de precária

proteção e mais desproteção, de violação de direitos fundamentais, por parte do Estado brasileiro, em que vivem essas famílias e que as tornam susceptíveis a outras formas de violências graves, com desdobramentos nefastos para elas e para toda a sociedade. No tópico seguinte, o estudo abordará, exatamente, essas outras formas mais aviltantes de violações de direitos e risco social a que estão expostas as crianças e adolescentes das famílias participantes da pesquisa.



6

VIOLAÇÕES DE
DIREITOS DAS
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
DAS FAMÍLIAS
PARTICIPANTES DA
PESQUISA

Neste tópico do relatório, nos deteremos nas situações que se configuram como expressão maior de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, pois levaram as famílias participantes desta pesquisa a serem atendidas nos CREAS, devido à ocorrência de risco pessoal, violências e outras formas graves de violação de direitos contra seus membros com idade até 18 anos, para além das condições, acima analisadas, de pobreza e extrema pobreza dessas famílias, e da precária cobertura das políticas públicas às suas necessidades básicas de educação, trabalho, habitação, saúde, assistência social e demais direitos sociais, fundamentais, violados, não obstante a garantia formal e universal extensiva a todos os cidadãos e cidadãs, pela CF de 1988, de acesso a esses direitos inerentes à dignidade humana, reafirmados pelo ECA/1990, instrumento legal que institui a proteção integral a crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direitos em desenvolvimento.

É importante ressaltar que esses instrumentos legais, de defesa e garantia dos direitos humanos no Brasil, são fruto de árduas lutas sociais ao longo de décadas em torno da construção da democracia brasileira e tomaram como referências outros documentos internacionais que constituem pactos e marcos globais para a superação de formas aviltantes e cruéis de exploração humana no mundo capitalista, notadamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948 e a Convenção sobre os Direitos da Criança, também adotada pela ONU em 1989 e ratificada por 196 países.

Decerto, o cenário brasileiro de extrema desigualdade econômica e social (sétimo país mais desigual do mundo; segunda maior concentração de renda, entre mais de 180 países; 84º lugar no *ranking* do IDH mundial, conforme o Relatório da ONU de 2020, divulgado pela Agência Brasil (2020)) configura uma violência estrutural de bases históricas que tem constituído terreno fértil para o avanço da violação de direitos humanos, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis das classes trabalhadoras: negros, indígenas, LGBTI+, mulheres, crianças e adolescentes.

Conforme Minayo (1994, p. 8), a violência estrutural é naturalizada e oculta nas estruturas sociais, expressa na injustiça, na exploração e “se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte”.

A estrutura da sociedade brasileira, desde sua formação, foi edificada na direção de reforçar o poder econômico e político e os privilégios de uma minoria. Os estigmas, os preconceitos, os tratamentos desiguais e desumanos, a falta de oportunidade em razão da cor/raça e da condição social engendraram um modelo de sociabilidade capitalista, de face perversa, presente em nossa sociedade até os dias atuais. O livro de Rizzini (2008): “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” retrata bem essa realidade de desproteção social a crianças e adolescentes, por parte do Estado Brasileiro.

É certo que tivemos avanços democráticos ao longo das últimas três décadas, com conquistas de direitos políticos e sociais constitucionais e impactos na oferta de políticas públicas, com indicativos para a superação das extremas desigualdades e ampliação da cidadania, mas esses avanços vêm enfrentando obstáculos abruptos e até retrocessos nos últimos anos. No momento atual de agravamento da crise do capitalismo no mundo e no país, ganha força e assume o poder o modelo ultraneoliberal conservador, comandado pela extrema direita, aguerrido para elevar a concentração de riqueza, a partir do desmonte e de cortes orçamentários das políticas sociais e da destituição de direitos conquistados pelos trabalhadores.

Nesse cenário, brevemente descrito, de precarização das condições de vida das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, sem condições de acesso às políticas sociais mercantilizadas e, portanto, dependentes exclusivamente do sistema de proteção social estatal, com suas fragilidades e limitações, conforme já demonstramos nesta análise, as crianças e adolescentes dessas famílias são as principais vítimas de outras formas de violações de direitos ainda mais cruéis, decorrentes da falta de condições materiais de sobrevivência, que retiram a dignidade dos indivíduos e favorecem a propagação de outras violações de direitos e violências nos territórios de vivência e no próprio contexto familiar. Muitos estudos vêm evidenciando esse quadro aviltante de violências e violações e aqui destacamos alguns, elaborados a partir da realidade da Paraíba, que poderão subsidiar a formulação de políticas públicas locais (AURINO; SIQUEIRA; RIBEIRO; VIEIRA, 2016a, 2016b; ALBERTO; PICORNELL, 2018; ALBERTO; SANTOS, 2020).

Sobre a violação de direitos infanto-juvenis, para além dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal (Art. 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 4º.), mencionados anteriormente (direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária), vejamos o que diz o ECA:

Art. 5. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Mas, não obstante a Lei, essa não é a realidade de parcela significativa das crianças e dos adolescentes brasileiras/os, e esta pesquisa se propôs, justamente, a retratar as situações de violação, risco social e violências a que foram expostos meninos e meninas do Estado da Paraíba, bem como as ações adotadas pelo poder público, para o enfrentamento dessas situações. Os dados ora apresentados foram coletados junto às 837 famílias participantes da pesquisa, sendo a maioria atendida nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) municipais e regionais existentes no Estado.

Para se ter uma dimensão do impacto das violências sobre o universo estudado, do total de 3.703 pessoas que configuram como membros das famílias entrevistadas, 1.485 sofreram algum tipo de violação de direitos ou situação de risco social durante a infância ou adolescência. Entre estas, 1.162 tinham idade de 0 a 18 anos, no período da realização da pesquisa, o que equivale a 55,8% de todos os membros dessa faixa etária. Muitas crianças e adolescentes passaram por mais de uma ou várias violações e/ou risco social, perfazendo um total de 1.562 menções de ocorrências, conforme estão apresentadas na tabela a seguir. Vale ressaltar que as 15 modalidades de violências e riscos sociais elencados apresentam outro rol de variações que serão mencionadas nas análises seguintes específicas a cada uma dessas modalidades.

Tabela 73 – Violações de direitos e/ou riscos sociais – membros das famílias com idade até 18 anos – com uma ou mais violações – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Violações de direitos, violências e riscos sociais	Região Intermediária João Pessoa		Região Intermediária Campina Grande		Região Intermediária Patos		Região Intermediária Sousa-Cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
	Negligência Familiar	149	22,3	112	25,0	121	40,6	55		
Violência sexual	129	19,3	114	25,4	39	13,1	22	15,4	304	19,6
Violência Física	88	13,2	89	19,9	42	14,1	15	10,5	234	15,1
Violência Psicológica	75	11,2	52	11,6	32	10,7	16	11,2	175	11,3
Envolvimento em ato infracional/medida socioeducativa*	53	7,9	15	3,3	12	3,0	6	3,5	86	5,0
Envolvimento com álcool e outras drogas	34	5,1	21	4,7	11	3,7	5	3,5	71	4,6
Quebra/Rompimento de vínculo familiar e comunitário	39	5,8	9	2,0	10	3,4	5	3,5	63	4,1
Trabalho infantil	28	4,2	17	3,8	5	1,7	3	2,1	53	3,4
Negligência estatal	22	3,3	8	1,8	10	3,4	2	1,4	42	2,7
Violência por preconceito e discriminação	18	2,7	4	0,9	7	2,3	5	3,5	34	2,2

Violência Comunitária	14	2,1	1	0,2	4	1,3	0	0,0	19	1,2
Violência Institucional	6	0,9	1	0,2	4	1,3	3	2,1	14	0,9
Gravidez na Adolescência	9	1,3	3	0,7	0	0,0	2	1,4	14	0,9
Trajatória de rua	3	0,4	1	0,2	3	1,0	5	3,5	12	0,8
Desaparecimento	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Outras	1	0,1	1	0,2	1	0,3	0	0,0	3	0,2
Total	669	100,0	448	100,0	301	100,0	144	100,0	1562	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

* Inclusive oito jovens que iniciaram o cumprimento de medidas socioeducativas ainda adolescentes, mas na ocasião da pesquisa já estavam com idade entre 18 e 21 anos.

Na análise das situações relatadas é possível verificar que a mais apontada foi a negligência familiar, com 28,1% das indicações, seguida de violência sexual, com 19,6%, da violência física, com 15,1%; e da violência psicológica, expressa por 11,3% dos/as entrevistados/as. Com menor incidência, também foram mencionadas: envolvimento em ato infracional (situação de medida socioeducativa) (5,0%), envolvimento com álcool e outras drogas (4,6%), quebra/rompimento de vínculo familiar e comunitário (4,1%), trabalho infantil (3,4%), negligência estatal (2,7), violência por preconceito e discriminação (2,2%), violência comunitária (1,2%), violência institucional (0,9%), gravidez na adolescência (0,9%), trajetória de rua (0,8%), desaparecimento (0,1%) e outras violências (0,2%), a exemplo de violência patrimonial, por apropriação de estranhos e membro da família da pensão alimentícia da criança, situação de mendicância, paternidade assumida por outrem, e tentativa de suicídio. Essa última situação de risco também apareceu associada a outras violações, em dois casos de violência sexual e outros dois de violência psicológica.

Destacam-se as violações relacionadas à “negligência por parte do poder estatal” e “violência institucional”, por apresentarem percentuais baixos de 2,7% e 0,9% respectivamente, o que pode ser explicado pelo não conhecimento e falta de entendimento, por parte da maioria da população, sobre os direitos humanos fundamentais e universais concernentes às políticas sociais. Em que pese a Constituição de 1988 assegurar o acesso a essas políticas e o tratamento digno a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, em especial a crianças e adolescentes. Outra conquista constitucional importante foi a assistência social ser elevada ao patamar de responsabilidade estatal e direito social. Contudo, uma ampla parcela da sociedade e, infelizmente dos prestadores de serviços, ainda a compreendem como um campo da meritocracia e assistencialismo (BRASIL, 2011). Desse modo, os cidadãos não atendidos em seus direitos nessa e em outras políticas públicas, nem sempre reconhecem que foram negligenciados pelo Estado.

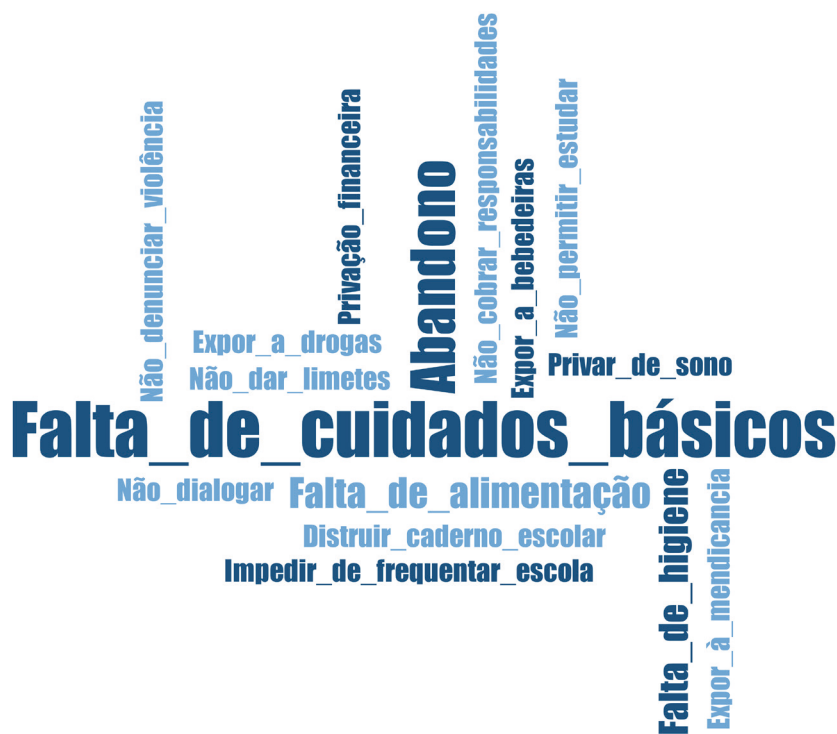
Em relação às diferenças entre as regiões, percebe-se um comportamento dentro da média para quase todas as modalidades de violações e riscos sociais. A variação permaneceu na casa de dois a três pontos percentuais para mais ou para menos. No entanto, alguns dados merecem destaque, são eles: (1) No item “negligência familiar”, a região de João Pessoa apresenta o menor índice com 22,3%, bem mais baixo do que a região de Patos (40,6%) e a região de Sousa-Cajazeiras (38,5%). (2) No dado referente ao “Envolvimento em ato infracional/ Situação de medida socioeducativa”, a região de João Pessoa se destaca com o maior percentual (7,9%), em compa-

ração com Sousa-Cajazeiras que apresenta apenas 3,5%, seguida pela região de Campina Grande, com 3,3%, e da região de Patos, com 3,0%. (3). Na situação de risco referente ao “Envolvimento com álcool e outras drogas”, novamente a região de João Pessoa apresenta uma maior incidência (5.1%), na sequência, a região de Campina Grande, com 4,7%, seguida da região de Patos (3,7%) e, por último, a região de Sousa-Cajazeiras (3,5%). (4). Na situação de “Quebra/Rompimento de vínculo familiar e comunitário”, a região de João Pessoa também apresentou o maior percentual de ocorrências (5.8%), na sequência está a região de Sousa-Cajazeiras (3,5%), seguida da região de Patos (3,4%) e a região de Campina Grande, com o menor percentual (2,0%).

6.1 NEGLIGÊNCIA

Como foi possível observar, as violações de direitos afetam crianças e adolescente de 0 a 18 anos, em todas as regiões do Estado. Contudo, o olhar sobre cada uma dessas modalidades de violências e riscos sociais mais incidentes revela aspectos que devem ser considerados nas ações de prevenção às violações. Em relação à negligência familiar, violação mais mencionada (437 relatos, equivalente a 28,1% das referências), inclui falta de alimentação (que aparece 57 ocorrências), falta de higiene (45 ocorrências), falta de cuidados básicos com a saúde, com a educação (219 ocorrências) e ainda situações de abandono das crianças e adolescentes (147 ocorrências), geralmente sozinhas em casa, mas também com vizinhos ou familiares, sem retorno para pegá-las e mesmo nas ruas, para se alimentarem a partir da mendicância.

Figura 3 – Modalidades mais frequentes de negligência familiar com crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Na maioria das ocorrências de negligência familiar, a autoria foi da própria mãe (85,8%), o que equivale a 417 registros nos questionários da pesquisa, enquanto a autoria pelo pai aparece em 19,4% das situações, sendo que na metade desses casos de negligências pelo genitor, as mães também foram acusadas conjuntamente. Convém salientar que no público da pesquisa, o quantitativo de famílias monoparentais, a maioria tendo apenas a mãe como responsável, foi estimado em 53,4%, o que está relacionado a esse alto percentual de autoria exclusivamente da mãe, nessa modalidade de violação. Ainda sobre a autoria da negligência, num percentual bem menor das ocorrências, aparecem avós e tias e apenas três referências a madrastas.

Figura 4 – Autoria da negligência familiar com crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018

Quanto aos motivos da negligência, impressionantemente, 49,3% estão relacionados ao uso abusivo e dependência de álcool e de outras drogas por parte das genitoras e também dos pais. Em seguida, a falta de condições financeiras é mencionada, assim como outros distúrbios psicológicos das mães e a exposição das crianças a situações de embriaguez e/ou drogadição e prostituição da responsável. Convém enfatizar, nesse ponto, a situação de imensa gravidade dessas famílias, a maioria tendo apenas a mulher como a única responsável, e mesmo assim, um quantitativo expressivo, em situação de transtorno mental, seja em decorrência da dependência química, seja devido a outras desordens emocionais. Sabe-se, entretanto, que todos esses transtornos têm componentes biológicos, psicológicos e, sobretudo, socioculturais (VIEIRA, 2017), e estão intrinsecamente relacionados ao contexto social e, na população em estudo, às condições de vida de extrema vulnerabilidade social e violações de direitos dessas mulheres, desde a infância, como foi evidenciado nesta mesma pesquisa, em que foram citados pelo menos 325 membros das famílias, com idade acima de 18 anos, que sofreram algum tipo de violação de direitos na infância ou adolescência e destes, 69,5% são mulheres, indicando a reprodução da violência estrutural historicamente instalada no Brasil e com políticas públicas ainda muito frágeis para contê-la. Algumas falas registradas nas entrevistas expressam essa aviltante realidade. Deve-se destacar que a recusa ao tratamento de transtorno mental, referida em entrevistas, é algo inerente à própria condição da doença psíquica e não pode ser compreendida como indicação simplesmente de negligência:

Os pais da criança tem mais quatro filhos, uma família sem nenhuma estrutura, dependentes químicos, a mãe botava os filhos para vender tapioca na rua para suprir o vício [e para se alimentarem], o casal separou e a mãe foi embora, abandonando os 5 filhos na rua.

Quando começo a beber, acabo sem cuidar dele direito, ai ele fica com minha mãe.

A mãe da criança é interditada, apresenta distúrbio mental e não faz o tratamento que precisa, os filhos vivem perambulando pelas ruas, pedindo esmola. Um dos filhos também apresenta distúrbio de comportamento, toma medicação, é interditado, apesar de residir em frente à escola, não a frequenta com regularidade.

A mãe é prostituta, passa até 30 dias sem vir em casa, com destino ignorado. A mãe faz uso de bebida alcoólica, apresenta distúrbios mentais e se nega a fazer tratamento no CAPS. A avó também faz bebedeiras em casa, por isso a guarda da criança ficou com a tia. A criança ficava dias sem tomar banho, sem nenhum tipo de cuidado, ficava doente e o Conselho Tutelar é que levava para consultas médicas.

Os pais vivem em situação de extrema pobreza, trabalham no lixão. Família composta de seis membros, casa pequena, trazem material reciclado do lixão para casa, para vender e outros para uso próprio, acumulando mosca, sujeira e mau cheiro.

O pai dá pensão de apenas R\$ 80,00 mensal; a mãe paga aluguel e mesmo recebendo o Bolsa Família, precisa fazer bicos nas casas dos parentes, ajudando nas cozinhas para complementar; recurso insuficiente. A mãe não tem formação educacional nem capacitação profissional para adentrar no mercado de trabalho formal, não tem rendimento certo e suficiente para atender as necessidades básicas como alimentação da criança. (Relatos das/os entrevistadas/os).

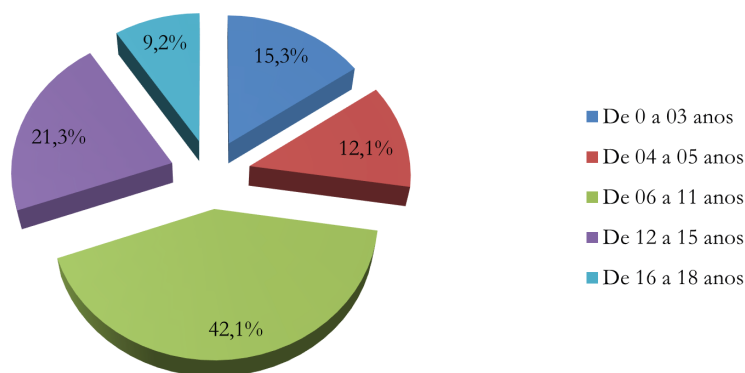
Tabela 74 – Negligência familiar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	30	14,4	37	16,2	67	15,3
De 04 a 05 anos	25	12,0	28	12,2	53	12,1
De 06 a 11 anos	92	44,2	92	40,2	184	42,1
De 12 a 15 anos	41	19,7	52	22,7	93	21,3
De 16 a 18 anos	20	9,6	20	8,7	40	9,2
Total	208	100,0	229	100,0	437	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 25 – Negligência familiar – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Negligência familiar - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Os dados por sexo e idade dessa modalidade de violação denominada de violência familiar, mas como vimos se trata também ou, sobretudo, de omissão do Estado e da Sociedade, indicam que ela aflige crianças e adolescentes indiscriminadamente, embora seja possível notar uma maior incidência entre os meninos (52,4%). A idade de 6 a 11 anos tem maior percentual de ocorrências (42,1%), e vale salientar que essa faixa etária está mais vulnerável a várias violações, como veremos no decorrer deste relatório.

6.2 NEGLIGÊNCIA ESTATAL

A violência diretamente praticada pelo Estado, pela omissão na oferta de políticas sociais básicas também foi mencionada pelos/as entrevistados/as em 42 ocorrências, tendo sido categorizada como: não acesso à política de alimentação, falta de moradia, não acesso à saúde, falta de escolarização/ educação, não acesso à profissionalização, não acesso à cultura, esporte e lazer e não acesso à justiça. Os dados por idade e sexo das crianças e adolescente mantiveram-se sem muita variação quantitativa. Contudo, a faixa etária de maior incidência das ocorrências entre as meninas é de 6 a 11 anos (42,1%) e envolvendo os meninos é de 12 a 15 anos (43,5%).

Esse número reduzido de registros na pesquisa da violação estatal pode ser explicado pela necessidade premente de esclarecimento à população, inclusive aos profissionais dos serviços e da formulação e da gestão das políticas, sobre as responsabilidades do poder público, a partir da Constituição Federal de 1988, de prover condições sociais, em forma de proteção social e de acesso às políticas públicas de alimentação, trabalho, profissionalização, saúde, educação, habitação, segurança, lazer, entre outras, para que as famílias possam exercer suas responsabilidades nos cuidados físicos, materiais, afetivas e emocionais de seus membros. Entre os casos mencionados, vejamos:

A adolescente realiza acompanhamento no CAPS Infantil durante alguns anos, só que, com a troca de gestão, não está mais passando o veículo para levá-la, juntamente com seus irmãos, para participar das oficinas que o Serviço disponibiliza, além de estar sem revisão/consulta com o psiquiatra para reavaliar seu estado de saúde.

Durante um ano e seis meses de internação [de medida socioeducativa], as aulas eram uma vez por semana e apenas uma hora, não tinha material escolar e meu filho saiu da escola e não foi entregue nenhum documento de escolarização. Durante o período que passou, não teve uma escola digna aonde ele pudesse ler corretamente, o que aprendeu foi no período que estava em casa.

O adolescente e sua família não tem moradia, vive em um barraco sem acesso a água, energia e saneamento. Os genitores são desempregados e sem nenhuma formação.

O meu filho tem o mesmo problema de saúde que eu tenho, quando ele passou a ficar sem forças nas pernas para andar, começou a faltar muito na escola. Todo mundo sabia do problema dele e ninguém fazia nada. Eu fui na Secretaria de Saúde e pedi a cadeira de rodas, até hoje não chegou! Depois fui na Secretaria de Educação e pedi um carro para levar ele, o carro nunca chegou. Então, é por isso que meu filho está sem estudar.

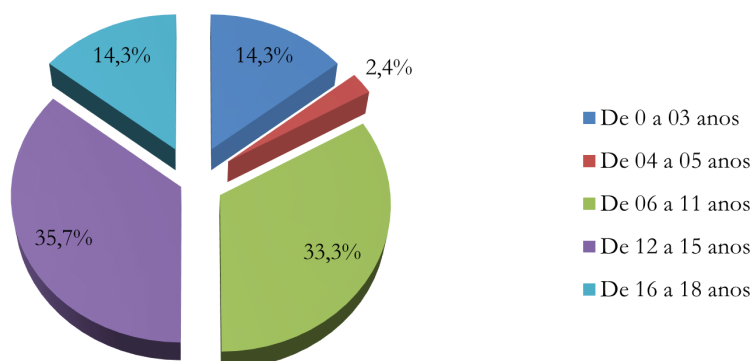
(Relatos das/os entrevistadas/os).

Tabela 75 – Negligência estatal – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	4	21,0	2	8,7	6	14,3
De 04 a 05 anos	1	5,3	-	-	1	2,4
De 06 a 11 anos	8	42,1	6	26,1	14	33,3
De 12 a 15 anos	5	26,3	10	43,5	15	35,7
De 16 a 18 anos	1	5,3	5	21,7	6	14,3
Total	19	100,0	23	100,0	42	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 26 – Negligência estatal – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba
Negligência estatal - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.3 VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual contra crianças e adolescentes – caracterizada como uma das formas mais graves de violação de direitos e tratamento desumano – é a segunda modalidade de violação mais mencionada pelos/as entrevistados/as (304 ocorrências). Com mais incidência sobre as meninas (76,3%), mas atingido também os meninos (23,7%), esse tipo de violência aparece relatada em todas as faixas etárias, inclusive vitimando crianças de 0 a 5 anos, sendo mais frequente na faixa de 6 a 15 anos (63,4%).

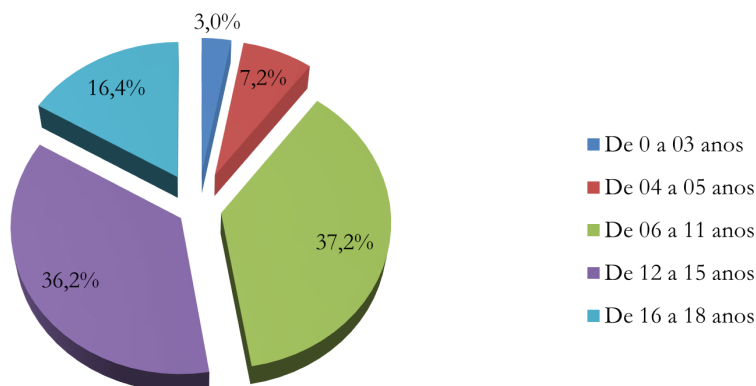
Tabela 76 – Violência sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	6	2,6	3	4,2	9	3,0
De 04 a 05 anos	16	6,9	6	8,3	22	7,2
De 06 a 11 anos	77	33,2	36	50,0	113	37,2
De 12 a 15 anos	90	38,8	20	27,8	110	36,2
De 16 a 18 anos	43	18,5	7	9,7	50	16,4
Total	232	100,0	72	100,0	304	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 27 – Violência sexual – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

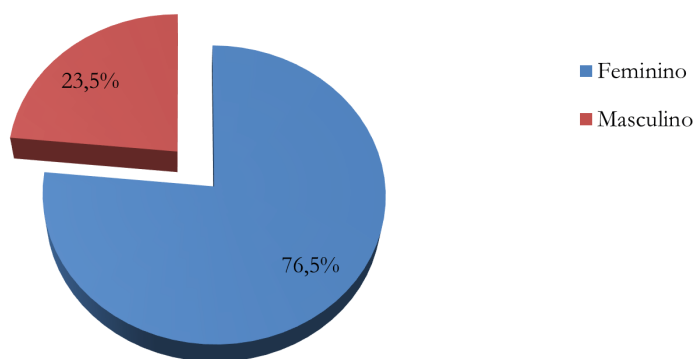
Violência sexual - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 28 – Violência sexual – crianças e adolescentes – por sexo – Estado da Paraíba

Violência sexual - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

As formas de violência sexual citadas foram o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar (292 casos), assim como 16 casos de exploração sexual (exploração sexual comercial, pornografia Infantil e turismo sexual). A prática do abuso sexual acometeu mais as meninas com idade entre 6 e 15 anos, (73,0% do total de 162), correspondendo a 55,5% de todos os casos desse tipo de violência sexual. Os meninos nessa faixa etária também foram os mais submetidos ao abuso sexual (76,5% do total de 70 meninos).

Tabela 77 – Abuso sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	6	2,7	3	4,3	9	3,1
De 04 a 05 anos	16	7,2	6	8,6	22	7,5
De 06 a 11 anos	75	33,8	36	51,4	111	38,0
De 12 a 15 anos	87	39,2	19	27,1	106	36,3
De 16 a 18 anos	38	17,1	6	8,6	44	15,1
Total	222	100,0	70	100,0	292	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018..

Tabela 78 – Abuso sexual intrafamiliar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	5	3.8	3	10.3	8	5.0
De 04 a 05 anos	10	7.6	3	10.3	13	8.1
De 06 a 11 anos	47	35.6	17	58.6	64	39.8
De 12 a 15 anos	46	34.8	6	20.7	52	32.3
De 16 a 18 anos	24	18.2	0	0.0	24	14.9
Total	132	100.0	29	100.0	161	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 79 – Abuso sexual extrafamiliar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	1	1.0	1	2.2	2	1.4
De 04 a 05 anos	7	7.1	3	6.5	10	6.9
De 06 a 11 anos	30	30.6	22	47.8	52	36.1
De 12 a 15 anos	44	44.9	14	30.4	58	40.3
De 16 a 18 anos	16	16.3	6	13.0	22	15.3
Total	98	100.0	46	100.0	144	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Dos 16 casos de exploração sexual mencionados pelos/as entrevistados/os, o que equivale a 5,3% das situações de violência sexual, a maioria (81,2%) envolveu meninas com idade entre 9 e 17 anos, em situação de exploração sexual comercial, existindo ainda 3 situações de pornografia infantil, inclusive com uma criança de 6 anos, e uma situação de turismo sexual de uma adolescente. Em algumas situações, a exploração sexual é praticada pelos próprios familiares. Os 3 meninos mencionados na tabela abaixo estiveram em situação de exploração sexual comercial.

Tabela 80 – Exploração sexual – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	-	-	-	-	-	-
De 04 a 05 anos	-	-	-	-	-	-
De 06 a 11 anos	3	23,1	-	-	3	18,8
De 12 a 15 anos	4	30,8	1	33,3	5	31,2
De 16 a 18 anos	6	46,1	2	66,7	8	50,0
Total	13	100,0	3	100,0	16	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Tabela 81 – Autoria da violência sexual (abuso e exploração) – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – Estado da Paraíba

Autoria da violência sexual (abuso e exploração)	Quant	%
Autor/a Extrafamiliar		
Vizinho	54	17,0
Sem vínculo familiar (masculino)	43	13,5
Amigo	26	8,2
Desconhecido	17	5,3
Grupos da comunidade (masculinos)	3	0,9
Grupos da escola (masculinos)	2	0,6
Namorado da adolescente	2	0,6
Vizinha	2	0,6
Autoria Intrafamiliar		
Pai	40	12,6
Padrasto ou namorado da mãe	37	11,6
Demais familiares (masculinos)	25	7,9
Tio	20	6,3
Primo	15	4,7
Avô	11	3,5
Irmão	10	3,1
Mãe	5	1,6
Prima	4	1,3
Tia	1	0,3
Irmã	1	0,3
Total	318	100.0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
 Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

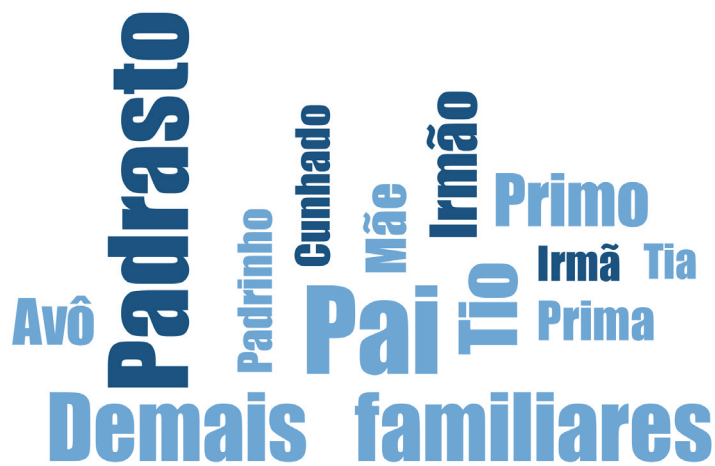
Obs: Foram identificados mais autores das violências sexuais do que as ocorrências, tendo em vista que em algumas situações a criança ou adolescente foi vítima de mais de um agressor.

Figura 5 – Autoria da violência sexual extrafamiliar (abuso e exploração) contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Figura 6 – Autoria da violência sexual intrafamiliar (abuso e exploração) contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.4 VIOLÊNCIA FÍSICA

A violência física é a violação citada em terceiro lugar, presente em todas as regiões do Estado, acometendo meninos e meninas de todas as idades. A maior incidência é no sexo masculino (55,6%), todavia, a diferença quantitativa entre os dois gêneros não chega a ser tão significativa. Na proporcionalidade por idade, verificamos que as faixas etárias acima dos cinco anos concentram os maiores percentuais em ambos os sexos, com destaque para a faixa de 6 a 11 anos, que registra 35,7% dos casos. Deve-se notar ainda que, mesmo com percentual menor, foi identificada a ocorrência desse tipo de violência em crianças com idade entre 0 e 5 anos (9,8%), sobretudo em meninos.

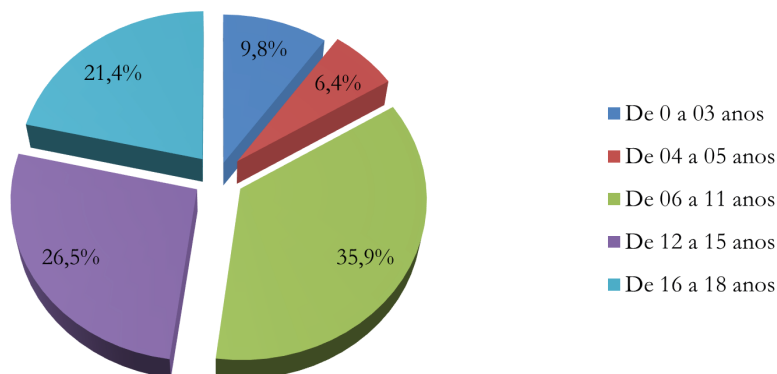
Tabela 82 – Violência física – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	8	7,7%	15	11,5%	23	9,8%
De 04 a 05 anos	5	4,8%	10	7,7%	15	6,4%
De 06 a 11 anos	38	36,5%	46	35,4%	84	35,9%
De 12 a 15 anos	32	30,8%	30	23,1%	62	26,5%
De 16 a 18 anos	21	20,2%	29	22,3%	50	21,4%
Total	104	100,0%	130	100,0%	234	100,0%

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 29 – Violência física – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Violência física - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

As violências físicas praticadas foram as mais diversas: palmadas, tapas, bofetes, beliscões, machucões, surra, espancamento, agressões com objetos, lesões corporais, hematomas, feridas, fraturas, queimaduras, supressão ou excesso de alimentação com caráter punitivo, tentativa de estrangulamento, e até torturas, e homicídio de adolescente praticado por grupo da própria comunidade envolvido com tráfico de drogas e outras contravenções. Os motivos das agressões são diversos, mas nos relatos dos/as entrevistados/as se sobressai o uso de bebidas alcoólicas e de outras drogas por parte dos agressores, além de problemas emocionais, financeiros e a não obediência da criança ou adolescente aos pais ou responsáveis. Convém destacar que entre os principais autores das violências físicas estão a mãe e o pai, o que chama atenção para a necessidade de políticas efetivas sobre cuidados e educação dos filhos, com orientação e acompanhamento familiar por profissionais, para identificação de carências materiais, emocionais e afetivas, dependência química, e apoiar as famílias na busca de soluções. Alguns relatos dão a dimensão desse quadro trágico envolvendo essas famílias, mas, seguramente, com políticas direcionadas e um trabalho eficaz, realizado em rede, é possível reverter essa situação:

A entrevistada diz que foi percebendo uma mudança de comportamento na criança, pois não queria voltar para a casa da genitora, quando passava os finais de semana com o pai. Chorava, e começou a se apresentar com alguns hematomas. A avó afirmou que a criança sofria repressão do padrasto. A entrevistada revela que a mãe da criança deu muita autonomia para o padrasto.

A genitora faz uso constante de álcool, ela é totalmente negligente com os filhos e, segundo a denúncia, ela espancou a filha deixando hematomas pelo corpo. A mesma pratica relações sexuais na frente das crianças e ameaça a todas. Ela alega a dificuldade de encontrar trabalho, a relação conflituosa com o pai das crianças e a falta de dinheiro para custear as despesas.

A violação ocorria diariamente, pois desde os seus 10 meses de idade, a genitora protagoniza situações de violência física à criança. Devido a deficiência mental da genitora, por não se encontrar em condições de prestar os cuidados devidos à filha, agia de maneira violenta.

Sempre ocorria as agressões físicas e psicológicas quando o agressor chegava embriagado na residência da família. O mesmo espancava a esposa e seus filhos. A genitora relata que registrava a ocorrência na delegacia, que seu esposo era detido, mas seu patrão conseguia sua liberdade e o mesmo voltava mais agressivo para a família.

A agressão física praticada contra a criança ocorreu na casa da avó, onde todos moram. O pai conta que agrediu por causa do mau comportamento e desobediência do filho. Nesse dia específico, a criança de nove anos se ausentou de casa e não comunicou onde estava. Foi penalizado com uma surra de fio nas costas.

A vítima estava com amigos que tinha relação com o tráfico de drogas, ele foi levado para um sítio e foi espancado, deixando-o com a cabeça rachada (fratura exposta), foi socorrido pelo SAMU, hospitalizado no Hospital onde, passou alguns dias, mas não resistiu aos ferimentos, chegando a óbito (Relatos das/os entrevistadas/os).

Figura 7 – Modalidades da violência física praticadas contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Figura 8 – Autores das violências físicas contra crianças e adolescentes – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.5 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A violência psicológica aparece em quarto lugar no rol de violações mencionadas, com incidência maior sobre as meninas (56,6%). Contudo, sabe-se que todas as outras formas de violência afetam emocionalmente as crianças e adolescentes, assim sendo, essa redução entre os meninos pode estar associada apenas à subnotificação, ao não se considerar o impacto psicológico das violações. Também nessa modalidade de violação, a faixa etária de 6 a 11 anos concentra o maior percentual de incidência (36%). A seguir, veremos alguns relatos, sempre demonstrando a relação da violência psicológica com outras formas brutais de violências. Até a ocorrência de três situações de feminicídio contra as mães, na presença dos filhos, foram mencionadas nas entrevistas.

A equipe do CREAS e o Conselho Tutelar receberam notificação para averiguar uma denúncia de que uma adolescente estaria sofrendo abuso sexual do vizinho, e mesmo a denúncia sendo improcedente e criminosa, a denunciante elaborou a fantasia por ciúme e passou a humilhar a adolescente na vizinhança. Ao se sentir julgada injustamente, ameaçada e apontada na rua como “culpada”, a adolescente passou a ter transtornos psicológicos, chegando até a tentativa de suicídio.

O pai do adolescente e outras crianças chegou em casa, como de costume, alcoolizado, derrubou a porta da entrada com chutes, acordando a família e os vizinhos, começando a agredir a esposa, deferindo-lhe um soco. O adolescente foi defendê-la e terminou sendo agredido com um tapa e empurrões. A família já vinha sofrendo tortura psicológica com ameaças e comportamento tirano do pai há mais de um ano.

A menina de oito anos estava dormindo, quando o pai chegou em casa bêbado e violento. A criança acordou assustada e vendo toda a situação de agressão contra a mãe e o irmão começou a chorar. O pai então ordenou que ela parasse de chorar caso contrário a mataria.

O adolescente passou a morar com o pai, onde vivenciou várias violações, uma delas a rejeição. O pai negava ser seu genitor, o que lhe causava revolta e tristeza.

O agressor já torturava a mãe das crianças por ela não querer mais se relacionar com ele. A violência ocorreu quando o pai embriagado invadiu a casa onde moravam a ex-esposa com os filhos e com duas facas a esfaqueou na frente dos filhos. As crianças ficaram amedrontadas, sem reação diante da violência exposta.

O adolescente foi o último filho do casal, então separado, devido a isso, o pai não o reconhece como filho, não paga pensão e nem o leva para passar os finais de semana, o adolescente é depressivo e isolado devido à rejeição.

O companheiro da mãe das crianças estava embriagado e em uma briga do casal ele cometeu o homicídio da companheira a facadas e na frente das crianças, chegando a agredir uma das filhas adolescente.

(Relatos das/os entrevistadas/os).

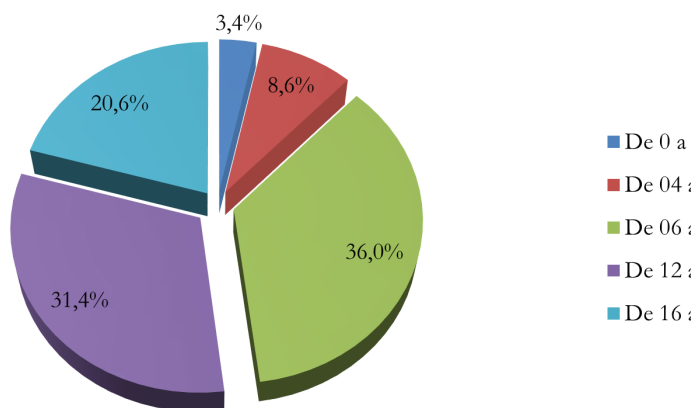
Tabela 83 – Violência psicológica – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	6	6,1	0	0,0	6	3,4
De 04 a 05 anos	8	8,1	7	9,2	15	8,6
De 06 a 11 anos	33	33,3	30	39,5	63	36,0
De 12 a 15 anos	34	34,3	21	27,6	55	31,4
De 16 a 18 anos	18	18,2	18	23,7	36	20,6
Total	99	100,0	76	100,0	175	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 30 – Violência psicológica – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Violência psicológica - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.6 ENVOLVIMENTO EM ATO INFRACIONAL/MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

O envolvimento em ato infracional/medida socioeducativa aparece no rol das situações de risco social a que estão expostos adolescentes de ambos os sexos. Na pesquisa, foram relatados os casos de 86 adolescentes e jovens, com idade entre 12 e 21 anos, a maioria do sexo masculino (77,9%), mas ainda com um quantitativo relevante do sexo feminino (22,1%) equivalente a 20 meninas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, atendidas nos CREAS ou no Sistema de Internação Socioeducativo do Estado. As modalidades de medidas aplicadas mencionadas pelos/as entrevistados/as, em cumprimento pelos/as jovens de ambos os sexos foram: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, e internação. A medida de semiliberdade não foi citada.

Nos relatos dos/as entrevistados/as, responsáveis pelos/as adolescentes, conforme já publicamos na Revista América Latina Hoy (VIEIRA; AURINO; CAVALCANTE, 2019), os principais motivos da prática do ato infracional foram: envolvimento dos jovens com uso e tráfico de drogas; roubo de estabelecimentos comerciais; roubo de bolsa, celular e outros objetos de pessoas na rua e até de alimentos; brigas e discussões com outros jovens na escola ou na comunidade e discussões com porteiro da escola, por vezes, com reações agressivas a conselheiro tutelar e a policial solicitados para conter as alterações de comportamento; tentativa de homicídio em reação à agressão física sofrida, prática de homicídio em reação a *bullying* recorrente; discussão com policiais. A maioria dos atos infracionais, sobretudo roubos, assaltos e infrações mais graves, ocorreu pelos adolescentes em companhia de outros jovens, em grupo.

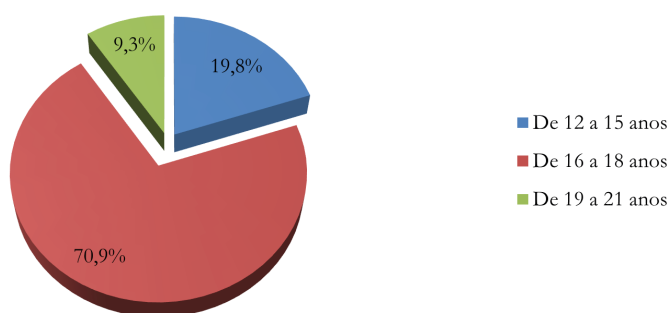
Tabela 84 – Envolvimento em ato infracional (medida socioeducativa) – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 12 a 15 anos	7	36,8	10	14,9	17	19,8
De 16 a 18 anos	11	57,9	50	74,6	61	70,9
De 19 a 21 anos	1	5,3	7	10,4	8	9,3
Total	19	100,0	67	100,0	86	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 31 – Envolvimento em ato infracional (medida socioeducativa) – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba

Envolvimento em ato infracional (medida socioeducativa) - adolescentes e jovens de 12 a 21 anos



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

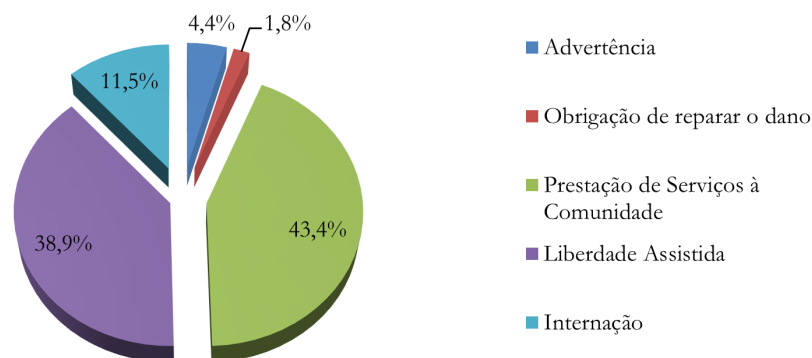
Tabela 85 – Medidas socioeducativas aplicadas – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba – Regiões intermediárias

Medidas Socioeducativas	Região João Pessoa		Região Campina Grande		Região Patos		Região Sousa - cajazeiras		Total	%
	Quant.	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%		
Advertência	4	5,2	1	6,3	0	0,0	0	0,0	5	4,4
Obrigação de reparar o dano	2	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,8
Prestação de Serviços à Comunidade	30	39,0	8	50,0	8	57,1	3	50,0	49	43,4
Liberdade Assistida	33	42,9	3	18,8	5	35,7	3	50,0	44	38,9
Internação	8	10,4	4	25,0	1	7,1	0	0,0	13	11,5
Total	77	100,0	16	100,0	14	100,0	6	100,0	113	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 32 – Medidas Socioeducativas aplicadas – adolescentes e jovens de 12 a 21 anos – Estado da Paraíba

Medidas Socioeducativas aplicadas adolescentes e jovens de 12 a 21 anos



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.7 ENVOLVIMENTO COM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O envolvimento de crianças e adolescentes com bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas foi uma das situações de risco mencionadas pelos/as entrevistados da pesquisa. Foram 71 ocorrências envolvendo meninos e meninas com idade entre 6 e 18 anos, mas, sobretudo a partir dos 12 anos, com maior prevalência entre os adolescentes do sexo masculino (60,5%), enquanto entre as meninas, o percentual também significativo, foi de 39,5%. Nessa situação de risco, foram mencionados em todos os casos o consumo das substâncias químicas pelos adolescentes, mas também a dependência, devido ao uso diário ou frequente e ainda a participação no tráfico em pelo menos 18,3% dos casos. Os relatos das/os entrevistadas/os evidenciam o contexto familiar e comunitário de vivência das crianças e adolescentes, em que é natural o uso excessivo de substâncias químicas psicoativas, lícitas e mesmo ilícitas, pelas pessoas adultas de referência para eles, o que dimensiona a gravidade dessa realidade.

O jovem, desde muito cedo, teve influências do uso de drogas (ilícitas e permitidas) na família e nas comunidades em que viveu. Seu pai era usuário (de Crack, maconha, etc), outros familiares e amigos próximos da família também eram usuários de álcool. Desta forma, o jovem, desde criança, fez uso e atualmente está dependente de maconha e cigarros.

Devido um de seus irmãos ser usuário de drogas, a adolescente conheceu este mundo. Segundo relatos da genitora, usa somente maconha e realiza tráfico para conseguir dinheiro para manter seu próprio vício, pois reside em área de consumo e tráfico.

O adolescente faz uso de drogas desde os 10 anos de idade (Crack e maconha). Saía de casa e passava dias sem a gente ter notícias. Eu saía a sua procura e o encontrava nas proximidades da chamada cracolândia.

A adolescente às vezes se reúne com as amigas, geralmente da escola para fumar maconha. O caso só foi descoberto pelo poder público após a adolescente ter se envolvido no roubo de um celular e ser apreendida. O juizado encaminhou o caso para tratamento no CAPS e para cumprimento de medida socioeducativa.

Aos 11 anos o adolescente se envolveu com o uso de substância psicoativa (crack), sendo motivado por amigos da sua faixa etária. A mãe percebeu que ele estava indiferente, e ao observar as suas coisas encontrou saquinhos tipo com um pó branco. Levou ao Conselho Tutelar, foi examinado e detectado que se tratava de crack.

Ele começou a usar drogas depois da morte da genitora e, por não ter dinheiro para manter o vício, começou a roubar no bairro. Os traficantes determinavam o local e qual objeto o adolescente iria roubar para poder receber em troca (como pagamento) a droga (Relatos das/os entrevistadas/os).

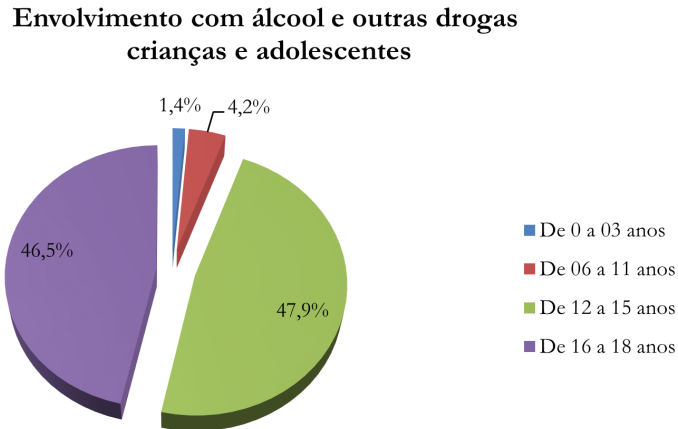
Tabela 86 – Envolvimento com álcool e outras drogas – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos*	1	3,6	0	0,0	1	1,4
De 06 a 11 anos*	1	3,6	2	4,7	3	4,2
De 12 a 15 anos	14	50,0	20	46,5	34	47,9
De 16 a 18 anos	12	42,9	21	48,8	33	46,5
Total	28	100,0	43	100,0	71	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

* São registro de dois casos de crianças de 2 e 6 anos que mãe e/ou pai realizavam o consumo de drogas juntos com as crianças, expondo-as e até levando-as, a consumir. Os outros dois casos são de meninos de onze anos, já consumindo drogas nas ruas.

Gráfico 33 – Envolvimento com álcool e outras drogas – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.8 QUEBRA/ROMPIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

A quebra/rompimento de vínculo familiar e comunitário é outra situação apontada pelos/as entrevistados/as afetando um quantitativo de 63 crianças e adolescentes da pesquisa. A proporcionalidade de meninas e meninos nessa condição de risco e também de proteção temporária é a mesma, em torno de 50% de cada gênero. Contudo, no aspecto idade, a faixa etária de 6 a 11 anos novamente se sobressai. Principalmente entre os meninos, com percentual de 38,7% deles. No total da amostra, essa faixa de idade é de 31,7%. As situações enumeradas foram: acolhimento institucional, acolhimento por familiares/ parentes, acolhimento por amigos, acolhimento por desconhecidos, afastamento temporário de mãe ou pai. A insegurança financeira da família, a falta de moradia, a falta de emprego, a dependência química, a situação de reclusão e problemas emocionais dos pais ou responsáveis, a negligência, os conflitos familiares e o abandono foram os principais motivos para o rompimento dos vínculos familiares apresentados pelos/as entrevistados/as.

Por dificuldades de se manter, a genitora pediu para deixar o filho para que ela pudesse encontrar um emprego e assim poder alugar uma casa para morar e nunca mais compareceu para pegá-lo.

Diante da situação de muitos conflitos dos pais e vulnerabilidade de mãe e filha e após diversas violências físicas, a vizinha se propôs ajudá-las e as acolheu em sua casa, tornando-as filha e neta “adotivas”. Atualmente, a mãe da criança está em situação de rua e criança continua aos cuidados da “avó adotiva”.

A mãe de criança morreu e ela dava muito trabalho ao avô, que ficou com a responsabilidade de cuidar da neta. A criança vivia na rua e ele não tinha condição de criar, aí o Conselho Tutelar a levou para o abrigo. Ela ficou uns dois anos lá aí eu comecei a cuidar dela.

Após ser constatada pelo Conselho Tutelar a negligência, a violência e o abandono da mãe e padrasto usuários de droga contra a criança, sendo deixada sozinha em casa por vários dias, foi então dada a guarda da criança aos padrinhos, pois nenhum membro da família se dispôs a cuidar, porém, após um tempo de convivência e por não aprovarem o comportamento da criança, que não se adaptava à vida com regras, os padrinhos pediram a revogação da guarda, e a criança foi encaminhada para uma instituição de acolhimento.

O jovem relata que, ainda no início de sua adolescência, sentia o desejo de morar com sua mãe biológica, pois desde bebê fora criado por pais adotivos. Então passou a morar com a família biológica, mas ao revelar sua orientação sexual, foi rejeitado e abandonado pelos pais, que foram morar em outra cidade, por não o aceitarem. Nos conflitos, sofreu agressões físicas, fratura, e sem lugar onde ficar, chegou a ser acolhido por amigos e por desconhecidos. A avó concedeu um lugar para ele morar, mas por vezes passou fome, sofreu violências de estranhos e tem que trabalhar para se alimentar.

A mãe da criança foi para a cidade de São Paulo com ela e suas três irmãs e lá foi denunciada por negligência e por ser usuária de drogas. As quatro meninas foram para um abrigo e lá ficaram por cerca de um ano e dois meses, até a casa de acolhimento entrar em contato com a família e conseguir reinseri-las. Inicialmente, a avó ficaria responsável pelas meninas, porém veio a falecer e o tio ficou com a guarda provisória (Relatos das/os entrevistadas/os).

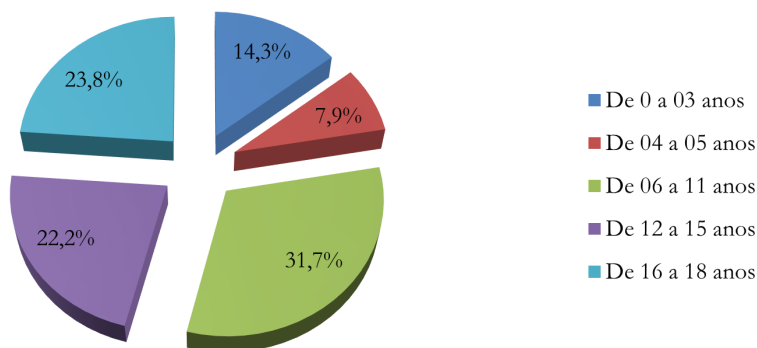
Tabela 87 – Quebra/rompimento de vínculo familiar – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	5	15,6	4	12,9	9	14,3
De 04 a 05 anos	3	9,4	2	6,5	5	7,9
De 06 a 11 anos	8	25,0	12	38,7	20	31,7
De 12 a 15 anos	9	28,1	5	16,1	14	22,2
De 16 a 18 anos	7	21,9	8	25,8	15	23,8
Total	32	100,0	31	100,0	63	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 34 – Quebra/rompimento de vínculo familiar – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Quebra/rompimento de vínculo familiar - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.9 TRABALHO INFANTIL OU PRECOCE

A violação de direitos expressa na forma de trabalho infantil ou precoce também aparece na pesquisa, sendo apontadas 50 situações. Além das atividades elencadas no questionário, tais como: serviços domésticos, na rua, sinais, transportes públicos, reciclagem, feiras livres, mercados, rodoviárias, comércio informal, agricultura, os entrevistados mencionaram outras formas de exploração de trabalho: serralheiro, babá, lavador de carro, venda de pastéis nas residências, trabalho em fábrica de costura, cuidar de animais e descarregar mercadorias, catar lixo e pedir esmola para comer, inclusive com relatos de abandono escolar devido ao empenho no trabalho. Entre os principais motivos da atividade laboral precoce, os entrevistados citaram a falta de conhecimento dos pais e responsáveis sobre os malefícios dessa violação; a necessidade de a criança ou adolescente ajudar nos trabalhos dos pais ou responsáveis, sendo que a motivação mais recorrente foi a necessidade financeira básica da família, sobretudo para alimentação. Os meninos foram os mais expostos ao trabalho (62,3%) e na amostra total, e também no gênero masculino, a faixa etária de maior incidência foi a de 12 a 15 anos. Mas no grupo das meninas, a faixa de idade mais submetida à exploração foi a de 6 a 11 anos. Seguem alguns relatos que exemplificam as situações a que estão expostas essas crianças e adolescentes em condição de trabalho infantil ou precoce.

Quando o adolescente foi entregue aos cuidados da tia, ela afirmou que ‘arrumou um serviço’ para o menino na serralheria do marido, que fica próxima da casa onde moram, para trabalhar auxiliando nas tarefas do local, mesmo tendo ainda, aproximadamente, 12 anos.

A criança de 11 anos foi encontrada no período da noite vendendo balas dentro de um ônibus. Ele saía de casa acompanhado pela tia, que também vendia balas nos transportes coletivos. O menino foi encontrado sozinho e conduzido pela guarda municipal até o Conselho Tutelar.

A genitora relata que as crianças costumam catar latinhas para vender na reciclagem apenas nos dias em que não vão à escola e que coincide com o dia da coleta de lixo. Limpam o quintal de casas, retiram frutas das árvores para vender na rua principal do bairro e gastam o dinheiro com a compra de ovos, pão, roupas, e em serviços como “*lan house*”, corte de cabelo e ofertam na igreja.

O adolescente começou a trabalhar aos 12 anos de idade pela insuficiência de renda da família. Ele queria adquirir a própria renda. A mãe conta que, por não ter condições de oferecer o que o adolescente necessitava, permitiu que trabalhasse numa fábrica de costura, onde atua até os dias atuais.

A adolescente trabalha cuidando de bebês desde que contava com apenas 11 anos de idade. Sua jornada diária inicia às sete horas da manhã e vai até às dezessete horas da tarde, momento que precisa se preparar para a aula noturna, cuja escola se situa na área urbana, para onde se locomove no transporte escolar.

A mãe da criança a levava para o lixão (local onde são despejados os resíduos do município), para ajudá-la na catação de materiais recicláveis, pois não tinha com quem deixar a criança.

Por necessidade financeira da família, as crianças vão para a feira livre do município onde pegam fretes e ajudam os feirantes, sobre a ordem dos pais. Também juntam material reciclável (Relatos das/os entrevistadas/os).

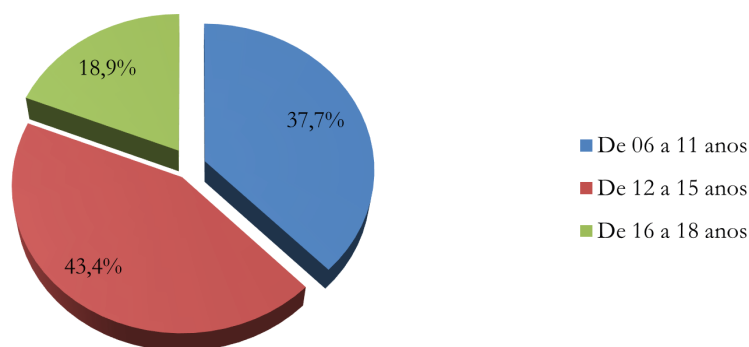
Tabela 88 – Trabalho infantil ou precoce – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 06 a 11 anos	10	50,0	10	30,3	20	37,7
De 12 a 15 anos	7	35,0	16	48,5	23	43,4
De 16 a 18 anos	3	15,0	7	21,2	10	18,9
Total	20	100,0	33	100,0	53	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 35 – Trabalho infantil ou precoce – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Trabalho infantil ou precoce - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.10 VIOLÊNCIA POR PRECONCEITO, POR DISCRIMINAÇÃO E BULLYING

A violência por preconceito e discriminação é outra situação de violação de direito historicamente naturalizada no Brasil, devido à condição de subalternidade das populações mais pobres, que acabam cotidianamente sendo vítimas de desrespeito e intolerância cultural, social e sexual. Por isso mesmo, essa modalidade de violência acaba sendo pouco notificada. Na pesquisa, os meninos e meninas na faixa etária de 12 a 15 anos sofreram mais esse tipo de violação, indicando um percentual de 47,1% das ocorrências. Essa situação se torna ainda mais preocupante por se tratar da etapa inicial da adolescência, quando as atitudes violentas e preconceituosas marcam fortemente a entrada na vida adulta. As situações mencionadas, a partir do questionário da pesquisa, foram discriminações por: classe social, gênero, orientação sexual, raça situação de deficiência, *bullying*, *cyberbullying*, e ainda devido ao cumprimento de medida socioeducativa. É importante ressaltar que quase a totalidade das ocorrências foram na escola, espaço fundamental de acolhimento e de vivência das crianças e dos adolescentes. Vejamos os relatos que evidenciam o quanto o debate contra o preconceito, a discriminação e em prol do respeito e valorização das diferenças precisa ser ampliado na sociedade, desde a infância, na família, nas escolas, para todas as faixas etárias, nas igrejas, nos grupos de convivência, nas redes sociais e em todas as mídias.

A criança sofre *bullying* na escola por parte das colegas, por conta do seu cabelo afro e de um problema na fala. A menina, às vezes, chegava em casa chorando e tinha dias que não queria ir para as aulas.

Na escola, sofreu muito *bullying* por ser mais desenvolvida que as colegas e com sobrepeso, e, com isso, era identificada como a “baleia”, “bujão” e etc, o que a deixava triste, sem querer ir para escola.

Depois que descobri que meu filho gosta de homens passei a discriminá-lo e tenho muito preconceito, fico imaginando ele com outros homens, não aceito. Parte da culpa é minha, não orientei bem, não entendo porque ele é assim, diferente. Não sei conversar sobre esse assunto.

O adolescente nasceu com uma anomalia, com má formação em seus órgãos genitais, diagnosticado como hermafroditismo, devido a essa má formação, o mesmo sofre com rejeição e *bullying* na escola e na comunidade onde mora. O mesmo foi submetido a uma cirurgia, mas que ainda tem problemas, o caso continua em acompanhamento.

A família acredita que, por motivo de inveja, o adolescente sofria bullying por parte de um colega da escola. A família notificou ao Conselho Tutelar e mudou o adolescente de escola, mas, mesmo assim, a perseguição persistia e não suportando mais a situação, o adolescente cometeu o homicídio e encontra-se sob medida de internação.

Pelo simples fato de não aceitar a cor negra da nossa família, a adolescente a anos sofre racismo por parte da vizinha, sendo chamada de negra podre e macaca, deixando a adolescente bastante triste com a situação. O caso foi levado ao Conselho Tutelar e a Delegacia. Houve encaminhamento ao CREAS, mas ainda nenhuma solução por parte do poder público para solucionar a situação.

A violação do direito ocorreu quando um grupo de colegas de sala xingaram, humilharam e bateram no adolescente devido a sua orientação sexual. O adolescente fez o registro no Conselho Tutelar, mas, segundo ele, nenhuma providência foi tomada pelo poder público, nem por sua família (Relatos das/os entrevistadas/os).

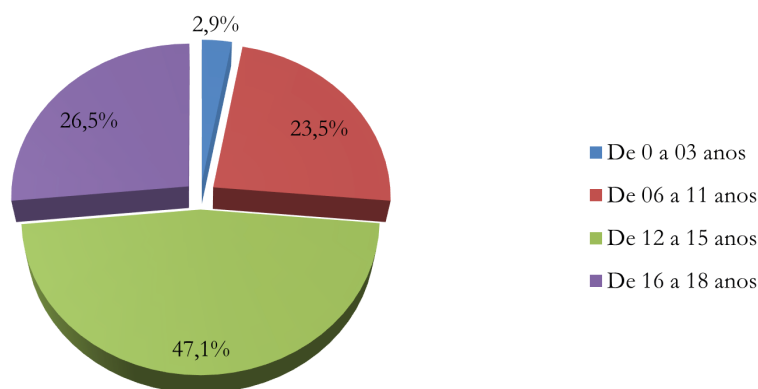
Tabela 89 – Violência por preconceito, discriminação e *bullying* – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	0	0,0	1	5,0	1	2,9
De 06 a 11 anos	6	42,9	2	10,0	8	23,5
De 12 a 15 anos	6	42,9	10	50,0	16	47,1
De 16 a 18 anos	2	14,3	7	35,0	9	26,5
Total	14	100,0	20	100,0	34	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 36 – Violência por preconceito, discriminação e *bullying* – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Violência por preconceito, discriminação e *bullying* crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.11 VIOLÊNCIA COMUNITÁRIA

A violência comunitária foi citada pelos/as entrevistados/as com 19 ocorrências, sendo uma situação em que um dos adolescentes da pesquisa, com idade de 15 anos, se envolveu com outros amigos da comunidade, na prática de roubo de estabelecimentos. As outras 18 situações são de crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência grave de pessoas da comunidade, para além de outras formas de violação já analisadas anteriormente. Nessa modalidade de violação, vizinhos e grupos da comunidade aparecem como os principais agressores e as violências ocorridas foram: ameaça de morte, perseguição e agressão por grupos da comunidade e por vizinhos/as; violência sexual por pessoas da comunidade; trauma de criança de 6 anos que assistiu o assassinato do pai na presença da família, após luta corporal e até um caso de homicídio de um adolescente. Chama atenção também o fato de a maioria das vítimas dessa modalidade de violência ser do sexo feminino. Essa realidade só evidencia o contexto comunitário de risco, violação e desproteção para a sociabilidade dessas crianças e adolescentes, o que demanda ações efetivas de segurança, educação e proteção social por parte do setor público, envolvendo toda a comunidade. Vejamos os relatos:

O genitor da criança foi executado por dois indivíduos armados, que adentraram a casa com arma de fogo e assassinaram a vítima na presença de todos da família por motivo de vingança. Houve luta corporal antes da execução, a criança tinha seis anos na ocasião, tendo assistido todo o ocorrido e, a partir de então, ficou paralisado, sem interagir com a família, ficando três meses sem falar, quando numa consulta médica foi dada a orientação de procurar o CREAS.

O adolescente estava sofrendo ameaças de morte de um conhecido, que queria que ele vendesse drogas e, devido à negativa do jovem, ao dizer que não faria aquilo, começou a ser ameaçado de morte. E no dia que ia ser morto, cometeu o assassinato primeiro, em legítima defesa.

A adolescente estava na praça para ver o carnaval, quando a vizinha, que também é adolescente, disse que ela estava paquerando o namorado de uma amiga dessa vizinha. Começaram uma briga e a vizinha deu uma facada na adolescente.

Por ter participado de pactos de tráfico de drogas com grupos da comunidade e não ter conseguido pagar o consumo de drogas, o chefe foi até a casa do adolescente e deixou o recado com os familiares para que o mesmo sumisse da comunidade pois se permanecesse seria executado pela dívida.

Após sofrer bullying por muito tempo devido deficiência visual, um dia, após o término das aulas, o adolescente foi abordado pelo agressor e os colegas, que com uma faca tentou acertá-lo, mas os colegas do adolescente intervieram e ele saiu correndo. O caso foi notificado ao Conselho Tutelar, na Delegacia e Ministério Público e até o momento, apenas o agressor foi afastado da escola (Relatos das/os entrevistadas/os).

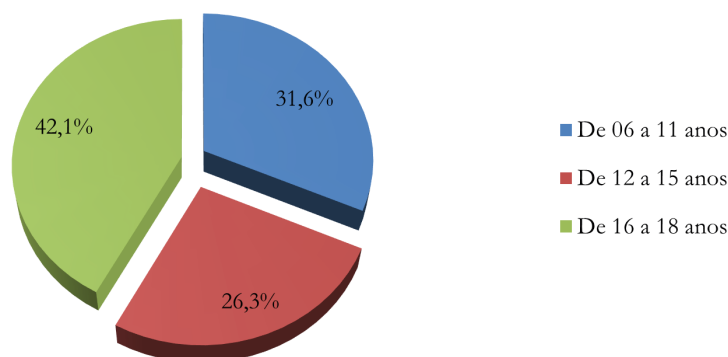
Tabela 90 – Violência comunitária – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 06 a 11 anos	3	27,3	3	37,5	6	31,6
De 12 a 15 anos	3	27,3	2	25,0	5	26,3
De 16 a 18 anos	5	45,5	3	37,5	8	42,1
Total	11	100,0	8	100,0	19	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 37 – Violência comunitária – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Violência comunitária - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.12 VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A Violência Institucional foi indicada pelos/as participantes da pesquisa em 14 situações. As modalidades elencadas no questionário apontadas pelos entrevistados foram: carência e ou ausência de pessoal nos serviços de atendimento, carência e ou ausência de equipamento ou material, horários inadequados, não atendimento ou atendimento precário, negligência profissional por desinteresse e/ou incompetência. As ocorrências também foram mais relacionadas aos serviços de saúde (medicamento, alimentação especial e transporte) para crianças e adolescentes com necessidades especiais e doenças crônicas, internação hospitalar, cirurgias de alto risco e dificuldade de conseguir o BPC para a criança com diagnóstico comprovado. Houve também situações referentes à violação do direito à educação: negação de matrícula na educação infantil (creche); não aceitação do adolescente na escola, devido ao cumprimento de medida socioeducativa; sugestão, por parte de diretora, de retirar a criança com deficiência auditiva da escola; liberação da criança sozinha da escola, antes da mãe ir apanhá-la. No total dos casos analisados, houve maior incidência dessa modalidade de violação envolvendo crianças e adolescentes do sexo masculino (78,6%), distribuídos em todas as idades. Seguem alguns relatos das mães:

A escola tomou conhecimento que o adolescente estava envolvido com ato infracional e ameaçado de morte, chamou a família e entregou a transferência, alegando que o adolescente estava colocando toda a comunidade escolar em risco e por isso não ia aceitar a matrícula e que a genitora procurasse outra escola.

Ao solicitar a medicação prescrita pelo médico, foi informada de que o município não dispõe do medicamento na farmácia básica e que não tinha condições de fazer a compra.

Não recebo a ajuda que preciso para o tratamento da criança, nunca houve uma visita de agente de saúde ou equipe médica em minha casa. Não recebo todo o medicamento, tendo que comprar quase todos e não tem transporte para levá-lo ao tratamento de CAPS que é em outra cidade

Toda vez que meu filho precisa de sonda nasogástrica específica para ele se alimentar, não tem no hospital daqui. Ele já passou dois dias sem sonda (Relatos das/os entrevistadas/os).

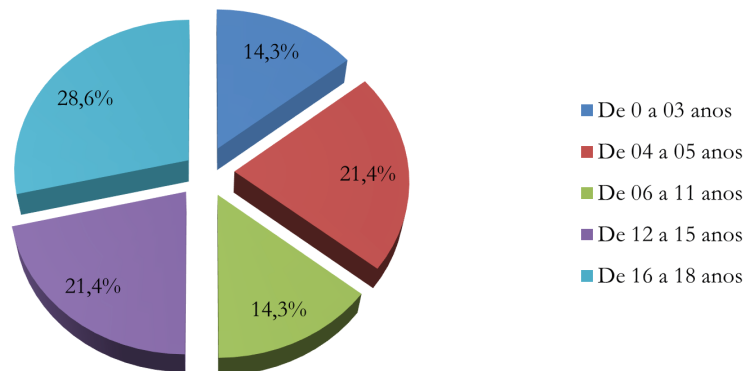
Tabela 91 – Violência institucional – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 0 a 03 anos	1	33,3	1	9,1	2	14,3
De 04 a 05 anos	1	33,3	2	18,2	3	21,4
De 06 a 11 anos	1	33,3	1	9,1	2	14,3
De 12 a 15 anos	0	0,0	3	27,3	3	21,4
De 16 a 18 anos	0	0,0	4	36,4	4	28,6
Total	3	100,0	11	100,0	14	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 38 – Violência institucional – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Violência institucional - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.13 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência também aparece na pesquisa em 14 ocorrências. Em todas elas, somente adolescentes do sexo feminino são mencionadas. Em uma das situações o pai também é adolescente, mas todas estão separadas dos parceiros da gravidez. A maioria dos casos ocorreu no primeiro relacionamento afetivo, em festa ou sem o conhecimento da mãe, mas algumas das adolescentes já tiveram mais de uma gravidez, uma delas teve gêmeos na segunda gravidez, outra deixou o segundo filho para adoção, o primeiro, devido a espancamento do companheiro, nasceu prematuro e não sobreviveu. Uma das adolescentes que foi mãe precoce vive em situação de exploração sexual comercial, outras duas engravidaram após sofrerem violência sexual de pessoas desconhecidas da família. Os relatos das entrevistadas expressam a dura realidade de desproteção social dessas meninas, em todos os sentidos, desde a falta de condições materiais dignas para a sobrevivência à negação de outros direitos fundamentais de convivência comunitária, de atividades socioeducativas com cultura e lazer, em substituição às festas com excesso de som, drogas e embriaguez, direito à educação para a sexualidade. Seguem alguns trechos dos relatos:

Ela engravidou a partir de um abuso sexual ocorrido quando fora para uma festa e bêbada foi violentada por um homem.

No bairro, perto da escola, a adolescente sofreu a violência sexual e após foi para casa, tomou banho e nada contou. Passou-se dois meses de isolamento e tristezas. Só quatro meses depois, já grávida, conseguiu contar o fato para a irmã e em seguida, para os pais, que juntos decidiram em dar continuidade com a gravidez e assumiram a bebê.

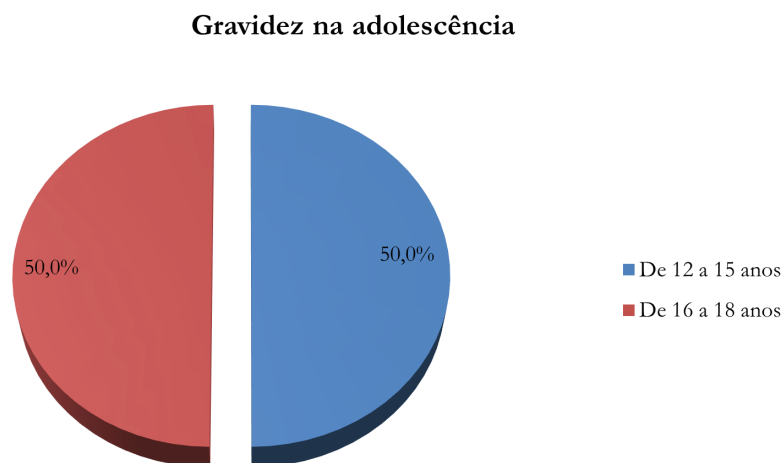
Ela conheceu um rapaz de 17 anos, e com ele teve dois momentos de relação sexual, o que resultou numa gravidez não desejada, ficando confusa e medrosa, chegando a fugir de casa (Relatos das/os entrevistadas/os).

Tabela 92 – Gravidez na adolescência – adolescentes de 12 a 18 anos – por sexo e faixa etária - Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 12 a 15 anos	7	50,0	7	50,0	7	50,0
De 16 a 18 anos	7	50,0	7	50,0	7	50,0
Total Geral	14	100,0	14	100,0	14	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 39 – Gravidez na adolescência – adolescentes de 12 a 18 anos – por faixa etária – Estado da Paraíba



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

6.14 TRAJETÓRIA DE RUA

A situação de crianças e adolescentes com trajetória de rua foi relatada pelos/as entrevistados/as em 12 ocorrências, sendo que em quatro dessas situações, as mães também estavam com as crianças sem moradia e sem condições financeiras para alimentação e outras despesas, uma delas até mudando de cidades com três crianças. Em três situações, a rejeição da família foi o principal motivo para a criança ou o/a adolescente ter a rua como a alternativa de espaço para viver. Outras duas situações, o envolvimento do/a adolescente com droga e “coisa errada” foi o motivo informado pela mãe para a vivência na rua, sem retorno regular para casa. Deve-se salientar que as situações foram notificadas pelo Conselho Tutelar e encaminhadas aos CREAS, tendo sido tomadas providências inclusive de moradia para as duas famílias que precisavam. Contudo, na ocasião da pesquisa, quatro adolescentes ainda estavam em situação de rua, mesmo com o acompanhamento das famílias pelos serviços. Como se pode observar na tabela e nas falas a seguir, essa modalidade de violação de direitos atingiu igualmente meninos e meninas de todas as faixas de idade.

Após sofrer agressões físicas de sua genitora, a criança passou a residir com a avó, mas vive em trajetória de rua na maior parte do dia.

A criança vivia perambulando nas ruas, procurando lugar para dormir com a família, de cidade em cidade devido a falta de moradia e de condições financeiras.

A entrevistada afirma que ficava pelas ruas com a criança, mas pedia dinheiro com a intenção de comprar comida.

O adolescente começou a andar com más companhias e se ausentar do convívio familiar até ficar definitivamente na rua.

A criança ficava muito tempo na rua pedindo dinheiro e alimentos às pessoas, e não estava frequentando a escola.

Desde os 13 anos a adolescente se envolveu com vizinhos que usavam drogas, passou a sair de casa e só voltava no outro dia, foi encontrada pelo Conselho Tutelar na rua, nos sinais e praças da cidade. É rebelde e muito agressiva com os pais, agride os irmãos com palavrões e abandonou os estudos.

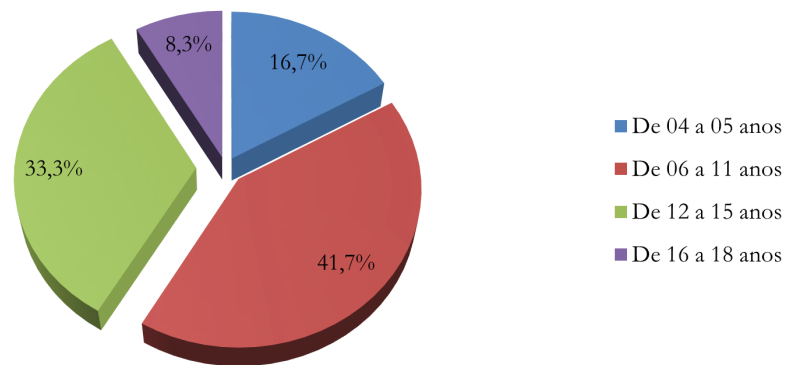
Tabela 93 – Trajetória de rua – crianças e adolescentes de 0 a 18 anos – por sexo e faixa etária – Estado da Paraíba

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
De 04 a 05 anos	2	33,3	0	0,0	2	16,7
De 06 a 11 anos	1	16,7	4	66,7	5	41,7
De 12 a 15 anos	2	33,3	2	33,3	4	33,3
De 16 a 18 anos	1	16,7	0	0,0	1	8,3
Total	6	100,0	6	100,0	12	100,0

Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Gráfico 40 – Trajetória de rua – crianças e adolescentes – por faixa etária – Estado da Paraíba

Trajetória de rua - crianças e adolescentes



Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB).
Pesquisa: Violação de Direitos e Vulnerabilidade Social de Crianças, Adolescentes e Famílias no Estado da Paraíba e as Políticas de Enfrentamento – 2018.

Ao final da tabela 73, onde estão elencadas as situações de violência e risco social que acometeram as crianças e os adolescentes da pesquisa, há uma situação de desaparecimento e mais três outras ocorrências de violações ou risco social não definidas. Trata-se de uma tentativa de suicídio de uma adolescente que estava morando com uma tia e sofria maus-tratos com violência psicológica, tendo sido socorrida por uma vizinha, o que foi notificado pelo Conselho Tutelar, e tomadas as medidas de proteção junto à mãe e aos serviços da rede de proteção (CAPS Infantil, CREAS). As outras duas situações são de conflito familiar pela guarda e pela paternidade das crianças.

E assim, finalizamos a descrição das diversas modalidades de violação de direitos, expressas em forma de violências e risco social, que acometeram e, de certa forma, ainda acometem ou vulnerabilizam as crianças e os adolescentes deste estudo, e que a pesquisa amostral pôde identificar, a partir das entrevistas com 837 famílias atendidas nos serviços de proteção social a crianças e adolescentes nos municípios do Estado da Paraíba. Esse panorama aqui analisado pode e deve ser visto como desdobramento das precárias condições socioeconômicas e de proteção social ou desproteção em que se encontram essas famílias, conforme expomos no início deste relatório, com o propósito de melhor dimensionar essa problemática, dar maior nitidez à gravidade dessas violações e identificar os reais motivos, de natureza estrutural, para as ocorrências.



CONSIDERAÇÕES
FINAIS

Esse relatório traz a público dados e análises sobre violações de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do Estado da Paraíba, procurando enfatizar os fatores que predisõem esse contingente populacional a violências e riscos sociais que podem incidir na quebra de vínculos familiares, comunitários e/ou a outros impactos negativos para o pleno desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada mediante uma solicitação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH/PB), em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), com recursos financeiros do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP), a partir da demanda da Comissão de Monitoramento do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar por estudos relacionados aos fatores que favorecem ou ameaçam a Convivência Familiar e Comunitária.

A pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/UFPB), envolvendo pesquisadores de outros centros de estudos e pesquisadores de campo também das próprias instituições que realizam o atendimento às famílias, em especial, assistentes sociais e psicólogos dos CREAS regionais e municipais existentes no Estado. Desde o início e durante toda a execução, o trabalho de pesquisa constituiu-se num profícuo processo ensino x aprendizagem, formação profissional e produção de conhecimento, com vistas à intervenção na realidade, seja no decorrer da pesquisa, quando os profissionais identificavam situações que demandavam novos atendimentos, seja, posteriormente, quando os resultados foram sendo apresentados e debatidos com os atores envolvidos na gestão das políticas, nas reuniões de trabalhos, nos encontros e seminários. Esse processo de pesquisa também culminou com um importante produto, que é uma densa base de dados com informações detalhadas sobre a situação socioeconômica, condições de habitabilidade, acesso às políticas públicas das 837 famílias participantes da pesquisa, e as situações de violação de direitos e riscos sociais vivenciadas pelas crianças e adolescentes.

Para apresentar o contexto sociodemográfico onde se realizou a pesquisa, o relatório traz um tópico sobre a configuração socioeconômica do Estado da Paraíba, localizado no Nordeste do Brasil, região de maior concentração de pobreza e desigualdades sociais, condições que já evidenciam violações de direitos humanos, mas que também favorecem a emergência de outras

situações de violação. Assim, nesse item foram abordados aspectos como: Índice de Desenvolvimento Humano do Estado, Demografia, População, Pobreza e Renda, Indicadores de habitação e Vulnerabilidade Social.

A análise dos dados da pesquisa inicia com o tópico sobre o perfil sociodemográfico das famílias entrevistadas, as condições socioeconômicas, a habitabilidade e o acesso às políticas sociais, sendo a maioria das pessoas entrevistadas também as responsáveis pela família. Nesse item são apresentados os dados relativos à idade, gênero, escolaridade, raça/cor, profissionalização, renda, entre outras informações de todos os membros da família, o que constitui importantes indicadores para se analisar a condição de vulnerabilidade do contexto onde vivem as crianças e adolescentes em situação de violação de direitos e risco social, principais sujeitos deste estudo. Nessa configuração das famílias entrevistadas, merece destaque o grande número de mulheres responsáveis pelas famílias, na maioria jovens, com idade entre 26 e 45 anos, de raça/cor predominante negra, com baixa escolaridade (a maioria com ensino fundamental incompleto), com profissionalização e trabalho precários, a maioria (90,9%) com renda familiar inferior a dois salários mínimos, sendo as famílias compostas, em média, por 4,4 membros, enquanto essa média nacional, em 2019, conforme os dados do IBGE, foi de 2,9 membros.

As crianças e adolescentes dessas famílias praticamente não apresentam mudanças em relação a seus responsáveis em termos de características sociodemográficas, chamando atenção a defasagem escolar que vai se configurando à medida que a idade vai aumentando, além da falta de acesso dos adolescentes à formação profissional, inclusive devido à baixa escolarização, o que também impossibilita um melhor acesso ao trabalho e renda.

Na análise sobre as condições de habitabilidade, o aspecto que mais se destaca é o fato de quase a metade das famílias entrevistadas (44,3%) não possuir casa própria, e com os poucos rendimentos mensais precisar pagar aluguel. Algumas delas tendo que morar em casa cedida ou em ocupação irregular. Outra informação que merece atenção é a divisão das casas em poucos cômodos e o quantitativo de residências em que crianças dormem com adultos no mesmo cômodo, chegando a um percentual de 42,8% das famílias.

No tocante ao acesso às políticas públicas, o relatório procurou evidenciar os serviços de proteção social das áreas de educação, saúde, assistência social, defesa e segurança, disponíveis no território de vivência das famílias participantes do estudo. E não obstante os avanços em termos de estruturação de uma rede de proteção social abrangendo essas principais políticas públicas, a população em situação de vulnerabilidade ainda necessita bastante da ampliação e qualificação dos serviços, reconhecidos constitucionalmente como direitos sociais universais, como foi expresso nas falas das pessoas entrevistadas. Na educação, as principais reivindicações foram: ampliação de vagas desde o ensino infantil à escola em tempo integral; acesso ao ensino universitário; melhoria do ensino e da estrutura física e material das escolas; merenda regular e de qualidade; escolas mais atrativas, que despertem o interesse dos alunos, com oferta qualificada de equipamentos e atividades de lazer, esportivas e culturais; cursos profissionalizantes; capacitação e melhoria salarial para os professores, para equipe pedagógica e de apoio.

Na política de saúde, as maiores demandas foram: por médico ou mais médicos na Unidade Básica de Saúde (UBS); atendimento por médicos especializados e realização de exames nos serviços e nos hospitais municipais; e por mais serviços hospitalares; disponibilização de medicamentos; acesso a dentistas e psicólogos; atendimento mais humanizado por parte dos profissio-

nais; mais presença da equipe médica nas residências para acompanhamento de pessoas idosas dependentes e pessoas com deficiência.

Sobre as demais políticas de proteção social e a infraestrutura nos territórios de moradia, a maioria dos entrevistados (85,3%) colocou as seguintes demandas, aqui descritas as mais incidentes nas falas: mais segurança, mais policiamento nas ruas, na comunidade e posto policial no bairro; melhoria na iluminação das ruas; calçamento ou pavimentação das ruas; transporte e ônibus de linhas urbanas; fornecimento regular de água; esgoto, saneamento, limpeza urbana, coleta sistemática de lixo e retirada de resíduos entulhados em algumas localidades e até fossas para algumas residências. Foram bastante citadas também entre as demandas: moradia e alimentação; emprego e cursos de capacitação profissional para jovens e adultos; serviços de Assistência Social e Conselho Tutelar em algumas localidades; praças e espaços públicos de sociabilidades nos bairros e nas comunidades, a exemplo de quadra de esportes, campo de futebol e de outros jogos; projetos que envolvam os jovens em ações educativas e de prevenção ao uso de drogas, tratamento para dependentes e combate ao tráfico.

Os dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, coletados diretamente com os/as entrevistados/as, que expressam essa realidade, revelam cenários ainda de muitas carências e de não acesso aos direitos sociais universais, apesar dos esforços governamentais das últimas décadas, a partir da Constituição Federal de 1988, com a estruturação dos sistemas públicos estatais de proteção, de cobertura universal: o SUS em 1990, contudo, os recursos financeiros para manutenção desse sistema só foram definidos em 2000, e mesmo assim, os recursos ou a forma de gestão da política da saúde ainda não tem sido suficiente para uma cobertura ampla e de qualidade, conforme evidenciam as demandas dos/as entrevistados/as da pesquisa ora apresentada.

A educação no Brasil também passou por importante processo de reestruturação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996, com percentuais de repasse financeiros aos entes federativos assegurados pela Lei do FUNDEF. No entanto, nosso sistema educacional, inclusive a educação básica, ainda está muito aquém das necessidades reais de grande maioria da população, conforme foi evidenciado neste relatório, sobretudo considerando o vergonhoso déficit histórico dessa política, culminando no não acesso à educação ou acesso precário por grande contingente das populações em situação de vulnerabilidade social, o que, por sua vez, tem forte impacto negativo em outras áreas da vida das pessoas, interditando a profissionalização, dificultado e precarizando a entrada no mercado de trabalho e o acesso à renda, incidindo na exclusão social e na reprodução da pobreza.

Na Política de Assistência Social, o SUAS foi implantado em 2005, na perspectiva de prestação progressiva, mas até hoje não foi estabelecido o percentual mínimo de financiamento a ser repassado pela União, estados e municípios, para as ações socioassistenciais, o que pode comprometer seriamente a continuidade, a qualidade e expansão dos serviços à população, uma vez que a proposta orçamentaria depende do compromisso dos governos com a execução da política e, devido a isso, o orçamento anual para a assistência social vem gradativamente reduzindo nos últimos anos. Para se ter uma ideia, no ano de 2021, com os cortes orçamentários do governo federal, amparados pela Emenda Constitucional - EC 95, que estabelece o teto de gastos, os recursos para as ações de proteção básica e especial da assistência social sofreram redução superior a 60%, justamente num período de crise econômica e sanitária do país, quando a pobreza e a desigualdade foram mais agravadas.

A parte final deste relatório é dedicada à análise e apresentação dos dados quantitativos e qualitativos das violações de direitos e riscos sociais que afligem ou afligiram crianças e adolescentes das famílias participantes da pesquisa. Os números são alarmantes, pois do total de 2083 meninos e meninas com idade de 0 a 18 anos incompletos, 1.162 tinham vivenciado uma ou mais de uma situação de violação, equivalente a 55,8% de todos os membros nessa faixa etária das 837 famílias, dado que evidencia o total desrespeito pela vida e pelos direitos humanos universais, conforme prevê ao Artigo 227 da Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram 15 formas de violências e riscos sociais elencados, desdobrados em 85 modalidades. E embora não seja nosso propósito retomar as análises sobre as violações de direitos contidas neste relatório, consideramos importante enfatizar alguns aspectos relativos às violações mais mencionadas.

A violência em forma de negligência familiar foi a mais relatada, com 437 ocorrências, sendo as mães as principais responsáveis por essa forma de violação, exatamente de quem se espera o exercício maior da proteção. Nesse item, a análise se depara com uma questão bastante complexa, relativa às condições financeiras, estruturais e emocionais que acometem as mulheres mães, em especial as mulheres trabalhadoras que se encontram em situação precária de sobrevivência. Na grande maioria dos casos, elas não contam com o apoio dos companheiros ou ex-companheiros, pais das crianças e/ou adolescentes, ou mesmo de ajuda de outros familiares, sem trabalho e renda ou com trabalhos e rendimentos insuficientes para as despesas da família. Somam-se a isto os problemas de ordem emocional associados aos seus próprios históricos de violência infanto-juvenil, à violência doméstica com seus companheiros e a essa sobrecarga de atribuições, sem apoio familiar nem institucional. Muito embora existam exceções, na maioria das situações de negligência, o excesso de responsabilidade familiar, somado à falta de condições financeiras e os transtornos psíquicos e emocionais, principalmente alcoolismo, dependência de drogas e depressão, que potencializam e também são decorrentes dessa condição de desamparo social, têm sido apontados como os principais motivos da negligência familiar.

E mesmo não sendo do âmbito deste relatório apontar as causas profundas das violações, o que, naturalmente, exige outras pesquisas específicas sobre as temáticas, precisamos indicar algumas pistas para discussões e ações imediatas, que venham minimizar o sofrimento e o abandono dessas famílias e, em especial, dessas crianças e adolescentes, pois as situações não param de chegar aos CREAS, aos Conselhos Tutelares, ao Ministério Público e a outros serviços de atendimento. Acrescente-se o fato de que a negligência familiar é uma forma de violação de direitos, que se desdobra em outras violações como violência física, maus-tratos, violência psicológica, privações, abandono, além de também vulnerabilizar crianças e adolescentes a todas as outras formas de violações e riscos sociais analisadas neste relatório (violência sexual, ato infracional, trabalho infantil, trajetória de rua, rompimento de vínculo familiar, envolvimento com álcool e droga, gravidez precoce, entre outras). Entretanto não se deve generalizar as situações, tampouco isso implica em dizer que a negligência da família possa ser apontada como única causa dessas outras violações.

Daí porque a necessidade urgente de ações estatais incisivas, com suporte e proteção social a essas famílias que praticaram a negligência e com aquelas que estão susceptíveis a essa prática, pelos motivos já expostos neste relatório. O Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, enquanto instância responsável por prover o bem-estar social, não pode ser omissa a essa problemática e repassar a responsabilidade para essas famílias fragilizadas financeira e emocionalmente,

imersas numa lógica de consumo e de valores mercantilistas que elas, de maneira alguma têm condições de atender, pois as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e de consumo lhes foram negadas. Sentem-se fracassadas, sozinhas e incapazes, pois não possuem as condições dignas de sobrevivência, muito menos escolarização, qualificação, nem outras credenciais para o ingresso digno nessa sociedade violadora de direitos e extremamente desigual, que reproduz em seus filhos essas violações e desigualdades.

A violência física é também uma das modalidades de violação de direitos mais mencionadas e, em muitos casos, as mesmas crianças e adolescentes expostas à negligência sofrem também a violência física, a violência psicológica e/ou outras violações. As agressões são as mais diversas, desde os espancamentos com tapas, com objetos, queimaduras e lesões mais graves. Também nesse tipo de violência, a mãe e, em segundo lugar, o genitor aparecem como principais responsáveis pelas agressões. Lembrando que nesta pesquisa, é alto o quantitativo de famílias monoparentais femininas, o que explica, nessa modalidade de violência, assim como na negligência, o maior número de agressões praticadas pelas mães. O uso de bebidas alcoólicas e de outras drogas por parte dos/as agressores/as, além de problemas emocionais, financeiros e a não obediência da criança ou adolescente aos pais ou responsáveis foram os principais motivos apontados pelos/as entrevistados/as para os maus-tratos, o que remete às considerações acima apontadas, relacionadas ao suporte da rede socioassistencial a essas famílias. Mas é necessário acrescentar outro aspecto ainda bastante presente na sociedade brasileira, remanescente da cultura patriarcal e escravista – e que precisa ser combatido – o uso do castigo físico e do espancamento como método de disciplinamento e forma de se exercer o poder sobre o outro, de obter sua obediência. O que reforça a importância da implementação, por parte do poder público, de ações efetivas de orientação às famílias sobre como cuidar e educar os filhos.

A violência psicológica, apesar de aparecer como uma das violações mais citadas, perpassa as demais violações e riscos sociais, sendo a marca que registra não apenas o momento das violências, mas tende a perdurar e afetar outros planos e etapas da vida futura da criança ou adolescente. Por isso ela precisa ser identificada e acompanhada com tratamento profissional adequado, disponibilizado pelos serviços de proteção a todas as crianças e adolescentes submetidos a qualquer forma de violações de direitos e durante o tempo necessário. Em muitos casos, o atendimento psicológico deve se estender também aos familiares, o que demanda o fortalecimento e a qualificação das redes de serviços com profissionais dessa área.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é a segunda modalidade de violação de direitos mais referida na pesquisa, sendo uma das formas de violência com impactos mais perversos sobre as vítimas, sobretudo, quando aflige crianças e adolescentes, pessoas completamente indefesas e em fase peculiar de desenvolvimento, seriamente sensíveis aos efeitos nefastos dessas agressões nessa etapa fundamental de sua formação física e da personalidade, podendo trazer implicações sérias na forma de se relacionar com as pessoas e com o mundo.

Conforme foi demonstrado na análise dos dados, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é mencionada nos relatos dos/as entrevistados/as, mas em quantitativo bem inferior aos números do abuso sexual, representando 05% das ocorrências de violência sexual. Embora seja extremamente difícil eliminar totalmente essa forma de violação em contextos de extrema pobreza, é muito importante registrar que essa redução certamente está associada à grande campanha e conscientização da população e estabelecimentos públicos sobre o caráter criminoso dessa prática, com as medidas punitivas cabíveis aos autores/agressores.

Entretanto, os dados sobre a violência sexual na forma de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar são assustadores. Foram relatados pelos/as entrevistados/as, ao todo, 305 casos da amostra de 837 famílias atendidas nos Serviços Especializados, o que traz uma noção de naturalização dessa violência e evidencia a falta de políticas efetivas, em seus contextos de vivência, de prevenção e de responsabilização dos agressores. A diferença percentual entre os dois tipos de abuso sexual não foi tão expressiva (intrafamiliar 52,82% e extrafamiliar 47,25), indicando que meninos e meninas estão expostos a essa forma aviltante de violação dentro de seus próprios lares e também na comunidade.

E embora a violência sexual ocorra em todas as classes sociais, sem dúvida, as crianças e adolescentes em situação de pobreza são muito mais vulneráveis a esta violação, por serem moradores de localidades deficientes em segurança pública, sem locais seguros para entretenimento, cujas famílias nem sempre podem acompanhar o deslocamento dos filhos até a escola e outros espaços da comunidade. Além disso, conforme foi relatado nas demandas dos/as entrevistados/as, devido à falta de escola em tempo integral no bairro para todas as crianças e adolescentes, muitas mães, para poder trabalhar, só têm como alternativa deixar os filhos sozinhos em casa, ou com vizinhos e parentes.

Quanto aos autores do abuso sexual intrafamiliar, pais, padrastos, tios e outros familiares foram os principais agressores. Já nas situações de abuso sexual extrafamiliar, os vizinhos, pessoas sem vínculo familiar e amigos aparecem como os praticantes das violências, na sequência mencionada, justamente as pessoas mais próximas das crianças e adolescentes, que elas e suas mães deveriam ter mais confiança.

Esse panorama do perfil dos agressores nos remete a muitos questionamentos e, sem dúvida, necessitamos de outros estudos para aprofundar a discussão, mas uma preocupação aqui se faz pertinente: o fato de pessoas adultas, com grande proximidade das crianças e adolescentes, sendo ou não da família, conviver ou se aproximar desses meninos e meninas sem nenhum senso de cuidado e proteção, mas, ao contrário, com total desrespeito a suas vidas, a sua condição peculiar de ainda estar em desenvolvimento físico, mental e emocional, sem capacidade de defesa, e assim praticarem a violência (sexual, mas também física e psicológica) que marca seus corpos e suas histórias, dilacera suas emoções e desorganiza suas mentes, impedindo que construam suas vidas com dignidade e com valor, se não receberem o tratamento e acompanhamento psicológico e afetivo adequados. E nesse aspecto, conforme os relatos do/as entrevistados/as, a rede de proteção social e socioassistencial tem sido de extrema importância como apoio a essas crianças e adolescentes e a suas famílias, no sentido de encontrarem caminhos para superação dos traumas e das situações de violências e de, ao menos, solicitarem providências cabíveis para a responsabilização dos agressores.

Mas, quem são esses agressores? De onde vieram e de onde vêm? Como já mencionamos, eles são, na grande maioria, parentes próximos ou pessoas da comunidade que, certamente, quando crianças também já vivenciaram situações de violências semelhantes a essas outras crianças e adolescentes. Dados relatados nesta mesma pesquisa trazem essa indicação. Mas, o que foi feito e o que não foi feito para frear esse ciclo de violências? Precisamos de mais estudos que possam trazer afirmações. Esses agressores devem e precisam ser responsabilizados, mas sabemos que somente o encarceramento e outras formas de punição (quando ocorrem) são insuficientes para reduzir e até para conter o crescimento das violências. Sabemos, entretanto, que sem as condições básicas e dignas de viver, sem uma educação de qualidade, desde a primeira

infância, que transmita e suscite os valores humanos e uma ética de vida com respeito e cuidado com a natureza, com os semelhantes e com os “diferentes”, sobretudo, com as crianças e adolescentes, essas violências só se reproduzem, sem perspectiva de parar. E mesmo que avassalem mais fortemente crianças, adolescentes e famílias dos contextos socialmente mais vulneráveis, as violências se disseminam por toda a sociedade e afetam todas as classes sociais, com todas as suas consequências nefastas, gerando sofrimentos, medos, inseguranças, revoltas e ainda mais violências, exigindo cada vez mais investimentos públicos na tentativa de minimizar algo muito grave, mas que poderia ser prevenido e até banido ainda em suas bases de origem e convertido na formação humana de populações produtivas, trabalhadoras, protetoras da vida e das pessoas, com direito a construir e usufruir com dignidade e responsabilidade da abundante riqueza que pode ser edificada em nosso país.

Nesse ponto, é preciso fazer referência aos direitos humanos universais, constitucionalmente garantidos no Brasil, como direitos sociais fundamentais, mas paradoxalmente violados pelo próprio Estado brasileiro, na forma de negligência estatal, a partir da omissão ou precarização da oferta universal e qualificada de políticas sociais básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, trabalho e renda, segurança, justiça, combate às violências, infraestrutura básica nas comunidades, entre outras. Essas carências foram expressas nas falas dos/as entrevistados/as, mas ainda precisam ser reconhecidas por eles/as como direitos fundamentais constitucionais, e esse reconhecimento só poderá ocorrer a partir de um processo educativo amplo, que envolva toda a população, sobretudo as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, com formação política sobre a importância da participação social ativa e a cidadania para construirmos uma sociedade mais justa, mais igualitária e sem violência. E esse processo político-educativo democrático, também assegurado pela Constituição Federal, ainda é muito tímido, mas pode e deve avançar nos próprios serviços de atendimento, e nos demais espaços de participação, conforme as diretrizes das políticas sociais, envolvendo os usuários das políticas, os profissionais, os jovens e os adolescentes, como sujeitos atuantes e protagonistas de sua história, de sua comunidade e de seu país.

Portanto, mais do que trazer uma realidade a público, este relatório é também denunciador de uma problemática grave, que ocorre e se amplia sem cessar, cotidianamente, em todo o Brasil, e que tem se agravado enormemente, no atual cenário de crise econômica e sanitária mundial e brasileira, desencadeada com a pandemia da Covid 19, porque as condições sociais, econômicas e culturais que produziram e reproduzem de forma desumana e perversa a pobreza, a extrema desigualdade e a violência estruturais em nosso país ainda precisam ser destruídas. Precisam dar lugar a um novo e consistente projeto societário, de formulação e gestão governamental e não governamental de políticas públicas humanitárias, que reconheça o valor e o potencial de todos os seres humanos, de construir uma sociedade sem violências e plena de riquezas, acessíveis a todos, desde que as condições e as oportunidades de acesso lhes sejam disponibilizadas.

Isso torna claro que, somente com a responsabilidade e o compromisso do poder público, em todas as três esferas, na oferta universal e qualificação das políticas sociais e com o envolvimento de toda a sociedade na construção de uma nova cultura humanitária, que cresça e se expanda nas trilhas da redução das desigualdades, no respeito e cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, as situações de violação de direitos e violências de crianças, adolescentes e famílias, aqui relatadas, e outras formas brutais de violência no Brasil poderão ser minimizadas, superadas e algumas até erradicadas.

REFERÊNCIAS

ABRINQ, Fundação, **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2018**, Publicado em 2019, Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-02/cenario-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **FGV: Mais pobres sofrem maior impacto na pandemia**: o Índice de Gini, que mede desigualdade, atingiu 0,640 no 2º trimestre. Publicado em 09/09/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia> Acesso em: 15 dez. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil fica em 84º lugar em ranking mundial do IDH**. Publicado em 15/12/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-fica-em-84o-lugar-em-ranking-mundial-do-idh> Acesso em: 18 set. 2021.

ALBERTO, M. F; PICORNELL, A. L.. (Orgs.). **Experiencias mundiales de ciudadanía de la infancia y adolescencia**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/128> Acesso em: 27 jul. 2019.

ALBERTO, M. F; SANTOS, D. P. (Orgs.). **Trabalho infantil, luta e enfrentamento**: da história do movimento aos movimentos da história. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/562> Acesso em: 14 out. 2021.

ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Neves; SANTOS, Clara Cruz. A dimensão política-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social. In BRITO, Ana Cristina. (Org.) **Metodologias Qualitativas de Pesquisa em Serviço Social/organizadora**. Recife: Editora Universitária, 2013.

CASTRO, Alexandre. Novas divisões regionais do Brasil: regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. **Rede Urbana** - Planejamento Regional. Publicado em 02 out 2017. Disponível em: <https://aredeurbana.com/2017/10/02/novas-divisooes-regionais-do-brasil-regioes-geograficas-imediatas-e-regioes-geograficas-intermediarias/> Acesso em 10 fev. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta, PNUD, IPEA, FJP, 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta> Acesso em: 15 set. 2021.

AURINO, A. L. B; SIQUEIRA, E. B. M; RIBEIRO, L. R; VIEIRA, M. S. S. (Orgs.) **Crianças e adolescentes: cenas contemporâneas e a recorrência da violação.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2016a. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/89> Acesso em: 8 fev. 2017.

AURINO, A. L. B; SIQUEIRA, E. B. M; RIBEIRO, L. R; VIEIRA, M. S. S. (Orgs.) **Defesa, abandono e acolhimento de crianças e adolescentes: o paradoxo do estado (des) protetor.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2016b. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/200/67/735-1?inline=1> Acesso em: 8 fev. 2017.

BECKER, Fernando. Ensino e construção do conhecimento; o processo de abstração reflexivo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 18(1):43-52, jan./jun. 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BELEI, Renata Aparecida, et al. O uso de entrevista, observação e vídeo gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de educação**, 2008.

Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view-File/1770/1645> Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. MDS. **Curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da proteção social especial.** Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/ferramentas/docs/Caderno%20Professor%20-%20PSE.pdf> Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. MDS. **Norma Operacional Básica – NOB SUAS.** Resolução CNAS nº 33. Brasília, DF, 12 de dez. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf Acesso em: 2 set.2019.

BRASIL. Lei 12435/2011- **Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília (LOAS)**, DF, 6 de jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm Acesso em: 2 set.2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lci/L12010.htm Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. MDS. **Norma Operacional Básica – NOB SUAS**. Resolução CNAS nº 130. Brasília, DF, 15 de jul. 2005. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-suas-2005.pdf> Acesso em: 2 set.2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 17 jun. /2021,

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui-C3A7ao.htm Acesso em: 12 jan. 2016.

COUTINHO, Maria da Penha L; SARAIVA Evelyn Rúbia A. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa em Psicologia Social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indagações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GIL, Antonio .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Rodrigo, Mapa da desigualdade: morador de bairro rico vive até 23 anos mais que na periferia paulistana, *In: Rede Brasil Atual*, Publicado **05/11/2019**. Disponível em: <https://>

www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/11/mapa-da-desigualdade-23-anos/ Acesso 8 maio 2021.

GOVERNO DA PARAÍBA; UFPB. **PLADES: Plano de Desenvolvimento Territorial Inteligente e Sustentável**, 2019. Disponível em: <https://zeoserver.pb.gov.br/portalparaiba/mapadeoportunidades/conheca-a-paraiba/uma-paraiba-vestida-de-sol/um-povo-vestido-de-sol> Acesso em: 22 jun. 2021.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. João Pessoa: 2013. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/11/plano.pdf> Acesso em: 14 jun. 2016.

GOVERNO DA PARAÍBA. Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. João Pessoa: 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/svieira/Downloads/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20ATENDIMENTO%20SOCIOEDUCATIVO%20DA%20PARA%C3%8DBA Para%20a%20Internet%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/svieira/Downloads/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20ATENDIMENTO%20SOCIOEDUCATIVO%20DA%20PARA%C3%8DBA%20Para%20a%20Internet%20(1).pdf) Acesso em: 14 jun. 2016.

GOVERNO DA PARAÍBA. Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. João Pessoa: 2015. Disponível em: <https://zeoserver.pb.gov.br/portalsuas/suas/arquivos/plano-trabalho-infantil.pdf> Acesso em: 14 jun. 2016.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Plano decenal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do Estado da Paraíba**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. João Pessoa: 2012.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf> Acesso em 10 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD** Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf Acesso em: 22 jun. 2021.

IBGE INFO ESCOLA **Navegando e Aprendendo**. 2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/populacao-da-paraiba/> Acesso em: 22 jun. 2021.

IBGE. **Censo 2010**. IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 18 jul. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO, **Observatório de educação Ensino Médio e Gestão 2020**, Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/abandono-e-evasao-escolar/5/39/119;1/PNAD-HIST-PJFESC-BR_REG_UF-ANO_IDADE_0/BRA Acesso em: 17 set. 2021.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, abr/jun, 2005.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n.1, p.51-72, 2002.

MACEDO, Márcia S., Mulheres Chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza, **Caderno CRH**, Salvador, v, 21, n, 53, p, 389-404, Maio/Ago, 2008, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8YyhNgtv9dGKNWMLm-TXCLgt/abstract/?lang=pt> Acesso em 26 jun./2021.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10 (suplemento 1), p. 07-18, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?lang=pt> Acesso em: 10 jun. 2019.

MIOTO, R. C. Família, Trabalho Social com Famílias e Serviço Social. **Revista Serviço Social em Revista**. UEL, Londrina. 2010. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584> Acesso em: 20 jul. 2018.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF; PNUD. COVID-19 y educación primaria y secundaria: repercusiones de la crisis e implicaciones de política pública para América Latina y el Caribe. PNUD LAC C19 PDS No. 20. COVID19. **Serie de Documentos de Política Pública**. Agosto de 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/svieira/Downloads/undp-rblac-CD19-PDS-Number20-UNICEF-Educacion-ES.pdf> Acesso em 20 dez. 2021.

UNICEF; CONGEMAS. **Contribuições para a adaptação e o aprimoramento dos serviços de proteção social básica do SUAS no contexto de calamidade, emergência e pandemia da COVID-19**. Publicação em Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/12741/file/servicos-do-suas-nas-emergencias-e-pandemia-da-covid-19.pdf> Acesso em: 18 out. 2021.

VIEIRA, Maria S.S. **Encantos e desencantos do uso de drogas na atualidade**. 2a ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/saude/encantos-e-desencantos-do-uso-de-drogas-na-atualidade> Acesso em: 12 dez. 2019.

VIEIRA, M. S. S; AURINO, A. L. B; CAVALCANTE, L. P. Situación socioeconómica de los/ las adolescentes involucrados en actos delictivos en el estado de Paraíba, Brasil. **AMÉRICA LATINA HOY**, v. 83, p. 95-115, 2019. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh20198395115> Acesso em: 17 dez. 2019.

VIEIRA, M. S. S.; RIZZOTTI, M. L. A. Realidade social e violação de direitos de crianças, adolescentes e famílias. In: Denise Bontempo de Carvalho; Inês Stampa; Joana Valente Santana; Maria Liduína Silva. (Org.). **Pesquisa em serviço social e temas contemporâneos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2020, v. 1, p. 124-136.

SOBRE AS AUTORAS

Maria do Socorro de Souza Vieira - Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Ciências Sociais pela UFPB; Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (GEPAC/PPGSS/UFPB). E-mail: socorrosvieira@yahoo.com.br

Maria Luiza Amaral Rizzotti – Mestre, doutora e pós- doutora em Serviço Social e Política Social pela PUC/SP; Professora Visitante Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Membro do grupo de pesquisa sobre Desigualdade Social em Londrina; Assessora da Câmara Temática de Assistência Social do Consórcio Nordeste. Pesquisadora visitante da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAPESQ/CNPq - junto ao Grupo de Pesquisa GEPAC do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federa da Paraíba (UFPB) de 2018 a 2020. E-mail: marialuizarizzotti@gmail.com

Esta obra foi composta nas tipologias
BELOVED SANS E GARAMOND. A versão ebook foi
produzida pela EDITORA DO CCTA - UFPB em
junho de 2022.

Os resultados da pesquisa ora apresentada, sobre violação de direitos e riscos sociais de crianças, adolescentes e famílias, realizada na Paraíba, dá visibilidade a uma realidade impactante, agravada no contexto de crise sanitária, econômica e social da Covid-19. O panorama de violações de direitos, aqui apresentado, o contexto e o momento atual de pandemia são desafiantes, pois convocam todos os atores comprometidos com a defesa de direitos e a Proteção Integral de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social a seguirem firmes na resistência aos cortes de recursos e aos retrocessos das ações; e avançarem na luta, exigindo das instâncias de poder a ampliação, a garantia legal e a efetivação dos direitos sociais, através da expansão qualificada das políticas sociais e de seus respectivos orçamentos públicos.



SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO



Somos todos
PARAÍBA
Governos do Estado



CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



UFPB



EDITORA DO
CCTA